

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

RUAN FILLIPE DA SILVA GOMES

**FEMINISMO E PATRIARCADO: A SUBVERSÃO FEMININA AO
PATRIARCADO RELIGIOSO PENTECOSTAL NO BRASIL**

Goiânia
2023

RUAN FILLIPE DA SILVA GOMES

**FEMINISMO E PATRIARCADO: A SUBVERSÃO FEMININA AO
PATRIARCADO RELIGIOSO PENTECOSTAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada em cumprimento
às exigências do Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação Stricto Senso
em Ciências da Religião da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Dra. Carolina Teles Lemos

Goiânia
2023

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

G633f Gomes, Ruan Fillipe da Silva
Feminismo e patriarcado : a subversão feminina ao
patriarcado religioso pentecostal no Brasil / Ruan
Fillipe da Silva Gomes. -- 2023.

92 f.

Texto em português, com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2023.

Inclui referências: f. 83-92.

1. Pentecostalismo. 2. Feminismo - Aspectos religiosos.
3. Patriarcado. I. Lemos, Carolina Teles - 1958. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Religião - 28/03/2023. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 2-11:141.72(043)
279.125:141.72(043)

**FEMINISMO E PATRIARCADO: A SUBVERSÃO FEMININA AO PATRIARCADO RELIGIOSO
PENTECOSTAL NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 28 de março de 2023.

RUAN FILLIPE DA SILVA GOMES

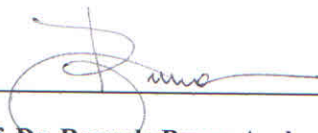
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás



Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás



Prof. Dr. Resende Bruno Avelar / UEG

Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Gilson Xavier de Azevedo /UEG(Suplente)

Dedico este trabalho as mulheres da minha
vida: Vó, Mãe, Tia, Esposa e Filha

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que serviram de inspiração e motivação dessa jornada acadêmica Laurides, Jany e Janete, e em especial minha amada esposa Olívia e minha doce Laura, filha querida. Vocês foram minha maior motivação para esta jornada acadêmica até aqui percorrida.

À minha família: pai, irmãos, primos e tios, de maneira indireta foram incentivadores dessa pesquisa.

Ao meu supervisor regional Orlando Figueredo, através da receptividade nas informais conversas que me serviram de valioso incentivo.

À minha orientadora, Dra. Carolina Teles Lemos, que pacientemente, com muita simplicidade e autenticidade me acolheu como orientando. Minha eterna gratidão.

Aos membros da banca de defesa.

Ao coordenador do PPGCR, Dr. Clóvis Ecco pelo acolhimento. Aos professores e professoras do PPGCR pelos inesquecíveis momentos de aprendizado.

A Capes pelo financiamento do meu curso.

RESUMO

GOMES, Ruan Fillipe da Silva Gomes. Feminismo e Patriarcado: a subversão feminina ao patriarcado religioso pentecostal no Brasil. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2023.

Esta dissertação propõe apresentar a subversão feminina ao patriarcado religioso pentecostal brasileiro, relacionando as influências do movimento feminista e as transformações no contexto social com o contexto religioso pentecostal. Para isso a dissertação possui aparatos teóricos em Pierre Bourdieu, Susan Okin, Simone de Beauvoir e Paul Freston. Propondo uma articulação entre as mudanças históricas promovidas pelo patriarcado no Ocidente, que refletiram em uma nova dinâmica para a religiosidade, que aos poucos vão colocando o patriarcado em decadência. No Brasil, desde sua primeira onda – em 1910, quando da luta pelo direito ao voto pelas das mulheres. Como objetivos específicos, a dissertação se propõe: identificar o cenário pentecostal e sua relação com o patriarcado; expor esquematicamente o pentecostalismo como contexto da pesquisa; identificar as mudanças trazidas pelo movimento feminista para o pentecostalismo de modo a contribuir para subversão feminina. A pesquisa esta dividida em três capítulos articulados com o tema da dissertação. No primeiro capítulo são expostas as observações que foram realizadas no contexto do pentecostalismo. Neste ambiente contraditório, em que, apesar de ser composto majoritariamente por mulheres, têm em seus fundamentos organizacionais características predominantemente machistas e sexistas. O segundo capítulo ocupa-se em apresentar o que foi identificado através da pesquisa, relacionando os principais pontos e elementos, que evidenciam a dominação exercida sobre as mulheres neste contexto. A forma como ela ocorre, e o modo como é encarado ou sequer notado. Já no terceiro capítulo são expostas as aproximações entre pentecostalismo e feminismo. As influências do movimento feminista são versadas e relacionadas com as intercorrentes ondas no Brasil, e as ondas do pentecostalismo. Cada um desses momentos são correspondentes e refletem as mudanças sociais, em diversos cenários, inclusive, no religioso. Durante a realização da pesquisa foi possível perceber que a subversão feminina ao patriarcado religioso pentecostal, ocorre a partir das mudanças sociais e da forma que a sociedade absorve gradualmente as mudanças no cenário social. De acordo com as ondas do feminismo no Brasil, elas vão se deslocando do espaço privado para os espaços públicos de exclusividade masculina, principalmente na política e na dinâmica eclesial pentecostal.

Palavras-chave: Patriarcado, feminismo e pentecostalismo.

ABSTRACT

GOMES, Ruan Fillipe da Silva. *Feminism and Patriarchy: the female subversion of Pentecostal religious patriarchy in Brazil*. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Religious Sciences) – Pontifical Catholic University of Goiás, 2023.

This dissertation proposes to present the female subversion to the Brazilian Pentecostal religious patriarchy, relating the influences of the feminist movement and the transformations in the social context with the Pentecostal religious context. For this the dissertation has theoretical apparatuses in Pierre Bourdieu, Susan Okin, Simone de Beauvoir and Paul Freston. Proposing an articulation between the historical changes promoted by patriarchy in the West, which reflected in a new dynamic for religiosity, which gradually put patriarchy into decay. In Brazil, since its first wave – in 1910, when the struggle for the right to vote for women – was fought. As specific objectives, the dissertation proposes: to identify the Pentecostal scenario and its relationship with patriarchy; schematically exposing Pentecostalism as the context of research; to identify the changes brought about by the feminist movement to Pentecostalism in order to contribute to female subversion. The research is divided into three chapters articulated with the theme of the dissertation. In the first chapter are exposed the observations that were made in the context of Pentecostalism. In this contradictory environment, in which, despite being composed mostly of women, they have in their organizational foundations predominantly sexist and sexist characteristics. The second chapter is concerned with presenting what was identified through the research, relating the main points and elements that evidence the domination exercised over women in this context. The way it occurs, and the way it is viewed or even noticed. Already in the third chapter are exposed the approximations between Pentecostalism and feminism. The influences of the feminist movement are versed and related to the intercurrent waves in Brazil, and the waves of Pentecostalism. Each of these moments are corresponding and reflect social changes, in various scenarios, including the religious. During the research it was possible to perceive that the female subversion to the Pentecostal religious patriarchy, occurs from the social changes and the way that society gradually absorbs the changes in the social scenario. According to the waves of feminism in Brazil, they are moving from private space to public spaces of male exclusivity, especially in Pentecostal politics and ecclesial dynamics.

Keywords: Patriarchy, feminism and Pentecostalis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PENTECOSTALISMO: CONTEXTO	11
1.1 PENTECOSTALISMO BRASILEIRO	12
1.1.1 Uma população cada vez mais pentecostal: uma mudança cultural	15
1.1.1.1 Pentecostalismo em seu primeiro momento: A raiz de todo pentecostal	16
1.1.1.2 Pentecostalismo e seu desenvolvimento cultural: “Mundanos”	18
1.2 UM DIABO BEM UTILIZADO: A DEMONIZAÇÃO COMO FORMA DE CONTROLE PARA O PENTECOSTALISMO	20
1.3 Pentecostalismo com “H” maiúsculo: um espaço masculino de maioria feminina. 23	
2 MANDA QUEM PODE OBEDECE QUEM TEM JUÍZO: A REPRODUÇÃO DA DOMINAÇÃO MASCULINA NO PENTECOSTALISMO	26
2.1 UM POUCO DO CONCEITO E CONTEXTO DO PATRIARCADO	26
2. 1.1 Todo poder e glória aos homens: Patriarcado pentecostal.	28
2.2 A VIOLÊNCIA E PENTECOSTALISMO: A VIOLÊNCIA COMO FORMA DE DOMINAÇÃO MASCULINA NO CONTEXTO PENTECOSTAL	31
2.2.1- O contexto doméstico como possível campo de batalha.....	34
2.3 “DOMINADAS” PELO DISCURSO: A ACEITAÇÃO “NATURALIZAÇÃO” POR ELAS	37
2.3.1 Evangélica ou feminista, os dois não dá!	41
2.4 O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO COMO FORMA DE CONTROLE DAS MULHERES: USOS E COSTUMES, AS ROUPAS A FAVOR DA DOMINAÇÃO MASCULINA	43
2.5 AS MULHERES E SEU TRABALHO NO PENTECOSTALISMO	46
2.5.1 A mulher e o pentecostalismo: seu espaço e título	50
2.5.1.1 Principalmente elas: as esposas dos pastores, usadas como exemplo de submissão e trabalho.....	55
3. OS PASSOS LENTOS DA SUBVERÇÃO FEMININA	58
3.1 MULHERES PENTECOSTAIS E O ESPAÇO PÚBLICO POLÍTICO	66
3.1.1 A ordenação de mulheres ao sacerdócio institucional.....	71
3.2 QUANDO ELAS FUNDAM IGREJAS	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

Em um olhar para a história da humanidade, resta evidente a influência do patriarcado na cultura ocidental. Na América Latina está presente desde a colonização, na imposição de uma cultura dominante ao povo colonizado, elaborada a partir da autoridade imposta pelos homens sobre as mulheres e crianças, e reforçado pela instituição religiosa, afinal, a religião possui a funcionalidade de sacralizar a identidade do masculino, definindo o homem e seu espaço no universo. Neste aspecto o discurso religioso é orquestrado, legitimando a autoridade masculina, fazendo do contexto social ambiente em que as disputas de poder sejam uma constante.

As mulheres nesse contexto são marcadas pela violência e pela desigualdade social, submetendo-se aos caprichos e dominação do homem, tentando encontrar na religião solução para seus problemas que em sua maioria, estão relacionadas às agruras do ambiente familiar. O patriarcado religioso atua quase de forma imperceptível preconizando o papel da mulher de responsável pela manutenção do lar, e não como dominadas ou vítimas daquela circunstância, a elas são doutrinadas como lugar de ternura, amor, educação e submissão. Consequentemente tais práticas dogmáticas mantém a estrutura do patriarcado.

Com a chegada e disseminação do feminismo, as estruturas fundamentadas do patriarcado começam a ter seus basilares questionados, entrando em declínio. No que se refere ao contexto do pentecostalismo, por ter a religião caráter popular, a aderência ao movimento ocorre naturalmente. As mudanças que encontramos no cenário pentecostal são evolutivas e coincidem com os diferentes momentos do feminismo no Brasil. Elas vão acontecendo no contexto social geral, e são absorvidas pelo movimento pentecostal.

Gradativamente as mulheres pentecostais se deslocam do espaço privado para ocupar espaços antes destinados com exclusividade masculina, delineando os traços de uma nova religiosidade, baseada na identidade feminina. Os espaços públicos ocupados por essas mulheres nem sempre são nas denominações de origem, muitas vezes elas saem e fundam suas Igrejas, exercendo a liderança sem a necessidade da aprovação masculina. As dificuldades enfrentadas por elas estão intimamente relacionadas com a concorrência religiosa mercadológica, e em alguns casos a rejeição da ordenação feminina para postos de liderança, também é fruto dessa mesma concorrência religiosa.

Mesmo que elas saiam de suas igrejas de origem e fundam as suas, tais igrejas ainda servem ao patriarcado religioso, pois não existe produção de uma teologia pentecostal feminista, bem como não existe mudanças no discurso heteronormativo. Contudo, mesmo que pequenas, as mudanças são perceptíveis, pois, o feminismo abriu portas para que a mulher ocupasse tal lugar e que não mais fosse definida apenas pelo papel de mãe e esposa. Resultado da quebra de paradigmas apontando para permanência dessas mudanças, pois os espaços que são ocupados por elas também sugerem uma importância nos acontecimentos e transformações que o movimento feminista trouxe para a sociedade.

Para chegar ao resultado desta dissertação foi realizada metodologia bibliográfica, analisando consistentemente as fontes bibliográficas através de revisão. tomando por referencial teórico os autores relacionados com o assunto da dissertação, como: de Scott (1989) e Butler (2018) e Teles (1999), Okin (2008), Weber (1991; 2004), Bourdieu (1998; 2002), Freston (1996) e Mariano (2005). Optou-se por utilizar a revisão narrativa com finalidade de fazer relação com o objeto de pesquisa da dissertação, analisando diversas produções científicas de autores sobre o tema.

O percurso da dissertação teve objetivo geral compreender as influências do feminismo para as mudanças relacionadas ao papel da mulher no pentecostalismo brasileiro, que está estruturado sob o patriarcado religioso. Durante muito tempo as mulheres pentecostais desempenharam um papel secundário, dominadas e silenciadas simplesmente pelo fato de serem mulheres, a partir dessa problemática foi possível na dissertação identificar o cenário pentecostal e sua relação com o patriarcado, expor esquematicamente o pentecostalismo como contexto da pesquisa e identificar as mudanças trazidas pelo movimento feminista para o pentecostalismo de modo a contribuir para subversão feminina.

A presente dissertação está disposta em de três capítulos. No primeiro, o pentecostalismo é exposto com ênfase na primeira onda, pois neste momento elas tiveram as mesmas oportunidades de trabalho que os homens. Aos poucos o crescimento pentecostal absorveu o patriarcado e no findar dos primeiros 20 anos de pentecostalismo as mulheres foram silenciadas e a memória de sua atuação foi esquecida. O anonimato dessas mulheres e as distorções que existem a respeito do seu papel dentro da história, é fruto do patriarcado impondo sua permanência mediante as transformações sociais.

O segundo capítulo ocupa-se em demonstrar a exclusividade e dominação dos homens dentro do pentecostalismo, nesse contexto de violência identificamos mulheres que servem aos propósitos da perpetuação da supremacia masculina, e dicotomia de um sistema que está em decadência devido à própria violência cometida as mulheres, as quais se submetem a tutela de homem para exercer poder. Essa relação tem certa tensão que resulta posteriormente em divisões eclesiásticas ou o abandono ideológico religioso por parte da mulher, que passa a assumir um chamado progressismo político.

No terceiro capítulo, estabelecem-se algumas aproximações do feminismo e as ondas do pentecostalismo. À medida que o feminismo vai evoluindo e assumindo outras pautas o pentecostalismo também absorve tais mudanças, e as mulheres passaram a ocupar o púlpito, a administração e o protagonismo na liturgia de culto. Porém, mesmo com o protagonismo alcançado, em alguns casos, observa-se a reprodução do discurso fundamentalista religioso.

Desta forma, a subversão feminina não é fruto de um projeto de valorização da mulher, pois não é realizado com intencionalidade, e que parte diretamente delas. Com isso os resultados da pesquisa apontam para as constantes mudanças que o movimento pentecostal vem absorvendo frente aos avanços culturais e, adaptando um novo estilo de cristianismo no Brasil. A abrangência do movimento feminista e a ampliação da discussão sobre gênero impediu que o pentecostalismo absorvesse as temáticas sobre a inclusão, contudo, essa questão também está em movimento, já que as Igrejas inclusivas também preservam liturgia e organização hierárquica do pentecostalismo. Sem esgotar a temática o trabalho sugere algumas provocações sobre o assunto: Subversão feminina ao patriarcado pentecostal no Brasil.

1 PENTECOSTALISMO: CONTEXTO

O pentecostalismo é uma vertente do cristianismo que possui diversas ramificações, suas raízes estão no movimento da santidade liderado por John Wesley na Inglaterra ainda no século 19. Por isso “é necessário recordar que o pentecostalismo se insere na história mais ampla, conhecida como movimento de santidade que começou e se expandiu com John Wesley” (MENDONÇA,1997, p.155-156). O pensamento wesleyano aponta que a pessoa é capaz de chegar a um estado de “completa santificação”, vivendo um estilo sectário de vida, se abstendo dos supostos prazeres da vida.

Os primeiros pentecostais são de característica sectária, o que pode ser visto através do apelo à santificação e às regras de boa conduta que devem ser observadas dentro e fora do grupo. A observação da chamada santificação é o que garante o acesso as manifestações do Espírito Santo sobre os escolhidos, afinal, eles estão purificados para receber a ação divina. Mariano (2005) sugere que essa santificação discursada pelo pentecostalismo é a separação mundana mesmo dentro do mundo, o que Weber (1982) conceitua de ascetismo ativo:

O ascetismo ativo opera dentro do mundo; o ascetismo racionalmente ativo, ao dominar o mundo, busca domesticar o que é da criatura e maligno através do trabalho numa vocação ‘mundana’ (ascetismo no mundo). Tal ascetismo contrasta radicalmente com o misticismo, se este se inclina para a fuga do mundo (fuga contemplativa do mundo) (1982, 374)

Sob esses aspectos citados, o pentecostalismo surge no cenário mundial, iniciado pelo movimento da santidade na Europa, crescente e fundante nos Estados Unidos, através de Charles Fox Parham e seu discípulo William Joseph Seymour em 1906. O discurso teológico com raízes wesleyana concluiu que a “completa santificação” tratava-se de uma regeneração da pessoa culminando no batismo do Espírito Santo, proporcionando a experiência da glossolalia (BETIM, 2011).

O movimento liderado por esses homens transpôs os limites territoriais e chegou em território brasileiro simultaneamente por dois suecos e um italiano, fundando as primeiras igrejas de origem pentecostal. Em solo nacional, o pentecostalismo tem por característica “ênfatizar o dom de línguas, a crença na volta eminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior” (MARIANO, 2005, p.29).

Embora existam inúmeros escritos sobre o pentecostalismo e como ele pode ser conceituado, destacamos o posicionamento de Paul Freston, “o pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ondas de implementação de igrejas” (1996, p.67). A chamada primeira onda e também de pentecostalismo clássico, tem por precursores as Igrejas: Assembleia de Deus e Congregação Cristã. Já a chamada segunda onda tem seu início nos anos 50 surgindo com as igrejas: Evangelho Quadrangular; Igreja de Deus no Brasil; O Brasil para Cristo e Deus é amor (essas duas últimas citadas são de origem nacional). A terceira onda, chamada de neopentecostalismo surge nos anos 70 com a entrada da teologia da prosperidade e ganha força na década de 80, como grande expressividade a Igreja Universal do Reino de Deus.

Para a pesquisa desta dissertação, o foco foi no pentecostalismo clássico por ser a de maior influência na dinâmica histórica do cristianismo protestante no Brasil. Ainda como forte representatividade, o pentecostalismo clássico exerce direta ou indiretamente na formação das inúmeras ramificações do movimento pentecostal brasileiro (FREESTON, 1996; MARIANO, 2005).

Independente de qual momento é situado o pentecostalismo brasileiro, o movimento é herdeiro de um líder – Jesus Cristo, que nasceu a margem da sociedade, por esse motivo é interessante observar certo teor “militante” do pentecostalismo, já que desde sua origem precisou lidar com aspectos da marginalização e violência. William Seymour, filho de ex-escravos, foi considerado o apóstolo negro, sob sua liderança comandava uma equipe de trabalho “inter-racial, formada de mulheres e homens” (LIMA; ROSSI, 2020, p.50).

O objeto do pentecostalismo, independente de qual seja o momento em que se instalou no Brasil, também é o mesmo. Os fiéis, dentro do movimento buscam ter experiências religiosas a partir da glossolalia como fruto de uma vida santificada – essa é a base da teologia pentecostal (santificação e glossolalia), “o batismo no Espírito Santo proveesse o revestimento do poder divino para se obter a perfeição cristã” (ALVES, 2012, p.104).

1.1 PENTECOSTALISMO BRASILEIRO

O Brasil apesar de sua formação religiosa ter base sincrética, tem o cristianismo de origem católica romana como influência, em razão da colonização portuguesa. Trazida pelos colonizadores, a Igreja Católica além promover o avanço da

religião com suas investidas no processo de catequese dos índios e africanos, organizou e apoiou o patriarcado como forma de estruturação social no Brasil. A hegemonia do catolicismo perdurou até a chegada dos primeiros pentecostais em 1910, os quais levantaram bandeira contra o catolicismo romano sem qualquer pretensão de diálogo entre as instituições religiosas de base cristã (AZEVEDO, 2002).

O protestantismo chegou ao Brasil com as igrejas de origem metodistas, batistas e presbiterianas. Assim como o catolicismo romano, ele também permaneceu distante do cotidiano da maioria da população, uma vez que permaneceu no modelo elitista já existente, juntos, protestantismo histórico e catolicismo romano contribuíram para manutenção do domínio da elite da época. Pois a elite tinha acesso a formação escolar diferente da base da pirâmide social, analfabetos e semianalfabetos, trabalhadores comuns e alguns ex-escravos baseavam suas experiências religiosas a partir da valorização da oralidade.

As experiências religiosas da população de base da pirâmide social eram baseadas na tradição oral, por meio dos contos e lendas propagadas pelos escravos nas senzalas, posteriormente a oralidade também ganhou espaço nas romarias católicas e folclore nativo. Elas contribuíram para a formação de uma experiência religiosa bem popular, difundida em espaço público, compartilhadas pelos pares em ambientes simples, totalmente diferente das catedrais europeias (ALVES, 2012).

Este contexto exposto foi solo fértil e berço para o pentecostalismo brasileiro. Os primeiros pentecostais fixaram-se em Belém do Pará no ano de 1910. Apesar da cidade não ser considerado grande centro urbano da época, recebeu imigrantes em busca de uma melhoria de vida devido ao ciclo da borracha. Cabe neste momento frisar a semelhança com Chicago e Los Angeles (berço do pentecostalismo americano), de igual forma essas duas cidades receberam inúmeros imigrantes em busca também de uma oportunidade de vida melhor (ALVES, 2012; SOUZA, 2014).

O pentecostalismo se consolidou no Brasil favorecendo-se das mudanças sociais econômicas e políticas, fruto da recente abolição da escravatura, de um nascimento da república e da criação de uma segunda Constituição que separou o Estado da Igreja. Devido a expansão industrial, processo de urbanização e expansão de transportes, os pentecostais foram da região Norte para a Sudeste, e posteriormente região Sul, propagando a nova fé, que além de modificar a vida cotidiana também controlava o comportamento do indivíduo (BASTOS; et al, 2022)

A expansão pentecostal no Brasil não é fruto de uma ação coordenada e nem planejada, ela foi favorecida pelo contexto encontrado como citado e também pelo fim do ciclo da borracha, os novos adeptos da fé pentecostal ao retornarem para seus estados de origem, compartilhavam a nova experiência de fé. Os que propagavam a fé pentecostal eram leigos e compunham a base da pirâmide social brasileira, encontrando na instituição pentecostal uma oportunidade de ascensão social (SOUZA, 2014).

O brasileiro de cultura festiva foi atraído pela musicalidade pentecostal, pois o

pentecostalismo através da música teve uma aproximação com a cultura brasileira diferente das igrejas históricas enquanto as Igrejas Protestantes Históricas priorizavam o piano ou o órgão, a Assembleia de Deus formava bandas de músicas. Muito parecidas com as bandas de fanfarras que tocavam as marchinhas dos carnavais do início do século XX. (ALVES, p.61. 2012)

dessa forma foi se delineando o pentecostalismo brasileiro, permitindo que a experiência de fé cristã tornasse parte do cotidiano das pessoas através da assimilação cultural e também do vínculo criado com cada adepto através da mensagem de apelo emocional.

O pentecostalismo trouxe um novo aspecto para vida social. O cristianismo propunha que a vida do indivíduo tinha que ser regida pela experiência similar ao ocorrido no evento denominado de Pentecostes, ocorrido em Atos dos Apóstolos capítulo 2. O texto descreve que, as pessoas reunidas experimentaram a “descida” do Espírito Santo promovendo a oportunidade de falar em outras línguas (glossolalia). O Sagrado, o que é totalmente diferente do natural se revela de uma realidade considerada sagrada, Eliade (1992) deu-lhe o nome de hierofania.

Ao fazer uma análise da ideia de Eliade (1992) com o pentecostalismo a partir do êxtase obtido, é possível entender que para o fiel a contemporaneidade do evento do pentecostes é a consumação do profano ao sagrado, conferindo ao fiel um suposto tipo de poder, como a expulsão de demônios, curas, tremores, choros, falas incompreensivas e experiências espirituais mescladas com dança. “Este foi o protótipo comportamental e identidade mais prevalente que o movimento pentecostal acabou ganhando no mundo, principalmente na América Latina” (ANDRADE, p.71, 2020).

O crescimento do pentecostalismo no Brasil justifica diversas pesquisas sobre o tema. A conquista de novos espaços garante a sobrevivência no cenário religioso e desperta o interesse da classe política neste grupo. Ao longo dos anos os pentecostais rotulados de estarem à margem da sociedade, neste momento, passam a contar com “os

números crescentes de fiéis, pastores, igrejas gigantescas e mesmo políticos eleitos com o apoio destes grupos” (ANDRADE, 2020, p.63).

O ingresso na política favorecem os partidos políticos na permanência no poder e garante aos pentecostais benefícios para suas paróquias, “bispos e pastores seriam recrutados por partidos políticos – normalmente de centro ou direita – para disputarem eleições para o legislativo municipal, estadual e federal. Uma vez eleitos, eles beneficiariam suas igrejas com políticas paroquiais” (LARCERDA, 2017. p.83). De fato, não existe um partido formalmente pentecostal, mas a inserção das Igrejas pentecostais na política aponta para força e influência deste grupo no cenário social.

A influência pentecostal na sociedade é herdada do cristianismo, fixo no Brasil, basta olhar o quadro eleitoral presidencial de 2018, comprovaremos a existência de tal influência na sociedade, existiam dois candidatos abertamente pentecostais (Cabo Daciolo e Marina Silva) e um com influências religiosas pentecostais (Jair Bolsonaro), com seu discurso fundamentalista e conservador permitiu que o referido grupo encontrasse “carona” para impor suas pautas a sociedade.

O discurso religioso de Bolsonaro dentro do Estado laico pode nos levar a perceber que a religião ainda traz grande influência na vida das pessoas. Somos um país laico, mas não somos ateus, a religiosidade cristã permeia a cultura brasileira através da literatura, arquitetura, música e arte, entre outras. Esta grande influência da religião cristã está nas repartições públicas, onde geralmente há um crucifixo, denotando haver influência católica (VALÉRIO, 2020, p.123).

Analisando o contexto social, os pentecostais trouxeram também uma nova relação econômica movidos pela concorrência, a Igreja se transformou em grande balcão de vendas, pois ela oferece ao fiel os valores para que ele recupere o seu sentido de vida (OLIVEIRA, *et. al*, 2017), Deus é apresentado a partir da situação em que a pessoa se encontra, como uma saída segura, permitindo que o fiel barganhe com o sagrado. Na realização dessas barganhas existe uma ênfase no dinheiro enfatizado pela terceira onda do pentecostalismo, “os crentes, mormente os neopentecostais, mudaram sua relação com o dinheiro, que adquiriu conotação e valor teológico positivos, tornando-se até objeto de cultos especiais... ‘é dando que se recebe’” (MARIANO, 2005, p.183).

1.1.1 Uma população cada vez mais pentecostal: uma mudança cultural

Desde sua chegada no Brasil o pentecostalismo se “ajustou” a cultura da sociedade, dividido em três ondas, cada uma delas possui características que expressam

o modo de vida da sociedade da época. É inquestionável que as diferentes ramificações do pentecostalismo trouxeram mudanças no cenário religioso e social. Em seu momento de instalação no Brasil o movimento pentecostal valeu-se do hibridismo do metodismo protestante e de religiões de matriz africana, ambos estavam a mais tempo e faziam parte do cotidiano do povo. Por esse motivo que o pentecostalismo

valoriza a praticidade, a solução de problemas cotidianos dos adeptos através do transe e da cura divina. O transe e a possessão espiritual alvejarão uma ligação mais direta e prática com entidades divinas, a pedir intervenções e soluções de problemas, sem questionamentos doutrinários e teológicos, os quais seriam manifestados pela presença do Espírito Santo no fiel. [...] Esses elementos evocam práticas presentes em crenças afro-brasileiras (MACEDO, 2007 p. 103).

A partir da década de 50, surge a segunda onda do movimento. Iniciada com a fundação da primeira denominação pentecostal liderada por um nativo (Igreja O Brasil para Cristo, Manoel de Melo) e com a chegada da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Elas fizeram com que o sectarismo e o ascetismo começassem a ceder lugar à acomodação ao mundo. Seus métodos de evangelismo romperam com limites físicos do templo e foram para os estádios, ruas e tendas, locais comuns ao povo, adaptando-se ao estilo urbano da população, outro aspecto observado é a inserção no rádio, meio de comunicação comum na década de 50 que popularizou a mensagem pentecostal (ALENCAR, 2015).

1.1.1.1 Pentecostalismo em seu primeiro momento: A raiz de todo pentecostal

Inicialmente o pentecostalismo tinha sua identidade semelhante ao protestantismo, herdando elementos “culturais como a ética de vida e de trabalho, o individualismo do fiel frente a Deus, a rejeição de hierarquia eclesiástica e de santos” (MACEDO, 2007, p. 74). Mas o processo migratório da zona rural para as grandes cidades favoreceu o pentecostalismo no seu crescimento e sua adaptação à cultura e o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos também influenciou a expansão do pentecostalismo, já que o movimento era composto por pessoas da periferia, habituadas a marginalização.

O pentecostalismo de primeira onda é sectário, e a medida de seu crescimento foram absorvendo os traços culturais dos fundadores ou das regiões de onde surgiram, por exemplo, com o surgimento da segunda onda do pentecostalismo houve um uso intenso da mídia de massa da época: o rádio e os cultos eram realizados com grandes

concentrações fora do ambiente eclesiástico. Esse comportamento reflete um novo tipo de relação com o mundo, quebrando com o sectarismo do pentecostalismo de primeira onda, contribuindo para a popularização do pentecostalismo. Macedo (2007) afirma que o imobilismo institucional da Igreja Católica, utilização do rádio (meio de comunicação comum da época) e os cultos realizados fora do cenário eclesiástico contribuíram para acessibilidade do cotidiano urbano marginalizado a mensagem pentecostal.

O sujeito pentecostal está impregnado de brasilidade, isso significa que ele traz o tradicionalismo católico, o protestantismo histórico, o patriarcalismo, coronelismo, caciquismo e oligarquias. Em seu primeiro momento o movimento é marcado pela miscigenação, cultura indígena, europeia e africana. Diferente do pentecostalismo norte-americano que desde o início é marcado pela segregação o brasileiro tem a miscigenação celebrada.

Inicialmente a liderança nativa dos pentecostais contavam com uma formação informal baseada na tradição oral, chamada por Mafra (2008), de cultura de leitura. Tanto a liderança quanto os fiéis recebiam a instrução religiosa a partir do púlpito já que a maioria dos fiéis e líderes eram analfabetos, por isso que nos primeiros anos o movimento pentecostal dependeu exclusivamente dos suecos que tinham por características: evitamento de conflitos, amigabilidade e uma espiritualidade anti-confronto. Esse modelo educacional exigia do pregador uma performance pentecostal que pode ser vista ainda nos dias de hoje como: entonação de voz, emoção, aliada de boa gesticulação, e tanto na primeira onda quanto na segunda, eles eram identificados como povo barulhento (ALENCAR, 2015).

O contexto da primeira onda do pentecostalismo no contexto global é marcado por duas Guerras Mundiais e epidemias, resultadas do processo de industrialização e urbanização da Europa (DIOGO; SIMÕES, 2021). O mundo era considerado o local de sofrimento e com o avanço do nazismo tornou-o um local sombrio e difícil de viver. Este cenário de sofrimento alimentava a expectativa messiânica e escatológica, o fiel era ensinado que deveria se preparar para a era vindoura, a parúsia. De acordo com Alencar (2015) os males sociais foram vistos como forma de castigos divinos contra os infiéis.

Os problemas sociais expostos acima aliado ao contexto da segunda guerra, contribuiu para que pentecostais mantivessem contra a cultura. Na Alemanha os poucos pentecostais eram descritos como demoníacos; na Itália, católicos e nazistas fizeram um acordo para exterminar pentecostais e testemunhas de Jeová (BUNDY, 2022). As perseguições aos pentecostais também se estenderam pelos Estados Unidos e Brasil

O pentecostalismo foi absurdamente perseguido em seus primeiros anos, nos EUA e também no Brasil, pelas igrejas tradicionais, ditas cristãs, muito mais por racismo e sexismo. Uma perseguição imoral, anticristã, vergonhosa. (WOLFART, 2010, p. 16)

No Brasil as igrejas pentecostais constituíram-se em verdadeiros refúgios contra a cultura, com isso, desenvolveram uma cultura própria em que o recém-converso deveria ter sua atividade social ligada a convivência com os irmãos e na participação dos cultos, ou seja, eles tinham que abandonar tudo o que socialmente e culturalmente, a população não evangélica fazia (BUNDY, 2022). As mulheres ainda tinham privações maiores, Alencar (2015) afirma que era como se, ser mulher, fosse pecado já que todo cuidado e moda eram interpretados como sinal de vaidade e, portanto, considerados como pecado. Enquanto a cultura secular já havia um afrouxamento nas regras de vestimenta, os pentecostais reforçavam o conservadorismo, a submissão feminina adquiriu tons de repressão no pentecostalismo de primeira onda (PEREIRA, 2018).

O pentecostalismo enfatizou que apenas a nova cultura, criada dentro das paredes denominacionais levaria para o céu. Os assuntos sobre cultura pecaminosa, idolatria (rivalidade com o catolicismo) e a carnalidade estavam tomados pelo pecado. Uma característica do primeiro momento do pentecostalismo é o pacifismo, eles sofriam preconceitos e sofriam em diversas formas e mesmo assim tinham orgulho de tais sofrimentos e preconceitos (ALENCAR, 2015).

1.1.1.2 Pentecostalismo e seu desenvolvimento cultural: “Mundanos”

A partir de seu segundo momento o pentecostalismo no Brasil, de acordo com Alencar (2015) tem influências do empreendedorismo americano, em sua cultura fixaram a engenhosidade para atrair multidões. A concorrência entre as igrejas no âmbito dos pentecostais da segunda onda adotaram discurso que impunha grandeza, e os nomes das novas denominações que foram surgindo também acompanharam a conotação de grandeza, inflando o ego dos líderes, perdurando na atualidade (PEREIRA, 2018).

Desde a redemocratização brasileira, os pentecostais cresceram assustadoramente e mudaram o imaginário sobre os evangélicos de modo geral. Por meio dos ditos artistas do meio gospel o pentecostalismo conseguiu alcançar e “incluir um público que não necessariamente se identifica como evangélico, mas passa a reconhecer algumas referências associadas a eles” (SANT’ANA, 2014, p.212).

Desde o surgimento, as mudanças no pentecostalismo trouxeram uma religião próxima da realidade brasileira, em um país que anteriormente ser brasileiro era taxativamente sinônimo de ser católico, na atualidade destaca-se a importância dos evangélicos e suas conquistas sociais a partir do crescimento pentecostal, causando interesse de diversas áreas da sociedade, especialmente na política. A proximidade com o cotidiano o tornou bem menos rigorosos quanto aos usos e costumes e incentivados pelo discurso que tudo que está no mundo é para que os fiéis a Deus possam desfrutar, inclusive do celeste porvir aqui e agora (ALENCAR, 2015).

Suas ações na atualidade defendem a “família tradicional” (SANT’ANA, 2014, p. 2014), o “fundamentalismo bíblico” (GUIMARÃES, 2014, p.29), o “patriarcalismo” (BARRETO, 2004) e a “heteronormatividade” (JESUS, 2013). Através do fundamentalismo bíblico e a defesa da família tradicional reforça para uma supremacia masculina,

a superioridade (que muitas vezes desemboca em comportamentos agressivos) do homem sobre a mulher é justificada bíblicamente, e a mulher mantém o mesmo *status* tradicional de submissão ao marido, tal qual era a concepção no mundo pré-moderno. (GUIMARÃES, 2014, p. 71).

O pentecostalismo século XXI, além de preservar os traços de outros momentos, como elencados acima, é participante ativo da política nacional. Com seu estilo ditado pelo mercado, tem contribuído para o processo de desinstitucionalização do cristianismo, mas contribui para a sobrevivência do cristianismo no Brasil, pois, a cada ano são abertas novas igrejas pentecostais, e cada vez mais familiarizadas com a cultura popular. Dessa forma o cristianismo continua sobrevivendo às épocas delineando a sociedade, nessa direção “a religião foi a forma encontrada pela cultura para estabelecer seu domínio” (ECCO; MARTINS FILHO, 2018, p.35).

É interessante ainda observar que o pentecostalismo atual não tem o catolicismo como rival, segundo Machado (2005) antigos rivais, agora estão “unidos” em prol de pautas que coadunam, como contrário a legalização do aborto e contra a ideologia de gênero. Percebe-se neste cenário de pautas sociais, o cristianismo como uma forma de regulação social, influenciando diretamente nos posicionamentos regulamentários na esfera governamental.

Apesar da perpetuação do cristianismo e do crescimento vertiginoso pentecostal, Duarte (2021) aponta para um enfraquecimento do movimento como fruto da transformação da igreja em local de entretenimento. Os fiéis da atualidade

já não se identificam com nenhuma denominação ou seguimento cristão específico, [...] ao processo que denominamos de quarta onda do pentecostalismo brasileiro” (DUARTE, 2021, p.117). Uma possível quarta onda do pentecostalismo consiste em novas formas de expressões atípicas de manifestações religiosas, contribuindo para o surgimento dos “crentes sem religião” e de acordo com Ecco e Martins Filho (2018) “são colhidos da seara cristã” (2018, p.48). Surgindo um novo encontro religioso que é mediado pela liberdade de opção e não pela instituição conforme (FOLLMANN, 2007, p. 12)

1.2 UM DIABO BEM UTILIZADO: A DEMONIZAÇÃO COMO FORMA DE CONTROLE PARA O PENTECOSTALISMO

No arquétipo teológico da religião o mal sempre esteve presente, o fiel sempre foi preocupado em combatê-lo. Nos escritos de Paulo Apóstolo constantemente observamos a palavra “batalha” fazendo referência a uma luta travada, seja entre céu e o inferno, ou crente contra o demônio. Então o papel institucional da igreja é a garantia de vitória por parte do fiel, nem que para isso ele quebre com princípios éticos e seja exposto ou ridículo e aos excessos por parte dos pastores.

O mal, o Diabo e a demonização são presentes na cultura brasileira, e facilmente identificado nas narrativas cotidianas. Sua imagem foi progredindo de fracassado e estúpido para maligno e destrutivo, caracterizando seu poder quase ilimitado. Tanto o mal e o Diabo ganharam importância teológica, pois se existe Deus precisa existir um rival à altura, os malefícios criados por ele de acordo com a tradição cristã, só podem ser derrotados com uma busca constante do favor divino (CORREA, 2019). A dicotomia do bem e o mal sustenta a existência do sagrado.

Nos diferentes momentos do pentecostalismo sua forma de enfrentamento e razões para ser combatido são diferentes. Enquanto no pentecostalismo clássico o fiel é revestido do Espírito Santo para resistir ao Diabo fora dos âmbitos da instituição, através da renúncia do que o mundo oferece (sectarismo), no pentecostalismo de terceira onda ele é combatido para que o homem consiga tomar posse das coisas terrenas melhorando sua qualidade de vida, essa é a garantia que a instituição promove.

Como forma de atrair novos fiéis os líderes enfatizam uma guerra, atribuindo ao demônio os problemas do cotidiano, tal prática é herdada do catolicismo medieval. Na contemporaneidade a propagação da demonização ganhou força a partir da “adoção de novas tecnologias para recrutamento de fiéis para divulgação das estruturas

eclesiásticas nas esferas sociais e política” (MACHADO, 2007, p.14), fortalecendo o pentecostalismo no Brasil, pois o que não falta é problema cotidiano para serem resolvidos.

Os combatentes da guerra travada estão sujeitos a exploração religiosa, Machado (2007) afirma que a demonização é uma ferramenta cognitiva poderosa para dominar os grupos minoritários, a saber: os pobres, as mulheres, os idosos e os negros. São estes que enchem os templos pentecostais semanalmente assumindo a linha de frente contra as forças do diabo, com o objetivo de colocar ordem no cotidiano. No alvo da demonização estão os problemas: financeiros e as questões de gênero.

Os pentecostais justificando o sectarismo, “demonizou” tudo que promovia vaidade, principalmente a vaidade das mulheres, ou até coisas do uso cotidiano. Na tentativa de esquivar-se do mal determinaram até mesmo os tipos de roupas que os fiéis poderiam vestir. Esse tipo de associação não é novo, na chegada do catolicismo no período colonial, os jesuítas quando foram catequizar as crianças souberam combinar a crença animista deles da entidade maligna, associando-o ao Diabo (MACEDO, 2007, p.32).

Como já mencionado, o pentecostalismo é dividido em três ondas aqui no Brasil, enquanto as primeiras (clássicos) preservam o sectarismo como característica, os pentecostais de terceira onda sintetizaram a guerra espiritual contra o Diabo utilizando a Teologia da Prosperidade (MARIANO, 2005, p.36). O Diabo e a demonização do cotidiano assumem diversos papéis dentro do movimento pentecostal, talvez o papel mais importante que ele desempenha seja o controle através do medo, coloca o fiel no caminho certo, pois, como adversário de Deus sua responsabilidade é atrapalhar o caminho e a vida dos fiéis, pois

O mal é expresso como tudo aquilo que aflige o homem. As doenças, a pobreza, os vícios, os problemas emocionais, etc. Tudo isso representa o mal, e a prática do exorcismo leva a expurgação desse mal, que é causado pelas forças demoníacas. Já o bem emana do agir de Deus, e é simbolizado pela prosperidade do homem em todos os aspectos: Na saúde, nas finanças, na vida pessoal e profissional. (MONTEIRO, 2021, p. 235)

Na visão dos pentecostais ele (diabo) possui um poder quase ilimitado e é a personificação do que é mal. Similar a Deus, ele também tem um reino, o inferno, tem um exército e também tem um campo de atuação que é a Terra. Sua objeção ao homem conforme a tradição cristã, reside em ser alvo do favor divino e de acordo com o texto

bíblico, Deus criou o homem “e de glória e de honra o coroaste” e colocou todo seu exército (anjos) a favor do homem, segundo o autor de hebreus eles (anjos) são ministros a favor da humanidade (MONTEIRO, 2021).

O diabo ganha força e importância a partir da demonização, pois o medo nele concedeu fortalecimento para as instituições religiosas, já que ele assume papéis diferenciados e pode ser personificado através do discurso pentecostal,

Como Satã pode assumir diferentes formas, qualquer pessoa ou grupo pode personificá-lo: judeus, mulheres, homossexuais, negros, muçulmanos, comunistas, umbandistas, terroristas, criminosos e até mesmo animais ou objetos podem ser encarnações ou manifestações do Demônio, pois a variabilidade e mutabilidade de aparências (e nomes) é vista como um de seus atributos principais. (ABUMANSUR, et al, 2019, p. 389).

Em tempos que se fala em mobilidade religiosa e o processo de secularização que enfraquece as instituições, criando “um novo encontro com o religioso mediado pela liberdade de opções e não determinação institucional” (FOLLMAN, 2007, p.12). A demonização do cotidiano garante o fortalecimento da instituição, ocorrendo através das sessões de exorcismo que são adicionadas à liturgia do culto, demonstrando ao fiel frequentador, que tal instituição diferente das outras opções religiosas consegue lidar com o problema criado pelo Diabo (MONTEIRO, 2021).

De acordo com Abmanssur *et. al* (2019) “na cultura popular brasileira, o diabo não se apresenta da mesma forma como faz na cultura teológica erudita. Podemos arriscar dizer que não são sequer a mesma entidade” (ABMANSUR, et. al, 2019, p.396). É por esse motivo que acontece a demonização do cotidiano por parte dos pentecostais e sobrevive do carisma do pastor, pois sob sua autoridade o mal é controlável, compreensível, gerenciável e aceitável; característica de uma religião popular.

No processo de demonização, além do cotidiano estão as questões sobre gênero. As mulheres dentro do cristianismo são caçadas sob acusações de serem aliadas do mal. Durante a idade média foram acusadas de bruxaria, mantendo um pacto com o diabo. No pentecostalismo clássico elas foram proibidas de qualquer manifestação de vaidade para não despertar o desejo sexual nos homens (GABATZ, 2016).

A demonização da mulher dentro do pentecostalismo é no mínimo incoerente com os dois mitos fundantes do pentecostalismo, o primeiro acontecido é em Atos dos Apóstolos, que embora utiliza “todos” generalizando a presença das mulheres elas

estavam lá e foram mencionadas coletivamente. Pedro em seu discurso após o evento do pentecostes faz referência a profecia de Joel, e iguala homens e mulheres ao dizer “Nos últimos dias diz Deus: derramarei do meu Espírito sobre todos os povos. Os seus filhos e as suas filhas” Atos 2.17. Alencar e Farjado (2016, p. 100) afirmam o aspecto inclusivo das mulheres ao evangelho, no mínimo inusitado para época.

O segundo mito fundante do pentecostalismo é o de Azuza, liderado por um negro e um grupo de mulheres que reuniam brancos e negros em busca da experiência da glossolalia. Esses dois eventos foram inclusivos e também igualitários, preservavam o censo de comunidade, porém não permaneceram com tais características (ALENCAR; FARJADO, 2016).

Para o pentecostalismo a demonização é aliada e muito bem representada. O Diabo também é um tipo de sagrado já que não pertence a ordem mundana, responsável pela potência do mal, das coisas impuras, é a razão das doenças, da morte e da quebra da hegemonia social. O fato é que tanto o divino e o diabólico fazem parte da vida religiosa, o que ocorre no pentecostalismo é uma popularização do Diabo através da criação de que Deus e o Diabo estão em constante guerra, e que o campo de batalha é a vida humana (MACHADO, 2007)

1.3 Pentecostalismo com “H” maiúsculo: um espaço masculino de maioria feminina.

Apesar do mito fundante do pentecostalismo moderno ter sido de aspecto igualitário, nos seus primeiros anos em Azuza, causou estranheza serem liderados por um negro e um grupo de mulheres que reuniam para vivência comunitária de homens e mulheres, não fazendo distinção entre eles. Porém, esse aspecto do pentecostalismo não veio junto com os primeiros pentecostais para Brasil. Os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingrem acompanhados de suas esposas, quando chegaram encontraram uma sociedade que favorecia os homens, talvez seja por isso que a história do pentecostalismo no Brasil se concentra nos nomes dos homens citados acima (ALENCAR, 2015).

O pentecostalismo moderno apesar de iconoclasta em seu início, pelo menos nos primeiros 20 anos, tornou-se fundamentalista, burocrático e machista. Neste sentido o registro de uma das primeiras convenções da Assembleia de Deus realizada em 1930 (maior representante do pentecostalismo clássico) proibiu o exercício ministerial das mulheres, no entanto, Frida Vingrem era editora e dirigia o Mensageiro da Paz (jornal de circulação das Assembleias de Deus). Frida ignora a proibição e ainda escreve sobre as mulheres rejeitarem a restrição da atuação doméstica (MARTINS, 2022).

Por esse motivo ela e o marido foram defenestrados por seus contemporâneos suecos e alguns líderes brasileiros, e mandados de volta para a Suécia. Ele morreu no ano seguinte de sua volta, em 1933. Ela, depois de duas tentativas de retorno e de receber negativas de sua igreja na Suécia, resolve voltar por conta própria. Um grupo a impede, toma seus filhos e a interna compulsoriamente em um hospital psiquiátrico, e lá ela morre com 40 anos, em 1940. Frida foi morta duplamente: quando vive a trama machista e depois de morta, pois mataram a sua memória (ALENCAR; FARJADO, 2016, p.103).

Para os homens o pentecostalismo serviu como forma de ascensão social, marginalizados e malvistas na sociedade, dentro do pentecostalismo podiam alcançar posições de representação social enorme, a começar das vestimentas. Enquanto os homens vestiam roupas sociais (ternos e gravatas) as mulheres eram privadas de sua vaidade (ARAGÃO FILHO, 2011). A segunda onda do pentecostalismo brasileiro, marcada pela chegada da Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada e presidida por uma mulher nos Estados Unidos, se mostrou um pouco menos machista, porém, após a morte de McPherson, nenhuma outra mulher chegou a exercer a mesma posição (ALENCAR; FARJADO, 2016).

O movimento pentecostal em sua composição é majoritariamente feminino, mas em sua organização é predominantemente masculina, pois o governo e a atuação nas igrejas pentecostais estão nas mãos dos homens. Nessa direção Erickson (1996) sugere que a religião é constituída de homens, pelos homens e para os homens. Isso significa que a religião acaba sacralizando a figura do masculino. O masculino por sua vez consiste na representação do sagrado. Tudo que se refere na vida social ao sagrado está ligado ao masculino e o profano ligado ao feminino. Do aspecto social, a religião é o produto real que esboça a vida ideal.

O campo pentecostal apenas reflete o que acontece na sociedade, uma divisão dos espaços públicos e privados, “os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução” (OKIN, 2008, p. 308).

De que forma então, ocorre essa separação de público e privado no pentecostalismo? Elas são silenciadas mediante a interpretação fundamentalista restringindo a atuação das mulheres na esfera doméstica conforme os textos de 1 Timóteo 2.11-12 e 1 Coríntios 14. 34-35, apoiando a supremacia masculina dentro do âmbito pentecostal. O posicionamento machista no mínimo é incoerente quando se

observa a prática de tais igrejas, pois o trabalho das mulheres nestes locais é explorado e limitado, de acordo com Alencar (2019) pode realizar a missão, mas nunca ocupar o ministério. Conforme o autor citado “uma das marcas do trabalho feminino de missão é que há nele um reflexo direto do machismo brasileiro: que põe a mulher na posição de submissão” (ALENCAR, 2019, p. 197). As palavras da mãe do pregador Silas Malafaia, Albertina Malafaia, refletem e reforçam a temática de que o pentecostalismo é uma religião de dominação masculina, segundo ela a mulher tinha que dar lugar de honra ao homem na sociedade, “a mulher deve permanecer na retaguarda” (MALAFAIA, 1978, p.33).

De acordo com Souza (2015), “Entre os homens evangélicos há uma espécie de ‘domesticação’ do comportamento [...] acontece através da valorização dos atributos ditos femininos e da resistência à identidade masculina hegemônica na sociedade” (SOUZA, 2015, p. 220). O machismo no pentecostalismo mesmo se apresentando de forma diferente da cultura brasileira, é forte. Sua força é oriunda dos valores patriarcais e de uma vida moral sexual rígida, apoiando-se na heteronormatividade (PINTO, 2018).

O machismo estruturado dentro do pentecostalismo, fez com que várias mulheres tivessem seu trabalho esquecido ou oculto na história do movimento, como no caso de Frida Vingren, MacPherson e Ruth Doris Lemos, essa última teve seu pastorado não reconhecido no Brasil, ordenada Pastora pela Assembleia de Deus norte-americana, abriu mão de sua titulação para trabalhar ao lado do marido João Kolenda Lemos, como fundadores do Instituto Bíblico das Assembleias de Deus, aqui no Brasil. Durante sua vida ela foi reconhecida apenas como “irmã Doris” ou “missionária Doris”, enquanto nos Estados Unidos era reconhecida como “pastora Doris” (MARTINS, 2022).

2 MANDA QUEM PODE OBEDECE QUEM TEM JUÍZO: A REPRODUÇÃO DA DOMINAÇÃO MASCULINA NO PENTECOSTALISMO

2.1 UM POUCO DO CONCEITO E CONTEXTO DO PATRIARCADO

Desde o último censo concluído pelo IBGE em 2010, foi constatado um crescimento enorme do pentecostalismo no Brasil. Este seguimento do cristianismo é de composição majoritária feminina, mas liderada e construída em torno da figura masculina, como toda sociedade Ocidental. O pentecostalismo se destaca por ser uma religião de composição marginalizada e também por sua capacidade de assimilação cultural. Neste sentido é importante lembrar que o Brasil tem por herança o patriarcado, pois desde a colonização portuguesa, foi utilizado como estratégia de dominação, regendo tanto a vida social quanto a vida econômica em torno da figura masculina, perdurando até chegada do feminismo no Brasil (SOUSA, 2014).

O patriarcado se vale da instituição familiar garantindo poderes ilimitados a figura masculina concentrada na paternidade. Como estratégia de colonização teve como base o cenário doméstico rural e o regime de escravidão, mas de acordo com o crescimento e desenvolvimento das áreas urbanas e o processo de industrialização a

família patriarcal no Brasil. Esta compreende, de início, um núcleo central composto por um casal com seus filhos legítimos. Na periferia, encontram-se as concubinas, filhos ilegítimos, escravos e agregados. A autoridade paterna é quase ilimitada, incluindo o direito sobre a vida dos filhos que vivem na casa dos pais, ou em casas por ele concedidas (AGUIAR, 2011, p. 311)

Conforme o exposto, o patriarcado, para Aguiar (2011) organizou a sociedade brasileira a partir da instituição familiar, dando domínios quase de forma ilimitada ao pai, seu domínio está para além da família, já que a autoridade paterna possui domínio sobre a vida de todos que estão debaixo do seu domínio, mesmo que não esteja dentro dos seus limites de propriedade física. O pensamento weberiano concorda com o exposto a respeito do patriarcado, sugerindo que a autoridade paterna consiste em dominação, pois o patriarcado consiste na “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (WEBER, 1982, p. 187). Tal autoridade imposta pelo pai foi responsável na história do colonialismo para estabelecer comportamentos e punições que poderiam chegar até mesmo à morte (AGUIAR, 2011)

De forma essencial o patriarcado mantém a ordem social a partir família, pois é através dela que ocorre a perpetuação do nome do patriarca, de acordo com D'Ávila

(1999) a família “veste” o Ocidente com patriarcado e na construção da relação de gênero, já que é nela que se “aprende” ser homem ou mulher. O patriarcado construído ao redor da figura masculina, reproduzido e transmitido através da família passou a ser desconstruído a partir da década de 90, bem como a partir das novas configurações a familiares, inclusive reconhecidas no âmbito legal.

Acrescentando o pensamento exposto, Barreto (2004) aponta as características do patriarcado, servindo de base para a sociedade se apresenta da seguinte forma:

É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência (BARRETO, 2004, p.64)

tais características demonstrada, por Barreto (2004) sugere que o patriarcado apoia-se na legitimação dada pela estrutura familiar e a partir dessa estrutura as demais relações manifestam a superioridade masculina no meio da sociedade, a começar dos papéis sociais que são definidos de acordo com as diferenças biológicas, enquanto o masculino ocupa os espaços públicos e destaque, o feminino ocupa os espaços privados e são apresentadas como pertencentes à uma família ou submetidas a uma figura masculina.

A estrutura do patriarcado de acordo com Weber (1991) é estabelecida pela obediência a normas abstratas, porém sagradas conforme a tradição, uma vez que a autoridade do chefe tem seu germe na comunidade doméstica garantindo ao patriarca a posição de dominador, neste sentido

a dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em "normas", mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição (WEBER,1991, p. 234)

Complementando o pensamento de Weber (1991), Lemos (2013) afirma que o patriarcado

é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: a) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, b) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas (2013, p. 202).

Neste sentido o patriarcado é o resultado de uma visão androcêntrica do mundo. Em que tanto a história quanto a formalização da religião foram escritas pelo masculino e para o

masculino, deixando no esquecimento as mulheres, pois elas estão subordinadas e apresentadas como figurantes ou como objeto do mal, no caso da religião, por isso ao masculino é dado a oportunidade de ser o dominante.

Historicamente o patriarcado é percebido através da opressão, violência e submissão em que mulheres e os filhos estão. Pois são subordinados ao “pai de família”. Este modelo de patriarcado recebe reforço e potencialização por meio das organizações sociais (instituições) que tem o objetivo de cooperar para construção e conservação da dominação em que estão submetidos, as instituições religiosas são fortes aliadas para o patriarcado. Sua historicidade e legitimação é desde o surgimento do povo hebreu,

O termo patriarcado foi utilizado pela primeira vez pelos hebreus para identificar seus líderes judaicos, que possuíam autoridade instituída por Deus sobre seus subordinados dentro de um grupo (SANTOS; OLIVEIRA, 2016, p.205).

A religião tem o papel fundamental de esboçar o ideal da vida social (ERICKSON, 1996), por isso ela sacralizou a figura do masculino, associando o sagrado com a figura masculina, tornando-o protagonista de toda sociedade Ocidental. De acordo com Ecco (2007) na cultura brasileira está presente a ideia de que Deus deu preferências ao masculino e também autonomia, já que o feminino de acordo com a teologia da criação, precisou de parte do homem para existir, portanto, ela deve submissão ao homem. Tal legitimação colaborativa da religião cristã ao patriarcalismo desde a instalação do cristianismo por meio do catolicismo – por sua vez o pentecostalismo apenas reverbera o que a cultura cristã no Brasil já tem como prática, de igual modo nas duas ditas vertentes do cristianismo a supremacia masculina é celebrada através da sacralização da figura masculina. Cabe neste momento observarmos de que forma a relação de dominação se manifesta no pentecostalismo.

2. 1.1 Todo poder e glória aos homens: Patriarcado pentecostal.

Os homens estão no poder e a eles são dados a glória de todo sucesso do trabalho em toda relação social. O que acontece no pentecostalismo é uma mimese da cultura, da cosmologia androcêntrica que constrói uma visão sexualizada dos corpos a partir da diferença biológica entre masculino e feminino, valorizando-as ou obscurecendo-as, colocando-os na posição de dominantes e estabelecendo a relação de dominação.

O poder advindo do masculino é fruto do tratamento desigual a respeito de gênero, dando ao homem o direito de mandar, regular e dominar o prazer da mulher. O

Ocidente absorve o tratamento desigual e respalda o poderio masculino através da concepção judaico-cristã, que a figura masculina está associada a figura de Deus, deixando as mulheres mais próximas e susceptíveis ao mal e ao demônio, já que ela é culpada da queda e do sofrimento da humanidade, por isso sempre estará sujeita ao masculino colaborando para perpetuação do modelo patriarcal, que

ainda exerce grande influência nesse contexto social moderno, especialmente porque encontra amparo em expressões religiosas da sociedade ocidental. Nesse caso, a religião afeta os modos de convívio social sacralizando um sistema de dominação masculina (GOMES, 2015, p.144)

A relação de submissão é socialmente construída de forma objetiva e ao mesmo tempo subjetiva, através dos esquemas cognitivos trazidos pela diferença anatômica dos órgãos sexuais. Sempre envolto nessa relação a superioridade em forma de virilidade, de modo que o masculino justamente pelo fato de ser masculino não precisa se justificar para validação. De acordo com Bourdieu (2002) isso ocorre naturalmente, talvez seja fruto da cosmologia sexuada que enaltece o masculino e suas características. A sociedade é carregada de representações sobre o masculino, sempre relacionando a figura masculina à virilidade, orgulho e poder. Enquanto o feminino está estereotipado como frágil, o masculino possui tais adjetivos mencionados acima em seu discurso social como forma obrigatória pertencente ao sexo masculino (SOUZA; REICHOW, 2016).

O discurso religioso que legitima a posição de submissão das mulheres é herdado dessa visão androcêntrica, isso reforça uma visão patrimonialista de forma que o domínio dos homens vai além dos laços sanguíneos consolidando a supremacia masculina, mas que começa ainda no núcleo familiar enaltecendo a figura e o desempenho materno e as responsabilidades para com o lar. A atuação dessas mulheres dentro do pentecostalismo segue os mesmos padrões do cenário doméstico, de acordo com Weber (2004) o poder do senhor que reside no âmbito doméstico “se transfere a relações não-domésticos (...) vinculados a determinadas regras” (WEBER, 2004, p.8). Pertencentes exclusivamente ao masculino, a forma de poder presente no pentecostalismo é reproduzida fielmente dentro das denominações.

Debaixo do domínio do masculino o feminino possui papéis secundários dentro do cenário doméstico, “faz tempo que a mulher retiro-se da guerra e dos negócios públicos e que sua vida concentrou-se no interior da família” (DURKHEIM, 1978, p.26), configurando dessa forma uma atuação considerada secundária. Essa atuação de

forma secundária é reproduzida em outras instituições, além do cenário doméstico. No que se refere ao cenário religioso, por exemplo, elas estão sempre subordinadas aos homens. No início do pentecostalismo clássico o trabalho delas tinham destaque secundário, elas estavam a frente de escolas bíblicas, círculos de orações, visitas nos lares e filantropia, mas nunca podiam ocupar o mesmo lugar que o homem na plataforma de pregação de um evento oficial, as reuniões diárias de oração liderados por elas, apesar de serem realizadas no ambiente do templo não podiam ocupar os espaços como de costume usado pelos homens nas reuniões principais.

A perspectiva androcêntrica do pentecostalismo é fruto da cultura brasileira, os homens apesar de serem minoria neste cenário, possuem poder justamente por serem homens. Alencar e Farjado (2016) afirmam que o movimento pentecostal moderno se tornou extremamente burocrático como resultado da hierarquia eclesiástica, machista e conservador. Mas, é importante destacar sua característica controversa de que desde seu início contribuiu com direitos humanos e contra o racismo e ao mesmo tempo sob perspectiva do gênero o masculino e seu universo ainda são privilegiados e o feminino vítimas do conservadorismo e machismo pentecostal, tão pouco faladas e notadas as mulheres são colocadas de lado enquanto eles são elevados ao posto de “heróis” e baluartes da moral e ética cristã que ainda estão fundamentadas no século XIX.

O homem pentecostal possui suas prerrogativas de domínio e poder desde sua chegada à instituição sendo incentivado constantemente a ocupar posição na hierarquia eclesiástica, ele tem em seu perfil o governo de sua casa, afinal ele é tido como sacerdote dentro de sua família. Neste sentido a religião e seu domínio encontra espaço dentro do cenário doméstico, já que nos dois lugares a posição de dominante é masculina. O domínio e o poder desses homens quando estão dentro da hierarquia eclesiástica é potencializado pelo título que recebe, ele passa a ser idealizado pela comunidade religiosa, afinal, o poder e título agregam a imagem de homem de sucesso. Além do mais, agregado a idealização de homem temos a imagem de Deus, como se ele fosse o representante de Deus na sociedade e não basta apenas ser homem, também tem que ser pai e é através dele que a família se comunica com restante do mundo. Sua pertença é pública passando poucas horas em casa, dando um certo ar de mistério, atribuindo-lhe as funções de chefe e provedor, este prestígio misterioso e de certo modo obscuro o torna parecido com Deus (BEAUVOIR, 1980).

O reconhecimento, o poder e a glória recebida por eles, são resultados do contexto androcêntrico do pentecostalismo em que “muitas igrejas pentecostais estão

calçadas em uma doutrina fundamentalista e a mulher tem sido abordada a partir de uma perspectiva masculina e sob os princípios da subordinação como mandato divino” (MELLO, 2010, p. 9). Contribuindo com o universo masculino que por sua vez é marcado pela violência, muitas vezes nem notada devido a “naturalização” cultural.

2.2 A VIOLÊNCIA E PENTECOSTALISMO: A VIOLÊNCIA COMO FORMA DE DOMINAÇÃO MASCULINA NO CONTEXTO PENTECOSTAL

A sociedade está fundamentada na violência e conseqüentemente presente nas tradições religiosas, desde o mito do monte Olimpo até a morte do mito do cristianismo é perceptível a presença da violência que conforme Girard (1990, p.315) é recíproca, unânime e fundadora. Embora relacionada a divindade, aos contos mitológicos, talvez diga muito a respeito da humanidade e de sua associação com a violência, já que tanto a violência e religião são produção humana e se apresenta em diferentes formas servindo ao propósito da perpetuação da dominação masculina.

No âmbito da dominação masculina está o feminino, e nessa relação de dominação a violência de gênero se perpetua, é quase natural tal ocorrência, o gênero dominante acredita ter o direito de cometê-la e a dominada aceita como forma de penitência legitimando o poder conferido ao dominante, neste sentido, “a violência de gênero é entendida como uma relação de poder entre homens e mulheres com participação desigual das mulheres na sociedade, devido à sua condição sexual, que são as relações sexuais de gênero” (OSHIRO, 2017, p.19).

Não é de causar espanto que a violência está presente na religião, pois ela é um fator social e em outros aspectos também culturais, estabelecendo um padrão de significados historicamente incorporados em símbolos, harmonizando o estilo particular com uma visão metafísica (GEERTZ, 2014). Neste diapasão basta observar a história da formação social do Brasil, em que a violência está presente desde a chegada dos colonizadores, intensificada pelo regime de escravidão e pela organização do patriarcado, tudo isso com o apoio religioso do cristianismo. Índios e africanos “catequisados” e as mulheres treinadas para aceitar as diversas traições e abusos dos maridos. Dessa forma o modelo de sociedade brasileira foi-se delineando e a desigualdade e a violência foi-se naturalizando, pois o importante é a manutenção dos privilégios nas mãos de poucos, e cenário, é de se reconhecer os privilégios que o homem possui, garantindo-lhe também tem o poder de arbitrar o que é justo ou injusto segundo decisões próprias (LIMA, 2013).

Fundante de toda uma cultura Ocidental desde que o cristianismo se tornou a religião oficial do império Romano, os cristãos cometeram atrocidades em nome de Deus, perseguindo e matando quem não concordava com as premissas do dito cristianismo. Na atualidade o pentecostalismo (uma das vertentes do cristianismo) tem em sua teologia um linguajar bélico: guerra; Senhor dos exércitos e inimigo, são exemplos de como a violência está presente neste contexto. A proximidade da violência com o pentecostalismo favorece a manutenção do crescimento do movimento pentecostal dentro do tráfico de drogas como novas formas de experimentar o sagrado dentro das favelas em virtude da utilização dessa “gramática da guerra”,

Essa percepção da realidade, da vida como um momento de luta, de guerra, de conflitos, de vulnerabilidades e de necessidade de recorrer a um ser superior para sagrar-se vitorioso é partilhada intensamente pelos evangélicos e pelos traficantes da localidade. (CUNHA, 2008, 161)

Observando o exposto e o cenário social em que a violência está presente nas esferas da sociedade incluindo a religião, é possível concordar com Sbardella e Peretti (2019, p. 45) citando Girard, de que a violência é mimética, pois quando dois para alcançar o mesmo objetivo entram em guerra para obter a paz. A religião por exemplo, tem seu foco em canalizar a violência para vítima sacrificial, sendo assim é perceptível sua presença no interior da religião, corroborando na perpetuação do domínio masculino. Cabe neste momento observar como ocorre essa violência como forma de perpetuar o domínio patriarcal.

A violência sofrida pelas mulheres pentecostais é a mesma que as outras mulheres sofrem na sociedade, o que difere é o contexto em que elas estão submetidas, já que para os pentecostais o texto bíblico de 1 Coríntios 6. 1-4

Se algum de vocês tem queixa contra outro irmão, como ousa apresentar a causa para ser julgada pelos ímpios, em vez de levá-la aos santos? Vocês não sabem que os santos hão de julgar o mundo? Se vocês hão de julgar o mundo, acaso não são capazes de julgar as causas de menor importância? Vocês não sabem que haveremos de julgar os anjos? Quanto mais as coisas desta vida! Portanto, se vocês têm questões relativas às coisas desta vida, designem para juízes os que são da igreja, mesmo que sejam os menos importantes.

na prática o referido texto favorece a realidade da violência no meio pentecostal, pois divulgar tal fato pode “trazer” escândalo diminuindo a imagem da instituição perante a sociedade,

vige a regra primária de que os conflitos particulares de seus membros devem ser levados primeiramente ao Pastor/Líder da

congregação. Assim, aumenta a probabilidade de que mulheres Evangélicas não exponham o que ocorre no seu ambiente privado para pessoas ou instituições que sejam de fora do seu grupo religioso, pois tal atitude pode ser interpretada como afronta à Igreja e a seus cânones. Por sua vez, um Pastor dificilmente orientaria uma mulher agredida a denunciar seu cônjuge agressor. Ao contrário, o rito usualmente previsto para hipóteses dessa natureza é bem outro, passando pela prescrição de jejuns e orações à ofendida, no intuito de livrar o cônjuge da presença “demoníaca” que o incitou à agressão. Impera nesses espaços, assim dito, a ideologia do perdão e da resignação, em dissintonia com os procedimentos policiais e com a legislação penal vigente (TELES, 2020, p. 61)

A violência sofrida por elas em alguns casos é porta de entrada para a própria religião. Em busca de apoio elas procuram a instituição e nesta procura são incentivadas a “exercerem” paciência. Reforçando esse discurso a instituição por sua vez transfere ao diabo a culpa da violência por ela sofrida, Teles (2020) afirma que esse processo de transferência de culpa é na realidade uma “domesticação”, naturalizando a violência sofrida pelo fato dela ser mulher. Parece pretencioso afirmar que o pentecostalismo também é uma das responsáveis pela perpetuação da violência contra as mulheres, mas a história das primeiras mulheres pentecostais corrobora tal realidade. Frida Vingren conhecida apenas como esposa de Gunnar Vingren, um dos fundadores do pentecostalismo brasileiro, foi expulsa do país porque defendia que as mulheres não poderiam ficar restritas as atividades domésticas, Alencar e Farjado (2016) afirmam que ela sofreu com a trama machista brasileira e depois de morta, mataram também sua memória, quando não deram devido crédito por sua contribuição para expansão pentecostal.

Dentre os fatores importantes sobre pentecostalismo e violência é interessante que o discurso heteronormativo é usado como forma de reforço pela instituição para que seja defendida a supremacia masculina e seu domínio. De forma sutil a masculinidade e seu domínio são celebrados ao reforçar os valores familiares propagados pelo pentecostalismo e suas Igrejas. Nessa mesma direção Poleti Oshiro (2017, p.82) “A religião regula o comportamento dos indivíduos; portanto, frequentar a igreja é ter que permitir que sua doutrina seja o guia para seu desempenho na sociedade e na família”.

O patriarcado pentecostal articula seu discurso em torno da heteronormatividade, pois a doutrina evangélica faz questão de enfatizar valores que estão associados aos padrões hetero. Esse posicionamento de valorização hetero é herdado do catolicismo, o cristianismo desde os tempos medievais dá tal valor as

questões da sexualidade hetero, nos tempos em que o Brasil ainda colônia de Portugal (país de origem católica) também davam tal valor ao relacionamento hetero. Quem se ocupa em proteger e manter o padrão heteronormativo dentro do meio evangélico inicialmente são os sacerdotes, nesse sentido eles agem como verdadeiros paladinos institucionais, realizando uma suposta defesa legitimando uma heterossexualidade (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009).

A defesa da heteronormatividade parece inofensiva, mas ela estabelece que é único tipo de relacionamento amoroso aceitável diante de Deus e da instituição. Isso sucumbe às mulheres como “reféns” de relacionamentos abusivos, justamente por manterem-se debaixo de um suposto plano divino descrito no mito da criação, de estarem sujeitas ao castigo divino caso quebrem com o princípio da submissão que o patriarcado e o discurso heteronormativo pregam.

2.2.1- O contexto doméstico como possível campo de batalha

O patriarcado religioso está protegido pelo manto da religião em forma do discurso conservador em torno da família, e neste contexto a mulher pertence ao doméstico por ele ser privado, já que as relações familiares são patriarcais no Brasil. O ambiente doméstico é considerado exclusivo do feminino, pois a estrutura familiar é utilizada para estabelecer as diferenças entre homem e mulher a partir das “diferenças significantes entre mulheres e homens criadas pela divisão do trabalho existente na família” (OKIN, 2008, p.317). Enquanto os homens estão no contexto público, as mulheres pertencem ao privado. O cenário doméstico pertence ao privado, portanto, é o campo de atuação feminina, a violência por elas sofrida é constituída sem dúvida “resultado de um processo histórico marcado pela dominação do homem, que ainda hoje cultiva no imaginário humano uma superioridade masculina” (CARVALHO, *et. al*, 2020, p.118)

A pertença ao privado, impõe a responsabilidade familiar e promoção da felicidade dependente exclusivamente da mulher, afinal, aliado ao discurso do conservadorismo religioso “a mulher sábia edifica sua casa” (Pv. 14.1). em nome dessa edificação elas estão sujeitas a tudo, e quando não suportam são consideradas pela desordem natural da família, na mesma direção do exposto Poleti Oshiro (2017) afirma que:

A culpa por não conseguir manter a família unida recai sobre a mulher, que se sente com a responsabilidade de manter um casamento

feliz, visto que o divórcio se distancia do modelo proposto pela igreja. Neste sentido, muitas mulheres que sofrem violência buscam através da doutrina religiosa pentecostal ajuda para transformar o comportamento agressivo dos companheiros, para torná-los pessoas menos violentas. Ao se sentirem responsáveis pela manutenção da união da família e pela sua possível dissolução, as mulheres que vivem em relacionamentos conflituosos, submetem-se a várias situações violentas (OSHIRO, 2017, p. 83)

O lar é campo comum onde a violência à mulher se propaga, já que ela é de ordem patriarcal. Quem a comete comporta-se como se a mulher fosse sua propriedade, fruto de uma construção histórica sob a ótica masculina, de colocar a mulher em um lugar secundário tanto na história quanto na vida pública, herança greco-romana de acordo com Kochmann (2005, p.40). O que se pode notar é um contexto de restrição e, sua imagem vista sempre pertencente à algum homem, primeiro do pai e posteriormente o marido; deixando de pertencer a uma família para pertencer a outra formada a partir do casamento, essa relação familiar é importante, pois consiste,

em um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais em um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais (GURGEL D'ÁVILA, 2008, p. 3)

A violência à mulher no ambiente doméstico torna a violência de gênero comum e cultural, extrapolando ao ambiente externo. Este contexto é reducionista, já que o homem é visto e compreendido como provedor/pai e a mulher é vista e sacralizada ao desempenhar a maternidade, como se ela existisse apenas para esse papel (GURGEL D'ÁVILA, 2008).

A relação dominante e dominado tem o masculino sacralizado e colocado em pé de igualdade com o sagrado, no caso do cristianismo o homem e sua autoridade são respeitados tão quanto Deus é, e apesar do discurso religioso em torno da relação de gênero estabelecer como opção submeter-se aos maridos como forma de submeter-se à Deus, como afirma Menezes (2005, p.21):

Nós que queremos ser “mulheres que edificam”, “mulheres segundo o coração de Deus”, temos que ser submissas, dóceis, amorosas, quer nossos maridos sejam bons, maus, obedientes ao Senhor ou descrentes, porque esta submissão dócil e de coração vai servir de testemunho diante dos nossos maridos e do mundo. E além de tudo isto, tudo que fizermos, devemos fazer de todo coração, como ao Senhor.

O exposto demonstra como elas se percebem neste cenário de violência doméstica, tolerado mesmo que seja “tentada” em tomar alguma atitude contra o agressor, afinal, seu perfil deve “condizer” com uma serva de Deus, por isso a Bíblia é usada para enaltecer valores como: perdão, sofrimento, doçura e abnegação. Tais valores são atribuídos as mulheres em nome da preservação desses valores religiosos, provocando segundo Souza (2020) o silenciamento do sofrimento dessas mulheres.

Oshiro (2017) estabelece que a idealização feminina em torno de tais valores contribuem para relação dominante-explorador e quando procuram ajuda no pentecostalismo, por causa da teologia propagada por essa vertente do cristianismo elas tendem a continuar sofrendo tais violências em nome de um suposto bem maior. Seu comportamento de abnegação e fidelidade ao companheiro, recebe uma espécie de veneração por parte da sociedade.

Ao procurar ajuda na instituição religiosa a mulher recorre ao agente da instituição e mesmo que ele e a instituição possuem discursos a favor da vida e da vítima, possuem teor sexista e patriarcal, diminuindo o valor da mulher na sociedade e fortalecendo a cultura da violência. Nunes e Souza (2021, p. 67) afirmam que tais pastores através de seu discurso colocam a integridade física feminina em segundo plano ao priorizar a manutenção do núcleo familiar e da família extensa.

A cultura da violência doméstica é imposta às mulheres desde a sua formação identitária, já que o tratamento diferenciado é recebido ainda na infância, deixando seus projetos em segundo plano em benefício exclusivo da manutenção familiar. Já na fase adulta encaram duplas jornadas: o trabalho de doméstico de manutenção do lar e família, como cuidar da casa, filhos, roupa, cozinhar, lavar, etc., e trabalho profissional, fora do âmbito doméstico. A realidade é que elas são controladas através da moral e da cultura, Nunes e Souza (2021, p.68) afirmam que o sofrimento das mulheres é silenciado pela maioria das igrejas, este fato pode ser observado na postura da liderança de tais instituições, através de literaturas que responsabilizam o papel pacífico da mulher e dos inúmeros congressos e conferências que são realizadas entorno da identidade feminina e sua passividade.

Entre as mulheres pentecostais a prática é que ela é a única responsável pelo andamento e o sucesso do lar, a própria literatura evangélica ao delegar o lar para a mulher utiliza as palavras que evocam a docilidade, delicadeza. Existe uma rede marcada por mulheres pentecostais com inúmeros incentivos para o bom andamento do lar e família, um dos mais conhecidos é o livro “A experiência do Lar”, utilizado em

cursos para mulheres para ensiná-las a “edificar” a sua casa, já que o governo dela está nas mãos do homem, ou seja, do pai. A autora de origem estadunidense aborda em 250 páginas tópicos que responsabilizam as mulheres pelo seu lar, casamento e filhos, no livro também tem um capítulo com receitas culinárias para incentivo das mulheres, isentando o homem da responsabilidade conjunta da família. Para a autora que se propõe a dar uma mentoria, a mulher precisa ser conselheira, auxiliadora dos necessitados, ela precisa cumprir todos esses papéis com grande bondade e alegria (TITUS, 2013).

Como exposto, o cenário doméstico em muitos casos propicia a vivência da violência. Em alguns casos a violência sofrida por elas é “uma das formas de reordenar os papéis” (VILELLA SILVA, 2013, p.135), basta o masculino sentir-se ameaçado e que esteja perdendo certo “controle” do feminino, a violência entra em cena. Na religião ela ocorre por meio do rito, discurso e signos, legitimando o patriarcado na cultura Ocidental. O mito do primeiro casal Adão e Eva sugere que nessa relação o homem tem direito de dominá-la já que ela o induziu a cometer falta contra o criador, tal

discurso dá margem para a produção e reprodução da violência de gênero. Ela outorga ao homem a legitimação de dominar a mulher, e consequentemente de violentá-la, dando a sensação de que está tudo muito correto, pois na história bíblica a mulher muitas das vezes assume o papel de vilã (VILELLA SILVA, 2013, p. 136)

Por esse motivo tanto o protestantismo histórico e o pentecostalismo impõe a responsabilidade para com o lar através de duas figuras bíblicas, Eva como exemplo de insubmissão e Maria como exemplo de esposa, dona de casa e mãe. Talvez tal ideia é herdada do catolicismo romano. A demonização de uma e a idealização de outra é angustiante para mulher, já que ela está em contexto diferente das duas personagens (LEMOS, 2013). O que se observa da dominação masculina dentro do lar é que não se trata apenas em relação ao feminino, tidos como representação divina ou sacerdotal as decisões arbitrárias do pai é observada com passividade por todos que estão sujeitos aos domínios masculinos.

2.3 “DOMINADAS” PELO DISCURSO: A ACEITAÇÃO “NATURALIZAÇÃO” POR ELAS

O que torna ainda mais repugnante é a aceitação desse domínio que é reconhecido por elas e ainda defendido por muitas, mesmo que estejam em posição de submissão. Basta realizar uma busca em plataformas digitais como: Instagram,

YouTube e Facebook que é possível encontrar inúmeros conteúdos relacionados a temática, tendo elas mesmo como autoras, tomando como exemplo textos bíblicos imbuídos de uma interpretação fundamentalista. Diariamente somos “bombardeados” por diversos anúncios de congressos com temática que evoca a submissão da mulher em relação ao marido, reforçando por meio do discurso a ideologia pentecostal (TELES, 2020).

O discurso neste caso serve como comprovação, de acordo com Orlandi (2007) possui importância já que é materialidade específica da ideologia, no caso o discurso tanto dos homens e mulheres ligados ao pentecostalismo servem como materialidade comprobatória da ideologia desse seguimento do cristianismo. A notada líder evangélica do seguimento pentecostal

Ana Paula Valadão, observamos a recorrência de um discurso ideológico de militância, em especial pela submissão feminina. Esse discurso se reverberou em congressos e músicas de sua autoria, pelos quais afirmou sua felicidade na resignação ao trato do lar e servilismo ao seu esposo (SANTOS *et. al*, 2020, p. 3).

Outras vozes femininas dentro do pentecostalismo dão respaldo para a defesa da ideologia referida, ladeando a referida líder, encontramos Elizete Malafaia, Thalita Pereira, Camila Barros, Nivea Soares e outras tantas que estão espalhadas replicando a ideologia. Essas vozes femininas atuam como “paladinas” defendendo a submissão e dominação masculina, isso é feito de forma natural e quase “imperceptível” (SANTOS *et. al*, 2020). Em seus discursos elas colocam Deus e o marido em igualdade, Ana Paula Valadão por exemplo no seu discurso religioso intitulado: como ser feliz no casamento, publicado em canal oficial Lagoinha TV, com 174.047 visualizações, de um culto transmitido ao vivo no dia 2 de agosto de 2022, disse:

nosso relacionamento terreno não tem ninguém que vai representar esse noivo amado, o próprio Cristo na sua vida, o seu Senhor, sabe quem? Quem? O seu marido. Uma vez eu perguntei ao Senhor: me mostre seu rosto, sua face, eu fiquei chocada, a visão que eu tive ali, naquele momento foi o rosto do meu marido (LAGOINHA TV, 2022, 0:12 min.).

Colaborando com a ideologia pentecostal da referida personalidade religiosa ainda temos esposa do líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, a sua esposa Elizete Malafaia, que em seu discurso publicado no canal Pra. Elizete Malafaia no dia 12 de março de 2020, com 13.939 visualizações, no 17min: 01s, faz uma defesa da heteronormatividade dizendo

Esse feminismo maldito está aí, dizendo que não existe nem homem e mulher! Que negócio é esse capeta? Deus fez macho e fêmea! Não existe andrógono! Não existe meio termo não! É macho e fêmea querendo ou não satanás. E nós somos mulheres, honramos a saia que colocamos. Aqui não tem mulher homem não. Aqui tem mulher que tem vagina, que tem útero, que tem seio, essas feministas do Inferno (MALAFAIA, 2020, 3min: 36s)

A fala de Elizete malafaia exposta acima está intitulada em seu canal com tom de alerta as mulheres, reduzindo a sexualidade e o papel das mulheres às diferenças biológicas. Atacando duramente o feminismo, ela enaltece as diferenças biológicas entre homem e mulher, transferindo para satanás a responsabilidade de qualquer atitude que foge dos padrões heteronormativos. Ao entender sua separação pela diferença biológica ela está afirmando toda ideologia pentecostal.

O discurso bem colocado refletindo o ideário pentecostal em relação à mulher incentiva que elas permaneçam dominadas pelos homens naturalmente. O que se percebe através do discurso delas é que a aceitação da dominação resultará para elas sucesso. Sendo interpretado por elas em manter a família através de sua submissão ao marido e enfim cumprindo o que ela nasceu para ser e fazer: maternar e ser esposa. Em seu discurso os textos bíblicos são forjados à uma interpretação e aplicações forçadas para justificar a aceitação da dominação, aos moldes do pentecostalismo responsabilizam o diabo pela não aceitação de tal posição. A pastora Talitha Pereira, notada líder da Igreja do Amor, juntamente com Arthur Pereira, em seu canal do YouTube, através de vídeo publicado no dia 3 de dezembro de 2022, em seu discurso denota a afirmação sustentada:

hoje nós temos uma grande mentira, você já ouviu meu corpo minhas regras! Lugar da mulher é onde ela quiser! Abaixo ao patriarcado. Pois bem, todas essas frases foram baseadas em uma mentira de satanás para distorcer a verdade da palavra, porque vamos para a palavra de Deus, a Bíblia diz: o corpo da mulher, ela deve ser um jardim fechado, que o nosso corpo é templo do Espírito Santo, a maternidade é um presente de Deus (PEREIRA, 2022, 6min: 53s)

O vídeo assistido por quase 300 mil usuários da plataforma, a pastora adornada de brincos, maquiagem, calça e blusa de manga curta, à primeira vista até parece ir contra o discurso pentecostal devido à flexibilização dos usos e costumes e uma valorização da vaidade feminina, porém, atribui a não aceitação das definições que a relação de gênero traz é ser enganada por satanás.

A aceitação com naturalidade não é uma questão exclusivamente pentecostal, mas sim, reforçado por ele de modo que em um país que se diz laico, entre os anos 2019

a 2022 a então ministra Damares Alves¹, responsável pelo ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, durante o lançamento da campanha de “Enfrentamento à Violência Contra a Mulher” do ano de 2019, na entrevista coletiva, diante de tantas perguntas dos repórteres e jornalistas ela ficou em silêncio por quase um minuto, saindo de cena do mesmo jeito que havia entrado. Apesar de momento posterior justificar a mensagem que quis passar (CARVALHO; MATOS; BECK, 2022).

É interessante notar que durante uma entrevista coletiva seu silêncio proposital na tentativa de não “calar” a voz das mulheres que sofrem com a violência doméstica e, portanto, sujeitas à dominação masculina, também não deu voz as inúmeras mulheres que sofrem nesse cenário, o que sugere certa aceitação deste. Enquanto ministra ela representava e reverberava o discurso do governo dito conservador e protetor das mulheres, porém, foi o governo que estabeleceu uma antipolítica de gênero, fundindo ministérios e consolidando sua antipolítica com a nomeação de Damares Alves que além de advogada também é pastora de uma denominação pentecostal (CUNHA, 2020). Aparelhando a ideologia religiosa ao Estado, “o que se instala no contexto é o desejo por uma permanente dominação” (SANTOS; PIMENTA; SANTOS, 2020, p. 102).

Os discursos aqui citados são de mulheres cristãs evangélicas do seguimento pentecostal e reconhecidas como pastoras, não exercem a titularidade de suas comunidades, mas propagam em discurso a dominação masculina, “sem que se dê conta dela ou se reconheça como vítima. Essa dominação do homem sobre a mulher é classificada como violência à mulher, definida por Bourdieu como

Violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância do sentimento. (BOURDIEU, 1998, p.7-8)

Chamada de violência simbólica por Bourdieu (1998), ela ocorre no contexto pentecostal através do discurso doutrinário, visando silenciar e alienar tanto homens quanto mulheres através da imposição das diferenças biológicas entre eles, de modo que a mulher passe a

sentir admirada por seu sacrifício, conduta, valores e posicionamentos diante do que lhe é imposto, ensinado e cobrado, anulando suas vontades, absorvendo e reproduzindo discursos que não são seus,

¹ Damares Regina Alves ocupou o cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 à 2022, durante todo o governo do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro.

confirmando a imagem da mulher submissa, resignada, idônea, “santa”, prudente e sábia (SANTOS; OLIVEIRA, 2016, p.206).

Enquanto o homem se gaba de portar e de ser respeitado pelo direito dado pelo bondoso Deus do cristianismo, já que ele é sua representação na Terra.

2.3.1 Evangélica ou feminista, os dois não dá!

O cenário patriarcal começou ser abalado, de acordo com Barreto (2004) as mudanças na economia com inserção das mulheres no mercado de trabalho, com contribuições tecnológicas que acontecem na área biológica, farmacológica e medicinal, oferecendo um maior controle sobre a gravidez e a reprodução humana e, sobretudo o surgimento do feminismo no campo da política na década de 60, sendo

A década de 1960 é particularmente importante para o mundo ocidental: os Estados Unidos entravam com todo o seu poderio na Guerra do Vietnã, envolvendo um grande número de jovens. No mesmo país surgiu o movimento *hippie*, na Califórnia, que propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, propagando seu famoso lema: “paz e amor”. Na Europa, aconteceu o “Maio de 68”, em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos burocratizados da esquerda comunista. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes tentaram uma aliança com operários, o que teve reflexos em todo o mundo. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres (PINTO, 2010, p. 16).

Neste cenário marcado por transformações, o feminismo surge como instrumento de libertação da mulher nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil o feminismo tem sua entrada na luta pelo direito de voto em 1910 e foi inibido na década de 60 pela ditadura militar, mas ainda em sua vigência,

A mulher brasileira voltou ao cenário político, particularmente em movimentos para restabelecimento da democracia, sem, contudo, ter tido um espaço próprio para tratar de sua especificidade. Foram criadas organizações femininas com o propósito de defender a paz, a democracia e o combate à carestia de vida. muitas mulheres se mostraram altruístas e corajosas ao encarar as duras lutas

populares. Muitas perderam a vida nos enfrentamentos com as forças policiais, como Zélia Magalhães, Angelina Gonçalves e outras (TELES, 1999, p. 52)

As conquistas do movimento feminista no Brasil produziram um movimento contrário a elas, juntando as mulheres católicas, as protestantes históricas e também as pentecostais, em uma crescente oposição ao feminismo. As mulheres que são feministas, mas não abrem mão do cristianismo não são consideradas de fato do seguimento cristão, elas são vistas como inimigas da fé cristã e “enganadas” por satanás. A teóloga Alice M. von Hildebrand (1923) citada por Campagnolo (2019, p. 297) afirma que o movimento feminista é resultado da falta de fé e a perda do sentido do transcendente e do sobrenatural.

No livro de Campagnolo publicado no ano de 2019 a autora se ocupa de um capítulo inteiro pra dar destaque sobre o suposto ódio que o movimento feminista possui do cristianismo, listando os protestos realizados em ambiente de culto e em construções religiosas no Vaticano. A autora chega afirmar que o movimento feminista é “essencialmente anticristão” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 300).

O movimento feminista é duramente combatido entre os pentecostais, especialmente pelas próprias mulheres. Combatido na forma de discurso que normatiza e determina os papéis que são desempenhados por homens e mulheres, ficando para “mulher a responsabilidade pela continuidade da família, educação dos filhos, manutenção da moral e bons costumes e a reprodução” (SANTOS; OLIVEIRA, 2016, p.205).

As mulheres evangélicas aliaram-se as pautas conservadoras contra a legalização do aborto, casamento da pessoa de mesmo sexo e contra “ideologia de gênero”. Ganhando força com a eleição de Jair Messias Bolsonaro como chefe do executivo, com a nomeação de Damares e também com a religiosidade de Michele Bolsonaro, explorando suas raízes pentecostais e enaltecendo o papel da então primeira dama como “Essa mulher vive em função de outras pessoas. Vive para o marido, os filhos, o patrão, os pais, a nação, menos para ela mesma. Tudo que ela faz tem o objetivo de agradar terceiros. Ao fazer essas reflexões” (PEREIRA; MAIER, 2020, p.7).

O discurso machista proferido por elas enaltece o lar, e mesmo que tenham conquistado alguma autonomia ou possuindo dupla jornada, seu papel como dona de casa é celebrado como vitória contra o feminismo. Sobre este assunto, Neves (2022, p.218) afirma que Deus a tirou os pensamentos feministas e a tornou em dona de casa,

cuidando do marido e dos filhos, a autora celebra o abandono da dupla jornada como conquista de pensamentos feministas divergentes do patriarcado e do pentecostalismo.

2.4 O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO COMO FORMA DE CONTROLE DAS MULHERES: USOS E COSTUMES, AS ROUPAS A FAVOR DA DOMINAÇÃO MASCULINA

O corpo é carregado de simbolismo na representação social, seja pela forma que permeia as relações do homem e por conta da expressão política que ele carrega. Quando se trata do corpo feminino ele está “revestido” pelo peso do patriarcado e marcado pela cultura machista, por esse motivo o corpo feminino é controlado e imposto sobre ele o poder e dominação masculina, reforçando a desigualdade de gênero e revelando a hierarquia social da atualidade. O controle é realizado a partir das diferenças biológicas entre homens e mulheres, para os homens o controle dos corpos é uma estratégia de perpetuação de seu poder, os mecanismos utilizados para manter o controle estão relacionados o direito sexual e reprodutivo das mulheres (BRAUNER; FRANÇA, 2018)

O controle do corpo feminino é base para o patriarcado, na sociedade brasileira tal controle reflete na vida social desde o período colonial. De modo diferente mulheres eram controladas,

a mulher que pertencia á elite, retratada na sociedade Patriarcal no período colonial, era vista com a obrigação de manter-se pura e casta, para o casamento e após o mesmo, ser um modelo de virtude e submissão. Para as mulheres consideradas de classe populares era comum encontrarem mães solteiras, vítimas de exploração sexual (concubinas) e domésticas. (OLIVEIRA, 2018, p.501)

Dessa forma as imagens que se tem dos corpos femininos eram diferentes devido as classes sociais, mas controlados para que sirvam aos desejos do patriarcado, a castidade (virgindade) crucialmente “cultuada” entre a elite, enquanto as índias, pretas e pobres, eram consideradas como objetos sexuais.

Em concordância com esse cenário encontramos no pentecostalismo que em sua chegada ao Brasil teve maior aceitação entre os pobres, pretos recém-libertos da escravidão e analfabetos, é nessa base que se encontram essas mulheres, as quais eram vistas como objetos sexuais. Portanto, o rigor com que o pentecostalismo clássico tratou as mulheres, obrigando-as a vestimentas que cobriam grande parte do corpo, a proibição de maquiagem e manter seus cabelos sempre bem amarrados, deu-lhes imagem

semelhante a imagem das mulheres que pertenciam a elite, talvez seja por esse motivo que a dominação masculina em forma de controle dos seus corpos não encontrou resistência (OLIVEIRA, 2018)

Os primeiros pentecostais eram sectários, a instituição servia como proteção da cultura e suas influências, ser pentecostal até meados dos anos 90 era não adotar o mesmo estilo de vida que as outras pessoas, protegendo-se da malignidade e malícia da cultura. A vida do adepto do pentecostalismo estava restrita a instituição, sua relação com a mesma servia de parâmetro para comprovação de suas crenças na mensagem pentecostal, por isso incluía-se nesse estilo de vida uma lista enorme de proibições que iam desde a proibição da televisão até mesmo as roupas que podiam ser vestidas. Tais regras impunham aos fieis um rigoroso comportamento em nome de uma suposta santidade, através do discurso contra a vaidade feminina, enquanto os homens podiam se vestir com camisas e calças, as mulheres não importando a idade, eram privadas de qualquer expressão de sua vaidade para que não despertasse no homem a cobiça e desejos sexuais.

O controle do corpo feminino é sexista e machista, além de torna-lo objeto, pois a mulher ocupa um lugar na sociedade que já previsto e imposto pelo patriarcado, sob as regras do sistema “o corpo feminino está em constante escrutínio perante a sociedade” (OLIVEIRA, 2018, p.503). O que no mínimo soa como hipocrisia, pois enquanto na infância se tem regras para preservar-lhe a inocência, pureza e virgindade, a sociedade através da mídia explora o erotismo e a sedução corporal das mulheres na expectativa de despertar o desejo, apresentando o corpo feminino relacionado a sexualidade e sedução.

O pentecostalismo contribui para que o corpo feminino continue sob o controle dos homens, através da perpetuação do machismo e do patriarcado. Dentro do contexto pentecostal elas estão sob constante “vigilância” e apesar da atualidade não considerar mais usos e costumes como pecado, elas precisam vestir-se de “modo ‘comportado’, segundo a doutrina da Igreja” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 110). Nota-se a presença de dogmas que regulamentam o comportamento feminino, com base na vestimenta, cabelo, maquiagem etc., invadindo um espaço que só competia à ela, ao exercer sua vontade ou direito com indivíduo.

O dito modo comportado é interpretado a depender da denominação. As assembleianas, de acordo com Oliveira (2016, 159) “a mudança de veste é uma forma de conquistar rápida e visivelmente a identidade de mulher virtuosa”. As mulheres da

Congregação Cristã do Brasil, dentro do templo usam o véu e sentam em locais separados dos homens, já as mulheres da Igreja Deus é Amor estão sujeitas a regras rigorosas como: não cortar o cabelo, não se depilar, não usar maquiagem, usar saias longas e anágua. No geral elas se apresentam da seguinte forma:

As saias que cobrem os joelhos, as blusas sem decotes e com mangas, os cabelos em tamanhos maiores, a leveza nos tons de suas unhas e em suas faces, são características que diferenciam essas mulheres das demais. Com uma aparência decorosa, e uma postura altamente comedida, elas se destacam ainda por sua elegância (OLIVEIRA, 2016, 161-162)

É bem verdade que o pentecostalismo contemporâneo (neopentecostalismo) contribuiu para mudanças no uso e costumes, porém, a dominação masculina e o controle das mulheres por meio da submissão ao marido e aos líderes, que em sua maioria são homens, ainda exercem domínio sobre o corpo feminino. A imagem que as mulheres pentecostais precisam transmitir é de “equilíbrio”, o importante é que elas aceitam a imposição considerando que tudo que passar dessa imagem e sendo contrária a doutrina da Igreja é considerado pecado, mundano e profano. São incentivadas e doutrinadas através de seminários e livros que tratam sobre o assunto, neste sentido de acordo com Krischna Duarte (2010, p.34)

As mulheres se esforçam muito para moldar suas vidas com base naquilo que a cultura popular lhes diz que é belo e as mulheres cristãs não são exceção. Quando nos preocupamos demasiadamente com a aparência física, declaramos que os padrões e beleza do mundo são mais importantes do que os de Deus, e começamos a refletir os valores de um mundo do qual Jesus disse que não fazemos parte, apesar de permanecermos dele

O discurso pentecostal entorno do corpo feminino expressa ainda na atualidade toda uma mensagem que favorece a dominação masculina, mesmo que o pentecostalismo moderno já se “abrasileirou”. Em seu discurso e prática, a mulher tem seu corpo “controlado” pelo masculino. Enquanto filha (pertencente a uma família) sujeita às ordens do pai, e enquanto esposa, seu corpo pertence ao marido, sob argumento que no casamento são uma só carne, e sob a fundamentação bíblica que ela é submissa ao marido e seu corpo, portanto, é para agradá-lo.

O comportamento conservador das mulheres pentecostais resultante da observação dos usos e costumes é considerado uma espécie de busca pela santidade, às recém-convertidas passam por um “disciplinado” com as mulheres mais velhas ou que estão a mais tempo para que possam aprender a se comportarem como as demais, tendo

tanto as roupas quanto comportamento que as identifique como “crentes”, já as menores de idade são ensinadas pelos pais ou somente pela mãe. Para Prodócimo e Rigoni (2013), esse processo é denominado de “educação religiosa” e “impressas” no corpo feminino, já que no que tange as mulheres e seu corpos, é através de demonstrações de vestimenta e comportamento que configuram a veracidade da sua experiência religiosa.

O controle dos corpos ocorre dentro do meio pentecostal com a obrigatoriedade de usarem saias e ou outra vestimenta que não chame a atenção para o corpo feminino “induzindo” o homem ao pecado. Na educação em que são sujeitas são ensinadas que as qualidades espirituais é que devem chamar a atenção. Neste tipo de educação religiosa o que impera é conservadorismo da Igreja que tem por obrigação ser repassado para elas através de outras mulheres. Quando elas não aderem ao comportamento esperado são recriminadas pelas outras mulheres que compõem a Igreja, tal repressão possui dois objetivos “para que ela não caia e, principalmente não provoque a tentação no homem” (PRODÓCIMO; RIGONI, 2013, p. 236), Afinal uma vez Eva, para sempre Eva, ou seja, basta ser mulher para ser acusada da razão dos erros do homem.

2.5 AS MULHERES E SEU TRABALHO NO PENTECOSTALISMO

O trabalho também consiste em um meio para domínio das mulheres desde a antiguidade. Com a necessidade da caça e da conquista territorial o trabalho foi sendo definido a partir da diferença biológica, os homens eram destinados a realizarem tarefas diferentes das mulheres. Os questionamentos acerca da divisão de trabalho ocorreram a partir da chegada do feminismo, na década de 70, o próprio conceito de divisão sexual do trabalho já demonstrava a situação discriminatória que as mulheres foram submetidas, fruto das relações sociais construídas entre os sexos ao longo da história, porém o termo

divisão sexual do trabalho é usado frequentemente de maneira descritiva. Para designar uma diferenciação entre os sexos nas atividades sociais é utilizado em uma abordagem sociográfica que descreve os fatos, constata desigualdades, porém não organiza esses dados de maneira coerente e, na maioria das vezes, é despojado de toda conotação conceitual. A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida (QUIRINO, 2015, p. 234)

A desigualdade, opressão e dominação vivida por elas na divisão do trabalho são perceptíveis em todos os lugares, onde essa relação é construída. No que se refere a

religião, é histórico os espaços e trabalho que homens e mulheres ocupam, e nele elas também são discriminadas e limitadas ao trabalho a partir da diferença biológica.

Quirino (2015) afirma que a desigualdade e a condição feminina impõe a mulher uma jornada dupla de trabalho, pois além de seu trabalho assalariado ela é exclusivamente responsável pelo seu lar, uma vez que o trabalho doméstico é de exclusividade feminina. A divisão sexual do trabalho é sistematicamente hierarquizada. Elas são força de trabalho e mão-de-obra nessa relação. É importante ressaltar que o meio pentecostal apenas reproduz o que em outros seguimentos da sociedade faz em relação ao trabalho das mulheres.

Do mesmo modo que ocorre na sociedade, acontece no pentecostalismo. Elas são maioria em números, trabalham em diferentes áreas na comunidade, mas quando se trata de uma posição de chefia, presidência ou destaque na tomada de decisão, são ignoradas. O pentecostalismo conta com a força das mulheres para o trabalho, desde seu início foi fundamental e mesmo que algumas delas estão no anonimato, seus trabalhos estabeleceram o pentecostalismo até os dias de atuais. Sempre é importante lembrar que na chegada do pentecostalismo no Brasil o contexto social estava organizado em torno do patriarcado, enquanto os homens saíam de casa para o trabalho, quem detinha tempo para o trabalho relacionado à Igreja eram as mulheres. Conforme Mello (2010, p.31)

Contando de 1910 a 1930, já estavam em ação doze missionárias esposas de missionários suecos e seis missionárias suecas solteiras. Quase todas, tanto as solteiras como as casadas, antes de chegarem ao Brasil, haviam sido ordenadas evangelistas na Suécia e tinham experiências nessas áreas, além de várias delas serem bastante talentosas,

Nesses anos iniciais do pentecostalismo no Brasil, as estrangeiras com maior formação se dedicavam ao ensino e a produção de material didático para divulgação da mensagem pentecostal, e as brasileiras pobres e marginalizadas se dedicavam à evangelização de casa em casa, à pregação em cadeias ou os chamados pontos de pregação. Mello (2010) sugere que elas sempre estavam no meio do povo marginalizado envolvendo-os nas atividades evangelísticas. A participação delas no avanço da obra nos anos iniciais indica que o “gênero não era um impeditivo para o exercício do ministério, considerado um dom de Deus sem relação com a qualidade do ministro” (MARTINS, 2022, p.232).

Um fato relevante na história, mas infelizmente não registrada ou reconhecida, é o trabalho desenvolvido por mulheres que exerceram a direção de Igreja, em locais

distantes dos grandes centros urbanos, até a chegada de um homem para dar continuidade no trabalho iniciado por elas. Pouco se sabe da história delas no início do pentecostalismo, isso é fruto da decisão/dominação masculina, como se vê na Convenção geral das Assembleias de Deus em 1930, replicando culturalmente a hierarquia e impondo o patriarcado como forma de governo das suas Igrejas. De 1930 até a década de 70, período de hegemonia pentecostal, as mulheres pouco tiveram ou não tiveram seus nomes e trabalhos mencionados ou reconhecidos dentro de tais comunidades.

Na história do pentecostalismo brasileiro a brilhante participação feminina no trabalho eclesial, foi precocemente amordaçada de forma compulsória na década de 30, por iniciativa de pastores brasileiros que possivelmente incomodados com a postura de Frida Vingren e com a postura dos missionários estrangeiros em relação ao trabalho das mulheres. Frida esposa de Gunnar Vingren, enfermeira por formação era aplicada aos estudos e musicista. Ao chegar ao Brasil encontrou uma sociedade machista e um povo analfabeto, não tinham obreiros locais formados com instrução teológica evangélica, pois a maioria vinha do catolicismo, o papel de Frida é

considerada como de inestimável valor e reconhecida sua extremada dedicação à obra de Deus. É descrita como sendo enérgica em tudo, tendo desprendimento para compreender e resolver todas as situações, num só momento, o que teria contribuído, diversas vezes, para que ela tomasse atitudes que desagradavam a muitos (MELLO, 2010, p. 40)

Seu envolvimento e sua autonomia contrastaram com a época em que o patriarcado ganhava ainda mais força devido a consolidação do autoritarismo da era Vargas, por isso eram vistas em segundo plano e podendo exercer o pastorado de uma comunidade apenas quando não houvesse outros irmãos capacitados para realizar este trabalho. A citada Frida Vingren, vítima do machismo brasileiro foi ignorada e seu notório trabalho como redatora do maior jornal pentecostal em circulação na época, o Mensageiro da Paz, foi praticamente apagado da história do pentecostalismo, de modo que ao completar 50 anos em edição comemorativa o jornal homenageou os principais colaboradores na tentativa de resgatar a contribuição de Frida,

A lista dos dignos de menção honrosa é composta apenas por homens. Enquanto Gunnar Vingren, esposo de Frida, é o primeiro da lista, mesmo tendo escrito apenas 6 artigos no jornal, ela que foi a primeira redatora do *Mensageiro da Paz* e assídua articulista em seu primeiro ano de existência, com 29 textos publicados, não recebe nenhuma menção, assim como nenhuma outra mulher (GOMES, 2022, p.223)

O contexto aqui exposto até o momento trata-se da Igreja Assembleia de Deus, maior representante do movimento pentecostal no Brasil e que acabou servindo de modelo para o surgimento de outras denominações, reproduzindo o sistema de governo e teologia pelo Brasil. Sobre a referida denominação é importante lembrar que

as relações de poder existentes na Assembléia de Deus podem ser melhores analisadas a partir do coronelismo e militarismo, com sua hierarquia de obediência irrestrita. Como o pentecostalismo ligado a esta igreja tenha surgido em meio ao ciclo da borracha, assimilou boa parte do coronelismo presente nas fazendas de borracha no norte e de outros cultivos no nordeste brasileiro. Indubitavelmente, essa era a maneira utilizada pelos coronéis para manter a obediência. Encontramos na retórica dos pastores pentecostais a ênfase de uma liderança como divinamente instituída, portanto, merecedora de obediência e respeito (MELLO, 2010, p.49)

e sempre à frente da liderança da comunidade está o homem “investido” do poder divino, considerado o representante de governo de Deus na Terra.

Cabe neste momento destacar algumas observações sobre o pentecostalismo e o trabalho das mulheres. Nos primeiros 20 anos do pentecostalismo no Brasil, o trabalho realizado por elas fundamentalmente para expansão pentecostal, possivelmente foi silenciado para não dizer apagado devido ao contexto do patriarcado e devido ao sucesso. Fizeram tanto barulho que foram silenciadas, apagadas e impostas ao trabalho de auxiliadoras dos homens na liderança (MARTINS, 2022). Concernente a colaboração feminina no início do pentecostalismo, alguns nomes esquecidos ou apagados são apontados por Mello (2010, p.30-31): “Celina Albuquerque; Florinda Brito; Zélia Brito; Antonieta de Faria Miranda; Maria Miranda; Amélia Monteiro; Rosa Rodriguez; Frida Vingren; Emília Costa; Joaquina de Souza Carvalho”.

Embora o nome dessas e de tantas outras tenham sido apagados, e mesmo depois da imposição patriarcal que limitou o seu campo de atuação dentro do movimento pentecostal, ele continuou contando com trabalho delas e recebendo muito apoio incondicional nos diversos trabalhos do cotidiano da comunidade para a expansão pentecostal. O pentecostalismo contribuiu para inclusão dos leigos na liturgia da Igreja, na inclusão dos marginalizados de sua época, contra o racismo e direitos humanos, mas quando se trata das questões relacionadas ao gênero seu posicionamento sempre foi a omissão, ignorando a existência de tal problemática, confirmando que a religião é uma das grandes responsáveis pela inferiorização das mulheres (MARTINS, 2022). Por esse motivo é necessário compreender o espaço e a dimensão do trabalho feminino no pentecostalismo.

2.5.1 A mulher e o pentecostalismo: seu espaço e título

Existem espaços e títulos no pentecostalismo que são considerados como sagrados. Se tratando de espaço, temos o espaço de culto (o templo), esse espaço é considerado como o local da manifestação divina, é o local onde as pessoas entram para colocar sua vida em ordem, acreditando que neste ambiente reside um poder que é capaz de dar sentido e experiência para o indivíduo, pois este local é a habitação do sagrado, portanto, único meio de dar manutenção no mundo é através do contato com sagrado (BERGER, 1985). Em um espaço sagrado e revestido do poder divino criado pelo patriarcado, apenas o homem é legitimado a ser representante do sagrado, é ele quem está autorizado a trabalhar neste espaço, compondo a organização litúrgica e o privilégio de manipular tanto os objetos desse espaço considerado como sagrado, quanto rememorar a teodiceia para dar manutenção no sistema de crença da instituição.

A figura principal neste local é o sacerdote, sua figura surge a partir da institucionalização da religião que pode ser observado através do estabelecimento do rito e da liturgia que dão sentido lógico para experiência religiosa do indivíduo (O'DEA, 1969). Neste sentido ao sacerdote cabe a responsabilidade de manter a estrutura institucionalizada através de seus serviços. Weber (2004) aponta que este agente religioso é responsável por influenciar os deuses por meio de seus serviços prestados. Este profissional na Igreja evangélica é o Pastor, ele é quem desfruta de certa proximidade com Deus e, por tanto, apto a “convencer” Deus resultando na experiência religiosa para o indivíduo. Estes, na maioria das situações recebem pelos seus serviços.

No Brasil em um contexto geral, os sacerdotes são os homens. Na maioria das Igrejas cristãs este título na instituição, bem como tal responsabilidade, pertence aos homens exatamente pela proximidade com o sagrado que essa posição requer, por isso

A despeito do fato de o contingente feminino nas religiões, de maneira geral, ser significativamente superior ao masculino, efetivamente há muito mais homens do que mulheres nos postos mais altos. [...] a Igreja Católica Apostólica Romana e várias Igrejas evangélicas não aceitam, em hipótese alguma, a ordenação de mulheres como sacerdotisas ou pastoras. Curiosamente, o trabalho feminino nas igrejas cristãs é o mais explorado de todos (LEMOS, 2009, p.60)

Dessa forma, às mulheres restaram o anonimato ou esquecimento no meio pentecostal por razões do patriarcado. Reconhecidamente elas ocupam um espaço de trabalho, tuteladas ou subjulgadas por um poder hierárquico, em um lugar de submissão.

Ainda assim, o pentecostalismo defende que a manifestação do dom não depende de gênero, mas quando se trata da prática podemos observar outra realidade, já que no espaço do templo durante a liturgia e também da organização institucional é perceptível tratamento desigual pelo fato da diferença biológica, sendo impedidas de exercer o pastorado pelo fato de ser mulher. Os primeiros pentecostais não as ordenaram até 2005, porém isso não impediu de que elas pudessem trabalhar dentro da comunidade local, desde que estivesse sob supervisão masculina (ALENCAR, 2019; MARTINS, 2022).

Existem casos de mulheres que no início do pentecostalismo exerceram o pastorado, outras como a Ruth Doris Lemos, ordenada ao pastorado nos Estados Unidos, abdicou-se de sua ordenação para trabalhar na educação teológica de jovens no Brasil entre os anos 1948 a 2008. Irmã Doris como era conhecida foi esposa do fundador do primeiro instituto bíblico para os pentecostais, pedagoga de formação, musicista e bilíngue, apesar de seu trabalho ser incontestável ela nunca foi se quer reconhecida como pastora no Brasil (ALENCAR, 2019).

O caso de Ruth Doris Lemos exemplifica os outros de mulheres estrangeiras que vinham para o Brasil para trabalhar na expansão do pentecostalismo. De acordo com Mello (2010) essas mulheres saíam de suas igrejas já ordenadas como pastoras ou evangelistas, mas ao chegar ao Brasil sofriam com machismo e sexismo da sociedade, tendo que abrir mão de sua ordenação para continuar trabalhando. Existem poucos casos de mulheres no início do pentecostalismo que exerceram a titularidade de uma Igreja, como o caso de Matilde Brusaca, que dirigiu a AD de Tucuruí no Pará por dez anos até a chegada de um pastor para o local, e Florência Silva Pereira que dirigiu um campo administrativo com seis igrejas em Sergipe. Mello (2010, p.31) lista apenas seis mulheres brasileiras que contribuíram para a expansão pentecostal, porém limitadas quanto ao exercício da carreira ministerial e algumas vezes impedidas culturalmente de realizar os ritos do Batismo, casamento e Ceia.

Carvalho (2016) escrevendo sobre a história da Igreja de Deus no Brasil conta a história de Carolina Mathilda Paulsen, ela veio para o Brasil, especificamente na cidade de Catalão-GO e fundou a Igreja Calvário Pentecostal. Veio na companhia de Emma Miller, essas mulheres solteiras iniciaram o trabalho na referida cidade no ano de 1935. Elas foram impedidas pelos pastores de outras igrejas a realizarem batismo, ceia e casamento. Quando tinham que realizar tais liturgias, convidava um pastor de outra denominação, perseguição que segundo Carvalho (2016) permaneceu até a conversão de Emanuel Epaminondas, que era militar na cidade de Catalão. Elas permaneceram por

dezenove anos no Brasil e quando uniu com a Igreja de Deus nos Estados Unidos, a denominação enviou homens para serem os responsáveis.

Mello (2010, p.31) relaciona seis mulheres brasileiras que estavam ativamente na expansão do pentecostalismo, em contra partida as estrangeiras, que eram de maior número em funções que eram exclusivas dos homens. Talvez isso sugere que na América Latina o contexto do patriarcado para época tivesse maior força do que em outros locais, já que as estrangeiras já vinham ordenadas de seu local de origem. Mas apesar do advento da chegada do feminismo no Brasil, coincidentemente junto com a chegada e expansão do neopentecostalismo, elas continuaram dentro do contexto de marginalização,

De modo geral, é esperado nestes espaços que a mulher reitere normas binárias de gênero relacionadas à liderança masculina. O espaço reservado à liderança feminina ocorre a partir de negociações contextuais e relacionais entre as mulheres e as lideranças (masculinas) das agências, e se dá em diferentes níveis – sinalizando para as aparentes *ambiguidades* em relação à liderança da mulher nestas agências: ainda que haja possibilidade de exercerem cargos de liderança, os postos mais altos costumam ser ocupados por homens (MARANHÃO FILHO, 2012, p.89)

De modo geral as mulheres dentro do pentecostalismo possuem carreira eclesiástica limitada, variando um pouco de acordo com a denominação, mas todas possuem alguma limitação. Na hierarquia elas podem ser ordenadas como diaconisas, evangelistas, missionárias e em alguns casos quando são casadas com pastores, são chamadas de pastoras como forma de respeito, ou como forma de reconhecer a ordenação de seu cônjuge. Tal reconhecimento indica apenas que ela é a esposa do pastor, que em muitos casos elas serão lembradas apenas por tal fato e mesmo que elas tenham certo reconhecimento, o espaço por elas ocupado ainda é muito questionado. Dos trabalhos realizados por elas incluem a evangelização, no ensino para crianças e até outras mulheres, mas nunca os homens adultos, mesmo que tenha mais formação que eles (ARAGÃO FILHO, 2011).

Apesar de certos avanços no que tange a ordenação dessas mulheres desde 1970, ainda é um dilema romper o paradigma de dominação e desigualdade de gênero dentro do pentecostalismo. A complexidade da temática é vista no contraste das diferentes denominações de mesma linha teológica, enquanto encontramos mulheres ordenadas ao pastorado em certas denominações, em outras não é preciso muito esforço para observar que elas nem são cotadas para ordenação, isso porque, já está enraizado

dentro do seguimento pentecostal refletindo o patriarcado que estrutura a sociedade. Por isso no pentecostalismo encontramos duas vertentes a respeito da ordenação das mulheres Aragão Filho (2011, p. 55-56)

são os igualitaristas, que afirmam que Deus criou o homem e mulher de forma igual, e que a subordinação por parte da mulher ocorreu em decorrência da queda e como parte do castigo, que teve consequências socioculturais; e os complementaristas, que declaram que os ministros ordenados exercem papéis que são apenas prerrogativas de homens, embutindo esse argumento numa teoria específica da igreja (ARAGÃO FILHO, 2011, P.55-56).

Embora, como já mencionado, as mulheres tem tido suas ordenações reconhecidas, ainda é importante observar qual papel desempenhado por ela na liturgia de culto, já que o momento principal é uso do púlpito como orador principal. Tradicionalmente no cristianismo o principal dia da semana para estar no espaço sagrado de culto e escutar o orador principal, que muitas vezes é o sacerdote ordenado, é o domingo, observa-se que elas dificilmente se envolvem não só das tomadas decisões de sua comunidade, mas também ativamente participando da liturgia do culto, a não ser que o público seja 100% composto por mulheres, ou em trabalhos específicos para elas (ARAGÃO FILHO, 2011).

A titulação ou ordenação de mulheres não é debate apenas no pentecostalismo, nas Igrejas Históricas também observamos que elas possuem atuação limitada e não tem ordenação reconhecida pela vertente cristã em questão. Porém, é importante destacar que o pentecostalismo e suas imposições patriarcais às mulheres, estão muito mais relacionados ao patriarcado e seu contexto no Brasil do que uma herança do protestantismo histórico. A falta de reconhecimento dessas mulheres talvez seja resultado do profícuo trabalho de Frida Vingren, seu sucesso influenciou a primeira ordenação feminina ao diaconato da Assembleia de Deus no Brasil, pouco antes da convenção nacional de pastores que acabou silenciando de uma vez por todas o reconhecimento, o nome e a chance de ordenação dessas mulheres na hierarquia de trabalho (MELLO, 2010).

Ao termino da convenção a referida Frida Vingren escreveu um artigo em resposta ao posicionamento denominacional concernente à atuação das mulheres, como já de esperar seu artigo publicado no Jornal de circulação denominacional foi o pretexto para silenciar todas as mulheres,

A subversão de Frida não teve apoio da maioria das mulheres e homens assembleianos, pois Samuel Nyström, junto aos pastores nordestinos, usaram todos os artifícios possíveis para afastá-la do

jornal que ela ajudara a criar, e da igreja, que nasceu sob sua liderança. As tensões, motivadas pela ganância de poder, atrelada à misoginia dos pastores, resultaram no retorno de Frida e sua família à Suécia. Quem assume a liderança da igreja no Rio de Janeiro e anos depois se torna presidente da convenção de pastores é ninguém menos que Samuel Nyström (COSTA, 2022, p.7).

Privadas de usar o púlpito e da ordenação pastoral, o que contribuiria para suas carreiras ministeriais, quais espaços poderiam ocupar? Uma vez que são excluídas ativamente da liturgia, elas “criaram” um espaço exclusivo para elas, neste espaço desempenham o que publicamente são impedidas de realizar. Este espaço começou com Albertina Bezerra Barreto, o Círculo de Oração, tendo o papel de fortalecer a mulher e o exercício de um poder simbólico. Nele elas realizam atividades como louvor, oração, pregação e evangelismo. Círculo de Oração, Ministério da Mulher, Ministério Feminino, Fraternidade Feminina, o nome está sujeito aos costumes da instituição, porém o espaço é o mesmo trata-se de um espaço exclusivamente para mulheres (COSTA, 2022).

Sobre o poder simbólico exercido por elas, tomamos a definição dada por Bourdieu (1989, p.8): “poder invisível o qual so pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O grupo exclusivo dessas mulheres não possui finalidade de sobressair entre os outros trabalhos realizados pela comunidade, mesmo assim constitui-se em um importante espaço, pois dentro do pentecostalismo elas são a maioria no corpo de membros. O último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontou que 55% do número de membros são mulheres (IBGE, 2010).

Uma particularidade sobre tais espaços é que através deles podemos observar uma característica ou responsabilidade, mesmo que não haja formalização dessa ordenação. É que dentro deste grupo exclusivo encontramos várias mulheres que de alguma forma se destacam na atuação, então é conferido um poder sobrenatural, diferente em autoridade masculina, porém muito poderoso e respeitado por toda a comunidade, essas são as profetizas, que na realidade seu trabalho se assemelha a ideia de mago defendida por Weber (2004), para o autor o mago possui o monopólio da magia na comunidade, que dão prova de seu poder através dos milagres e da revelação pessoal.

Mesmo que os grupos exclusivos dessas mulheres exerçam certo poder, e mesmo que dentro desse grupo possam existir mulheres que são reconhecidas pela

manifestação de um carisma pessoal, estão todas sujeitas ao líder da instituição religiosa. Neste sentido estão sujeitas ao sacerdote ordenado, o pastor, ele é o responsável por determinar quais mulheres podem participar desse grupo exclusivo. Vale ressaltar que as meninas, as adolescentes e adultas solteiras participam das reuniões do grupo exclusivo de mulheres, mas compõem departamentos como infantil, juvenis e jovens, junto com os meninos e homens solteiros, pois o critério para compor ativamente o grupo exclusivo de mulheres é o casamento, viuvez ou idade, as divorciadas geralmente não são aceitas (COSTA, 2022).

As constituições de tais espaços institucionalmente servem para perpetuar a dominação e sua submissão aos homens (maridos, pais e pastores). Porém, mesmo não tendo acesso aos trabalhos principais, há uma atuação evidente na liturgia de culto e consequentemente na hierarquia, que as mulheres lideram o grupo exclusivo e tem seu trabalho semelhante ao mago como citado, possui “poder para desestabilizar qualquer religioso” (MARTINS, 2022, p.237). A autora aponta que de certa forma elas são rivais dos homens mesmo que silenciosamente, baseando sua atuação no cotidiano doméstico, no silêncio enigmático e no poder simbólico. Dentro da liturgia de culto, mesmo que não seja legitimado o seu silêncio serve de parâmetro avaliativo da homilia.

O ofício da exclusividade do grupo de mulheres possui tanta importância que não tem como ser proibido pelo sacerdote da instituição, na realidade o “homem pode até ter poder, mas se ele ignora a possibilidade de uma articulação feminina, isso pode lhe custar o ministério. Oficial ou não, as mulheres têm poder (MARTINS, 2022, p.237)

Outro lugar onde elas podem realizar os trabalhos que são destinados aos homens é o cenário doméstico. Em algumas instituições pentecostais elas são até incentivadas se reunirem em grupos com finalidade de acolhimento, oração e instrução. Instrução essa que padronizará o comportamento de todas elas, tendo como modelo de comportamento os discursos machistas e sexistas, já mencionados nesta pesquisa.

2.5.1.1 Principalmente elas: as esposas dos pastores, usadas como exemplo de submissão e trabalho.

A desigualdade quando se refere à gênero, além de tomar o discurso teológico e patriarcado como base, dentro da comunidade o comportamento da esposa do Pastor tem maior peso para que as outras mulheres a tomem como exemplo de comportamento. Ela é parâmetro avaliativo para outras mulheres do que pode ou não vestir, e como se

comportam mediante as situações do cotidiano. A esposa do sacerdote ordenado apesar de ser chamada e respeitada de acordo com a ordenação de seu marido, ela não tem participação ativa na administração e decisões que influenciarão a comunidade em que o marido seja o responsável. Essas mulheres em alguns casos são duplamente esquecidas, primeiro pela administração e liderança máxima da instituição, e depois esquecidas pelas próprias mulheres, reduzindo seu trabalho em ser apenas a esposa do pastor, muitas vezes a comunidade nem se refere à ela pelo seu nome, é como se ela pertencesse ao esposo.

É interessante que nas observações feitas nesse cenário elas nem estão preocupadas em ser ou ter seu trabalho reconhecido, existe um contentamento por parte delas em ser apenas auxiliadoras de seus maridos. O relato de uma das esposas de pastor descrita na obra *Sementes do luto*, a esposa descreve que tipos de trabalho ela realizava semelhante no ofício, mas com autoridade hierárquica diferente: “sempre pastoreei junto com meu esposo, mas decisões, vara de correção, a parte burocrática e autoridade eram dele” (SILVA, 2022, p.35).

Mello (2010), Alencar (2019), Martins (2022) e Gomes (2015) descrevem os embates que Gunnar Vingren teve com as demais lideranças pentecostais, pelo comportamento ativo de sua esposa Frida Vingren. Samuel Nyström e Daniel Berg tentaram convencer inúmeras vezes sobre a importância de silenciar o ministério feminino nos primeiros anos do pentecostalismo, e apesar de não ter registro, com certeza estavam incomodados com o exemplo que Frida estaria dando as outras mulheres. Com a morte de Gunnar Vingren, Frida não é lembrada, é como se com a morte de seu marido ela também fosse sepultada.

Da mesma forma que ocorreu com Frida também acontece com essas esposas dos pastores titulares de suas comunidades, após a morte de seus esposos elas não herdam a posição de titularidade da comunidade, e ainda não recebem uma pensão ou benefício como forma de proteção securitária pelo serviço prestado, aliás, o marido enquanto titular da comunidade não possui vínculo empregatício em muitas instituições. Elas também exercem um poder simbólico, a forma que a comunidade respeita e reconhece seu marido como pastor e sacerdote é a forma que ela o descreve, de modo que os outros possam ver nele digno de ser chamado de exemplo, Silva (2022) atribui ao marido a dedicação e honestidade que tinha com a titularidade de sua comunidade.

No geral, no meio evangélico a literatura é rica em relação ao nicho: esposas de pastor, todas elas com descrição e enaltecendo sua submissão e auxílio aos maridos,

diferindo-a das outras mulheres da comunidade, pois além de também enfrentarem duplas jornadas de trabalho, beneficiadas pelo reconhecimento que o movimento feminista já conquistou para todas as mulheres. Dentro da maioria das instituições religiosas se contentam em não ser e não ter o seu trabalho reconhecido pela instituição evangélica.

3. OS PASSOS LENTOS DA SUBVERÇÃO FEMININA

O pentecostalismo é separado por três momentos, tais momentos indicam as mudanças e características novas assumidas pelo movimento. Em cada momento observamos mudanças na teologia, mudanças no cenário social, no comportamento dos partícipes e conseqüentemente na cultura. Seguindo o contexto dos demais países do Ocidente o contexto brasileiro é o do patriarcado, portanto os dois momentos do pentecostalismo é marcado pela dominação e exclusividade masculina, apesar de ser encontrado em seu período de instalação e expansão uma atuação feminina. E quando a atuação representou uma ameaça, foram impostas medidas limitando seu campo de atuação, mesmo assim, não foi impedimento para a atuação feminina e nem as mudanças posteriores dentro do pentecostalismo relacionado ao gênero. Por óbvio é muito pouco em relação ao tempo que o feminismo chegou ao Brasil, e talvez se não tivessem sido inibidas pela ditadura militar em 1960 as mudanças sociais contribuiriam ainda mais para subversão feminina ao patriarcado religioso (GARCIA, 2015).

As mudanças no cenário patriarcal brasileiro como consequência do feminismo são de forma progressiva e estão relacionados com a luta das mulheres. Elas participaram da Conjuração Mineira (1789); na revolução ocorrida em Pernambuco em 1817; na independência tornando-se soldado (1822) e na luta pela educação em (1887). Em 1910 o movimento feminista tem sua primeira inserção no Brasil na luta pelo direito de voto. Nessa mesma época há a chegada do primeiro momento do pentecostalismo, essa primeira inserção resultou também em mudanças no cenário religioso, pois no pentecostalismo e seu primeiro momento, é perceptível a atuação feminina dentro da liderança, expansão e consolidação do pentecostalismo brasileiro. Entretanto, da mesma forma que o feminismo foi inibido no início da ditadura militar, a atuação das mulheres no pentecostalismo também foi inibido, como exposto no capítulo anterior. Essas mudanças sociais trazidas pela luta das mulheres e pelo feminismo em 1910 demonstra certas paridade no movimento pentecostal em sua chegada/expansão.

Com o fim da ditadura militar e as mudanças econômicas, o feminismo se instala no Brasil ainda na década de 70 e novamente coincide com o terceiro momento do pentecostalismo no Brasil. Os dois movimentos partem da periferia da cidade de São Paulo, quando se organizaram e iniciaram um movimento para melhoria de vida, a partir de sua luta e resistência a opressão elas “começaram a ter contato com feministas que passaram a frequentar os bairros, vinculadas a grupos de políticos de esquerda (...) as mulheres da periferia começavam a se sensibilizar por seus problemas específicos, cada

vez mais agravados pelas condições de vida e trabalho” (TELES, 1999, p. 76). A busca pela melhoria de vida também era temática do terceiro momento do pentecostalismo, Souza (2014) afirma que as maiores igrejas pentecostais do país surgiram entre os pobres e construíram sua identidade a partir deles. Neste sentido é importante relacionar o contexto dos dois movimentos, partilhando o cenário hostil, acabou contribuindo para propagação da mensagem que promete desfrutar do céu ainda na terra, acabando por tanto com o sofrimento humano (BITTUN, 1996).

As semelhanças entre pentecostalismo e feminismo também estão na forma em que são apresentados na história, tanto pentecostalismo quanto feminismo são apresentados em três momentos. O primeiro dividido por Freston (1996) por “ondas”, o segundo também dividido e apresentado por “ondas” de acordo com Caetano (2017). A divisão do pentecostalismo situa cronologicamente as mudanças na teologia, na experiência religiosa do indivíduo e em uma mudança institucional, o feminismo é dividido em “ondas” que marcam sua evolução “em direção a outras matérias conforme a passagem do tempo e as mudanças na sociedade, que traziam questões novas e o amadurecimento do próprio movimento feminista” (CAETANO, 2017, p.4).

As outras ondas do feminismo também coincidem com as mudanças sociais e conseqüentemente mudanças no pentecostalismo de acordo com seu momento, por exemplo, a primeira onda do movimento feminista “esteve associada ao movimento de mulheres anarquistas (...) sobretudo pelas sufragetes” (CAETANO, 2017, p. 5). O importante dessa primeira onda é o perfil da liderança do movimento neste momento, Bertha Lutz tinha formação acadêmica e a experiência de ter morado fora do Brasil, o que representa uma autonomia e destaque entre as mulheres. Do mesmo modo quando se observa o perfil das mulheres no primeiro momento do pentecostalismo, as brasileiras que se destacam têm perfil parecido com o de Bertha Lutz, Mello (2010) destaca que muitas delas tinham talentos, algumas eram musicistas e outras eram professoras, os dois movimentos é de base popular e composto por analfabetos e liderado pelas mulheres “elitizadas” (SANTOS, 2019).

Outro fator da primeira onda dos dois movimentos que possuem semelhanças foram as formas de inibição, enquanto o movimento feminista foi inibido pela ditadura militar, no pentecostalismo elas foram inibidas pelo ressentimento dos pastores. Tais semelhanças indicadas nos dois movimentos são frutos da absorção que o pentecostalismo realizou da cultura, além de demonstrar a força do movimento feminista dentro do território nacional a partir de 1910 até 1930. Esse recorte temporal marca o

início dos dois movimentos e sua inibição. Os pastores ressentidos realizaram uma convenção para as mulheres do movimento pentecostal em uma capital brasileira que havia uma mulher como prefeita, eleita em 1928 com mais de 60% dos votos Alzira Soriano (MELLO, 2010). A dita convenção ocorre em 1930 em Natal, Rio Grande do Norte, dois anos depois dela eleita. 1930 é um marco para o pentecostalismo e feminismo já que o feminismo foi “paulatinamente desarticulado” (CAETANO, 2017, p.5).

A segunda onda do feminismo no Brasil tem seu início na década de 60, e foi marcado pela violência do regime militar. Várias mulheres presas pelo engajamento político durante a segunda onda do movimento feminista caracterizada por seu aspecto libertário, um feminismo de resistência. Além de lutar contra o regime militar elas lutavam “por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres” (CAETANO, 2017, p.5). A resistência do movimento no Brasil é fruto de um contexto maior que o feminismo se encontrava a década da transformação para todo mundo Ocidental,

A década de 1960 é particularmente importante para o mundo ocidental: os Estados Unidos entravam com todo o seu poderio na Guerra do Vietnã, envolvendo um grande número de jovens. No mesmo país surgiu o movimento *hippie*, na Califórnia, que propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, propagando seu famoso lema: “paz e amor”. Na Europa, aconteceu o “Maio de 68”, em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos burocratizados da esquerda comunista. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes tentaram uma aliança com operários, o que teve reflexos em todo o mundo. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres (PINTO, 2010, p. 16).

No contexto mundial o feminismo conforme Barreto (2004) foi marcado como instrumento de libertação da mulher, as mudanças econômicas às inseriram no mercado de trabalho, o avanço tecnológico permitiu o avanço da biologia, farmacologia e

medicina dando maior controle sobre a gravidez e reprodução humana, resultando em uma maior autonomia para elas. Sob esses aspectos a liberdade, autonomia e resistência. O feminismo no Brasil contribuiu também para que o território brasileiro continuasse como solo fértil para o pentecostalismo, pois neste momento também temos a segunda onda do pentecostalismo no Brasil, partilhando o mesmo contexto.

Marcado pela chegada da Igreja do Evangelho Quadrangular, a referida Igreja é liderada por uma mulher, missionária, norte-americana e divorciada, Alencar e Farjado (2016, p.104) afirmam que “nenhuma mulher no pentecostalismo mundial foi ou fez parecido”. Alencar e Farjado (2016) descrevem Aimee McPerson como a mulher mais importante do pentecostalismo no século XX, fundadora e presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular. A liderança feminina da IEQ resultou na desmitificação de que as expressões de vaidade eram pecado; usos costumes, como uso de calças, maquiagem e adornos eram permitidos pela referida instituição (TELES, 2020). De certa forma é fruto da preocupação com a mulher, característica do feminismo em sua segunda onda no Brasil (CAETANO, 2017) a luta dessas mulheres para romper com a opressão imposta em forma de privação da vaidade estão relacionadas com o feminismo de resistência exposto acima.

A segunda onda do pentecostalismo também é marcada pelo surgimento das Igrejas nacionais, Deus é Amor e Igreja o Brasil para Cristo. Ambas com regras rígidas para as mulheres, associando-se ao contexto do patriarcado do momento (LACERDA, 2017). No entanto, contexto da segunda onda do pentecostalismo é caracterizado pela busca e valorização da autonomia. Alguns pesquisadores chegam a denominá-lo de pentecostalismo autônomo, devido ao surgimento das referidas igrejas que rompem com a hegemonia denominacional do pentecostalismo da primeira onda (SILVA, 2009).

A terceira onda do feminismo é marcada pela amplitude e elaboração do conceito de gênero, e do que é “ser mulher” entre o final da década de 70 e início de 1980, convergente com o desenvolvimento do movimento feminista negro, movimentos antirracismo, Caetano (2017, p.8) afirma a existência de uma hierarquia dentro do movimento negro e do movimento feminista, impossibilitando uma interação entre brancas e pretas. A contribuição da temática gênero neste momento é a do diálogo oferecida pela interseccionalidade do movimento feminista, o qual contribuiu para um entrelaçamento complexo dos eixos: gênero, raça e classe; servindo para compreensão das desigualdades presentes no contexto nacional. Este momento do feminismo trouxe a

possibilidade de reivindicações de outras pautas como as pautas dos movimentos LGBT.

O movimento feminista em sua terceira onda tem sua evolução, e a partir dos anos 90 a discussão tira do foco as mulheres brancas da classe média, mesmo que tardiamente, já que nas primeiras ondas o movimento feminista é liderado por essas mulheres de classe média com educação privilegiada. Essa abordagem trouxe à tona a exclusão existente das demais mulheres que não eram da elite e estavam sob mesmo contexto de opressão e dominação masculina, nota-se que a evolução do movimento feminista a partir do rompimento de paradigmas e ampliação das pautas defendidas em outras ondas do feminismo,

Então, a terceira onda do movimento feminista é marcada pelo reconhecimento de uma pluralidade feminina; esse reconhecimento contribuiu para o desenvolvimento de vertentes que representassem e considerassem as particularidades das mulheres como a classe, a raça e a localidade. Hoje, nós podemos contar com diversas vertentes, incluindo as iniciativas que foram desenvolvidas no período da primeira e segunda onda (MARQUES; XAVIER, 2018, p.8)

O momento da terceira onda do movimento feminista se estabelece juntamente com o terceiro momento do pentecostalismo (neopentecostalismo), e tem por característica uma maior aproximação com a cultura brasileira, com estratégias de alcance definida por público alvo. A maior representante da terceira onda do pentecostalismo é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), nas outras igrejas do movimento pentecostal o principal culto é de domingo, já na IURD o principal culto são os que têm maior adesão de pessoas, ela surge em São Paulo, cidade que está dominada pela industrialização e de modo similar ao funcionamento industrial, os cultos passaram a serem realizados por turnos. Os turnos de maior frequência são os diurnos e neles a presença feminina é hegemônica, nele elas dividem os papéis que exercem de mulher e obreira (MACIEL, 2019).

A estratégia de ter as mulheres como público alvo, a relativização teológica e por se caracterizar um pentecostalismo mais secularizado, contribuiu para que dentro do movimento pentecostal as mulheres voltassem a serem reconhecidas pelo seu trabalho. Os poucos avanços que encontramos na atualidade das mulheres no meio pentecostal, é fruto de passos lentos de uma mudança inspirada pela cultura e pelo feminismo. O exemplo de Valnice Milhomens é um desses, a referida líder e fundadora da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (ROMEIRO, 2004).

A referida líder tem seu início de conversão após o estudo da Bíblia e “depois de sentir-se chamada para o ministério” (ROMEIRO, 2004, p. 66), estudou e recebeu o título de bacharel em Assistência Social e Educação Religiosa, no ano de 1971 foi enviada para Moçambique, trabalhando por 13 anos. Valnice começou sua experiência de fé e desenvolveu sua espiritualidade no seguimento protestante histórico e foi a “primeira missionária da Convenção Batista Brasileira” (ROMEIRO, 2004, p.66), este feito é um marco para mulheres, já que o protestantismo histórico não tem por prática ordenação feminina. Depois desses anos de trabalho na África ela teve contato com a Teologia da prosperidade através dos ensinamentos de Kenneth Hagin, “baluarte” da referida teologia da prosperidade e inspirador das maiores Igrejas da terceira onda do pentecostalismo no Brasil, sendo elas: Igreja Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus.

Hagin e sua teologia através de sua escola Rhema é fonte de inspiração para muitas igrejas da terceira onda do pentecostalismo ou chamada de neopentecostais, como exposto anteriormente, no Brasil o neopentecostalismo (terceira onda pentecostal) chegou no exato momento do feminismo de terceira onda. Os dois movimentos contribuem de sobremaneira para a subversão feminina, a autonomia e expansão empreendedora do movimento pentecostal e a pluralidade do feminismo são fatores preponderantes para as lideranças levantadas a partir dessas mulheres, haja vista que Valnice Milhomens, uma nordestina, mulher, iniciou uma Igreja. O que a torna a primeira mulher brasileira que se tem notícia a fundar uma igreja e a liderá-la sem a autorização de um homem no Brasil (ROMEIRO, 2004).

Sobre a liderança de Valnice Milhomens, é importante ainda destacar que após seu retorno da África, realizou conferências em várias denominações, semanalmente transmitia programa de TV, fundou espalhado por vários lugares no país o grupo denominado Guerreiros de Oração. Ela recebeu sua ordenação pastoral em 1993 e no ano seguinte fundou a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (INSEJEC), no Ano de 2001 Valnice recebeu o título de apóstola, o que representa um avanço, pois até então somente homens recebiam o título no Brasil. O referido título é mais um reconhecimento que se dá em uma determinada denominação para fazer referência ao cuidado que o líder tem em relação a outras igrejas e lideranças, isso significa que Valnice Milhomens recebeu tal título, devido a proporção de sua denominação que está organizada em células. Na atualidade Valnice recebe o título de Apóstola presidente da INSEJEC, e possui várias ramificações.

A projeção nacional de Valnice é a primeira que se tem notícias desde 1930, quando foram vítimas do machismo e do ressentimento de um movimento hierarquicamente em que os homens são superiores, o movimento pentecostal. Além disso, o que se pode observar é que sua projeção também é pioneira na iniciativa e manutenção de uma igreja realizada por uma mulher, e que até a atualidade é a presidente denominacional, Romeiro (2004, p.67) destaca que Valnice nunca casou e nunca teve filhos. Tal aspecto rompe com o estereótipo de liderança de Igreja, primeiro por ser mulher e segundo por não ser submissa à um homem (marido).

Apesar da liderança da referida mulher, o fato de Romeiro (2004) dar ênfase de não ter dito filhos e nem marido sugere apesar da percepção da mulher como mãe, esposa, dócil e do lar (privado) ter sido rompida com o surgimento de sua liderança. Outros aspectos sobre a percepção religiosa da figura feminina não existem nada de novo, pois sugerindo um “celibatário” atribui-se a ela o mesmo aspecto sobrenatural de Maria mãe de Jesus, já que “Maria era sobrenatural; ela não teve que lutar contra a tentação da carne” (LE MOS, 2013, p.205). É como se fosse a opção de vida e sua abstinência lhe conferisse autoridade para fundar e presidir sua instituição religiosa, uma vez que como Maria também não tem que lutar contra a tentação da carne, portanto, é tão sobrenatural quanto ela

De acordo com o exposto acima, e mesmo que a liderança e fundação da INSEJEC tenha sido debaixo de rejeição (ROMEIRO, 2004), é importante observar o avanço e a contribuição que o feminismo deu para o contexto do pentecostalismo.

As igrejas se adaptam ao sistema de mercado com a inclusão da mulher em papéis de protagonistas de suas próprias demandas, através da mídia, fazendo propagandas de produtos religiosos em sites, jornais, revistas etc., podendo ser uma estratégia de mercado, mas que vão aos poucos mudando, “naturalizando”, as subjetividades sobre certos espaços antes exclusivos aos homens (ARAGÃO FILHO, 2011, p.70)

Apesar de o autor afirmar que as mulheres por uma estratégia de mercado estão ocupando o protagonismo de comunidades eclesiais pentecostais, é salutar que a mudança social das mulheres abarca todas as esferas da sociedade, o mercado é apenas mais um desses campos em que podemos observar a mudanças trazidas pelo movimento feminista. Chantal (2017) afirma que as mulheres vêm assumindo cada vez mais o lugar de destaque na sociedade, inclusive na religião. As recentes discussões sobre gênero sugerem que tais mudanças são absorvidas com certa lentidão devido a existência de

obstáculos para que elas assumam cargos de lideranças religiosas, porém, as poucas que temos apontam para uma mudança no cenário. A luta travada por elas no ambiente pentecostal subvertendo o patriarcado é silenciosa e não tem aspecto revolucionário como

Quando descrevemos que as mudanças são frutos de uma aproximação dos movimentos referidos, e embora tenhamos algumas poucas mulheres, mas o fato de tê-las aponta para a história que está em curso. A Igreja Pentecostal Deus é Amor, fundada pela família Miranda na década de 50, famosa por rigorosas regras de usos e costumes, pela submissão inquestionável das mulheres, em que qualquer expressão de vaidade por parte delas era considerada pecado, ainda não recebem a ordenação como reconhecimento, porém, com a morte de seu fundador possui cinco mulheres na cúpula da liderança. De acordo com o site oficial da instituição são elas: Ereni Miranda (presidente do conselho deliberativo); Debora Miranda (Vice presidente do conselho deliberativo); Ilza Rocha (Vice Presidente do Conselho Executivo); Maria J. Lopes (Diretora Financeira do Conselho Executivo) e Regiane Tinonin (Segunda conselheira fiscal). Tais mulheres não possuem ordenação institucional e mesmo que fazem parte da cúpula de liderança não há registro de sua importância na liturgia de culto, no caso da presidente do Conselho Deliberativo, ocupa o cargo devido a morte de seu esposo, David Miranda (fundador da referida instituição). Viúva, ela não possui ordenação e chamada apenas de “irmã” Ereni Miranda.

A ocupação delas em cargos exclusivos masculinos anteriormente, e mesmo que a presidente (Ereni Miranda) tenha autonomia presidencial, o fato de ter ocupado o posto apenas após a morte do esposo reforça o patriarcalismo impregnado, nem que seja no sobrenome. É como se ela fosse “revestida” pelo poder que outrora era do esposo, marcando, portanto, sua presença moral, como se ela tivesse a necessidade da presença masculina para ocupar tal posto. Porém, importa destacar que os espaços anteriormente exclusivos do universo masculino e que transmitia unilateralmente o saber masculino, agora “novos significados estão sendo construídos no universo simbólico contido entre feminino e masculino, com respeito à ocupação da mulher no espaço sócio-religioso” (ARAGÃO FILHO, 2011, p.71).

O protagonismo feminino promovido por ambos os movimentos, tornou-se possível o rompimento do tradicionalismo litúrgico, pois na maioria das Igrejas pentecostais, independente de pertencer a qual onda, a reunião litúrgica principal é o domingo, neste dia o orador principal é o homem, é ele o ator principal, porém, desde o

rompimento litúrgico existem denominações que já incluem as mulheres na liturgia de culto. Neste momento elas são as responsáveis e são protagonistas na liturgia, exercem a oratória principal da reunião, a qual não é exclusivamente feminina, como anteriormente restrito às reuniões de orações.

As mudanças expressam a absorção tanto do mercado quanto da cultura, e mesmo que limitado, elas agora ocupam o protagonismo. Aragão filho (2011) exemplifica esta situação ao citar a dinâmica litúrgica da Igreja Sara Nossa Terra, que a esposa do fundador reúne semanalmente jovens (homens e mulheres) para culto. Em alguns Igrejas pentecostais que as mulheres não estão na dinâmica litúrgica como atores principais, elas são o público alvo principal, alguns trabalhos e temáticas litúrgicas são realizadas a partir dos problemas que elas enfrentam na esfera privada, como desemprego, violência, problemas com membro familiar relacionado aos vícios e etc. Ao acessar tais temáticas com ênfase no papel de mãe e esposa por elas desempenhados, exatamente por não ser a causadora desse contexto e por estar na condição de vítima ela além de assumir certo protagonismo ainda adquire “superioridade moral” (MACHADO, 1996, p.52). Neste cenário elas adquire o direito de atuar como guardiãs da religião de toda família, liderando-a por meio da moralidade já que ela é a vítima e não causadora do contexto marginal da família.

Embora não exista uma afirmação e nem estudo que se tenha notícia, que comprove a influência direta do feminismo para a subversão feminina ao patriarcado pentecostal, notadamente a opção que elas fazem pelo pentecostalismo, apontam para um panorama de incentivo ao desenvolvimento do fiel para a formação de um indivíduo melhor, pois tais igrejas “passam a estimular a entrada dos fiéis no mercado de trabalho e na educação, o que certamente auxilia na criação de novas zonas de autonomia individual. Assim, as mulheres passam a estudar, a trabalhar fora, a buscar espaços públicos” (ARAGÃO FILHO, 2011, p.77). Dessa forma fica claro que há uma certa relação entre o nível cultural das mulheres, sua participação em atividades remuneradas no espaço público e a participação efetiva no movimento pentecostal, ocupando cada vez mais espaços de lideranças.

3.1 MULHERES PENTECOSTAIS E O ESPAÇO PÚBLICO POLÍTICO

As mulheres lutaram pelo direito do voto em 1910, já em 1928, tem-se a primeira mulher eleita, fato ocorrido em Natal-RN. Porém, com o estabelecimento da ditadura militar o campo de atuação política delas mudaram, elas foram para as ruas

militando como sinal de resistência à ditadura. Com o fim da ditadura a participação feminina se intensificou no campo político. Machado (2012) aponta uma maior participação dos evangélicos da vertente pentecostal no meio político, as mulheres pentecostais possuem uma significativa participação na política nacional e mesmo que usem com finalidade denominacional, seu pleito político e sua atuação indicam seu posicionamento de liderança. Talvez tenham percebido que a docilidade, amabilidade, o imaginário em torno da sua responsabilidade para com as almas da família (ARAGÃO FILHO, 2011), fazem delas alvos de suas denominações para o pleito político, já que tais atributos inspiram confiança.

Até os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) elas ocuparam o Senado federal e Câmara dos Deputados. Desde a eleição presidencial de 2002 em que estabeleceu Luís Inácio da Silva (Lula) como presidente, em evidência Marina da Silva, evangélica, de origem fora dos grandes eixos urbanos econômicos do país, foi eleita senadora mais jovem, pelo Acre. (CÉSAR, 2010). Ocupou o ministério do Meio Ambiente em 2003, sua projeção nacional a tornou presidencialável (2010; 2014 e 2018).

Outra mulher evangélica e pentecostal que também possui repercussão nacional é a deputada Benedita da Silva, sua projeção nacional teve ascensão durante o regime militar. Mulher preta e pentecostal, desde 1987 filiada ao PT (Partido dos trabalhadores). Ocupou posições importantes no cenário político nacional, exerceu atividades sindicais representativas de classes associativas e conselhos. Duarte (2017, p.106) em entrevista com a referida deputada aponta sua importância para o processo de redemocratização do Brasil em 1987 em que ela pode participar quando eleita deputada federal. Benedita nessa entrevista afirma que a presença da mulher na religião não é exclusividade do meio evangélico e que a população brasileira é majoritariamente feminina e não-branca. Talvez seja por esses motivos que a mulher tem ocupado o espaço político no Brasil.

A inserção evangélica pentecostal na política ganhou maior destaque após Damares Alves ser nomeada Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ela tem sua experiência de fé marcada pelo movimento pentecostal de segunda onda, os pais eram pastores da IEQ, posteriormente ela também é ordenada, porém, pertence a Igreja Batista da Lagoinha, instituição que se identifica com o pentecostalismo da terceira onda após o contato com o Rhema. Seu posicionamento político durante os anos de 2019 a 2022, é considerado controverso e polêmico. Durante seu tempo de exercício apoiou as causas contra o aborto, contra as pautas relacionadas ao gênero. No momento

preciso da campanha contra a violência à mulher ficou em silêncio, provocando a mídia e os demais setores da sociedade (CARVALHO, et al, 2022). Diferente das outras políticas evangélicas e pentecostais citadas, Damares Alves é de “berço” evangélico e branca, e faz questão de expressar a ideologia comum aos evangélicos, impondo à sociedade através do seu discurso o conservadorismo e fundamentalismo pentecostal machista.

Uma breve análise do perfil das mulheres citadas e suas inserções no cenário político permite observar que a influência da religião no cenário, embora o país seja laico, favorece o cristianismo independente de sua vertente, já que desde os primórdios no território nacional ele se fez presente. Com o crescimento pentecostal e uma diminuição no número de católicos fica evidente que este seguimento também influenciaria o campo político, tendo sua inserção ainda na década de 80. Vale ressaltar que sua inserção não é fruto de uma ação coordenada ou um projeto político, em especial a inserção dessas mulheres representa de acordo com Souza (2015) certo tensionamento entre o público e o privado. A autora ainda aponta a existência de dois grupos de mulheres evangélicas na política, um “advêm de classes mais abastadas, são brancas e são herdeiras do nome político de seus maridos” (SOUZA, 2015, p. 1292).

Configuram uma vertente da Direita brasileira, a Direita Cristã, considerada a partir da atuação política e social de evangélicos “suas pautas políticas valores morais cristãos e buscam pela difusão desses valores no campo cultural da sociedade” (NEVES; WACHOLZ, 2021, p. 171). De acordo com tais autores as pautas marcam o interesse religioso na cultura, Damares Alves representa esse seguimento político, servindo aos interesses do grupo de religioso que “alimenta” sua influência a partir do apoio em troca da defesa dos valores morais conservadores cristãos.

O segundo grupo apontado por Souza (2015, p.1292) é oriundo da construção de suas carreiras políticas na militância social, através de trabalhos com seguimentos marginalizados da sociedade e que tiveram apoio de suas Igrejas, porém, são relativamente independentes de suas instituições. Mesmo assim a mobilização social dessas mulheres possuem influências dos valores éticos, mas não conservadores religiosos, quando essas inserem em contextos de lutas e reivindicações sociais (BARBOZA, 2019).

A militância dos dois grupos em que surgem essas mulheres para o campo político é resultado da historicidade da participação feminina no movimento pentecostal, haja vista que a partir de 1930, como já citado, a obra social era umas das

dedicações do trabalho feminino no movimento pentecostal. O contato com os grupos marginalizados promovem tanto o apoio popular quanto da comunidade de fé que estão inseridas (MELLO, 2010). Porém, a crescente inserção das mulheres de origens pentecostais na política apenas retrata a polarização política. A continuidade da dominação masculina a partir do núcleo familiar tradicional, defendido por Damares Alves e um significativo avanço das pautas progressistas por parte dessas mulheres colocando, portanto, a clara existência de um lado as mulheres de direita cristã (conservadora), de outro as militantes de viés ideológico progressista apoiado por partidos de esquerda (MACHADO, 2012).

As pentecostais como Damares Alves, conforme Biroli e Machado (2020) servem ao neoconservadorismo, representando um retrocesso na América Latina, já que as pautas sobre a legalização do aborto e outras questões relativas aos interesses da mulher são tratadas apenas de cunho ideológico religioso. Damares pode ser considerada uma das maiores representantes desse neoconservadorismo de viés religioso e pentecostal, em sua gestão se comprometeu com a erradicação da violência contra a mulher e criança, mas na realidade seu discurso e atuação expressam o viés ideológico do governo de Jair Bolsonaro, marcado e apoiado pela estrutura do patriarcado religioso, sobretudo o maior seguimento religioso, o pentecostalismo (NEVES; WACHOLZ, 2021).

Apesar da entrada do pentecostalismo na política não ter sido uma ação planejada, o que se observa nos últimos anos é “o apoio oficial da igreja não é dado de modo aleatório” (LACERDA, 2017, p.90). Mesmo que o apoio dado para as mulheres sejam na base da barganha e de expressão ainda pequena, a própria presença delas neste ambiente representa um avanço, ganham visibilidade e um rompimento com a estrutura hierárquica do patriarcado, pois conforme Souza (2015) a esfera política culturalmente é reconhecida como “lugar de homem”, sua presença apela para o embate e uma mudança dos estereótipos de gênero dominante, já que a sua presença também representa o seguimento que a apoiou para ser eleita. Confrontá-la ou desmerecê-la seria passível de perda da simpatia ou futuros votos representado por elas quando eleitas.

A dualidade da presença das mulheres pentecostais na política nacional possui certa complexidade, esperava-se que tivessem um maior avanço em torno das discussões relacionadas aos interesses das mulheres do que “têm sido debatido e negociado por homens que apelam com frequência para argumentos religiosos na tentativa de aquisição de novos direitos” (SOUZA, 2015, p.1262), porém, parte delas

como representa Damares Alves “tem se posicionado contra os direitos reprodutivos e sexuais” (SOUZA, 2015, p. 1263). Com isso favorecem a continuidade da desigualdade de gênero, apoiado por elas mesmo, de modo até naturalizado, já que o patriarcado ainda representa base para sociedade ocidental, porém

A crescente atuação pública das mulheres no Brasil é cada vez mais evidente. As mulheres têm alcançado visibilidade na educação, no mercado de trabalho, na religião e na política. No âmbito da política, especialmente, o Brasil é um dos três países sul-americanos que já elegeu uma mulher para o cargo máximo de presidenta da República (SOUZA, 2015, p. 1263-1264)

As presenças de mulheres como Marina Silva e Benedita da Silva colaboram para outro aspecto relacionado a gênero, devido seu posicionamento independente da ideologia religiosa pentecostal conservadora, tais mulheres abordam outro aspecto da experiência com a espiritualidade pentecostal, a inclusão. É importante lembrar que as origens do pentecostalismo tanto estadunidense quanto brasileiro é um movimento marcado pela marginalidade e composto por homens e mulheres pobres e analfabetos, dando ênfase na igualitária experiência trazida (ALENCAR, 2019). Aliado ao exposto, quando observado a atuação de tais mulheres mencionadas, percebe-se uma relação do seu posicionamento ético com os princípios do pentecostalismo. O impulsionamento dado pelo contexto feminista e pelo religioso pentecostal dessas mulheres citadas apontam para uma interdependência entre o privado e o público, já que as lutas travadas por elas no âmbito privado afetam suas ações na esfera pública.

Talvez seja pela desigualdade, violência e o lugar de luta dessas mulheres (privado) que surge como sinal de resistência aos discursos fascistas, misóginos e ultraconservador desde os protestos realizados em favor do impeachment da presidenta Dilma, ganhou força nas eleições de 2018 com a vitória do representante desse tipo de discurso apoiado pela bancada evangélica de maioria pentecostal (SOUZA, 2015). Porém, mulheres que apesar de sua experiência religiosa ser de origem pentecostal como exemplificado com as citadas Marina Silva e Benedita da Silva, surge “grupos evangélicos progressistas que atuam no horizonte da defesa dos direitos humanos e das políticas públicas sociais” (BARBOZA, 2019, p.81).

No espaço político a participação das mulheres e diante dos retrocessos em relação a temática de gênero do governo Bolsonaro, em agosto de 2018 foi criada a Rede de Mulheres Negras Evangélicas, embora não seja iniciativa de mulheres pertencentes ao pentecostalismo, contribui para provocações de uma autonomia e

rompimento estrutural do patriarcado religioso, pois este grupo está comprometido com perspectivas antissexista (BARBOZA, 2019). Contribuindo para o crescimento de um novo *ethos* pentecostal e cristão, os progressistas, que de acordo a análise feita por Araújo (2022), os evangélicos progressistas são indivíduos que em dado momento de sua vida tiveram maior contato com a pobreza, aliás, o perfil geral do pentecostalismo ainda é composto por pobres e que na maioria das vezes recebem algum tipo de benefício social do governo.

As pautas progressistas aliadas ao feminismo provocam pequenas mudanças no cenário pentecostal, mas de fundamental importância para as mulheres, Spyer (2021, p.111) expõe o caso de uma mulher pobre, preta e pentecostal que confronta sua liderança por conta dos valores conservadores em relação aos usos e costumes, para o autor, romper com os usos e costumes e frequentar uma universidade é uma quebra de estereótipo do evangélico. Ainda de acordo com o autor, a percepção que o indivíduo é submisso à figura masculino pastoral e alienado, sendo capaz apenas de reproduzir à visão da instituição conservadora e sexista.

Para Barboza (2019) a participação política das mulheres não se resume a chefiar ministérios ou ocupar algum cargo eletivo, sua participação tem finalidade de uma luta inclusiva para a dignidade de todos. A autora afirma que é uma questão de abundância de justiça e paz que está destinada à sociedade.

3.1.1 A ordenação de mulheres ao sacerdócio institucional

É inegável a participação das mulheres na religião, e no cristianismo Ocidental sua participação é ainda maior, mesmo estando sujeitas a submissão masculina, sua atuação principalmente no Brasil, como já exposto, possibilitou o momento de instalação e expansão da religião. O mesmo espaço que confere poder ao masculino também o limita, pois pertencente ao espaço público implica a obrigatoriedade de cuidar de sua família provendo os meios necessários para que ela se mantenha, por isso a divisão do trabalho também se mantém no espaço público e privado. Enquanto eles saem para prover o sustento elas estão zelando pela a família e a educação dos filhos. Com isso, têm um maior tempo para se dedicarem a religião, fruto disso é a presença proporcionalmente maior das mulheres na religião do que os homens (SOUZA, 2020).

A própria reforma protestante abre precedente para aceitação à ordenação feminina, pois Lutero defendeu a universalidade do sacerdócio tirando do clero a exclusividade de leitura e interpretação bíblica, “Lutero abre a possibilidade para o

exercício do Ministério Eclesiástico por mulheres em caso de necessidade. Nesta situação ele busca base para o direito das mulheres desempenharem funções ministeriais no sacerdócio geral de todas as pessoas crentes” (MUSSKOPF, 2005, p.158).

Tratando-se do pentecostalismo, como já mencionado, elas foram silenciadas por conta de sua notoriedade do trabalho e por conta do patriarcado que estrutura a sociedade ocidental. Especificamente no Brasil a chegada do pentecostalismo significou o rompimento com a hegemonia católica e com a hegemonia de um cristianismo elitizado, já que o pentecostalismo conseguiu maior adesão por parte dos analfabetos, pobres e mulheres. Ao observar o início do pentecostalismo no Brasil é possível constatar que o patriarcado foi um obstáculo para o reconhecimento e ordenação das mulheres, pois as primeiras pentecostais que chegaram ao Brasil apesar de sua ordenação ministerial tiveram que abrir mão de sua ordenação. Desde Valnice Milhomens e a chegada do pentecostalismo de terceira onda (neopentecostalismo) acirrou o mercado religioso em uma época de profundas mudanças, uma delas é a chegada do feminismo este contexto permitiu que desde os anos 90 elas tivessem maior notoriedade no pentecostalismo (MELLO, 2010).

Pelo exposto do pensamento acima é importante perceber que a ordenação dessas mulheres se constitui em progressão no reconhecimento de sua atuação, pois

O fato da mulher poder exercer a liderança religiosa em algumas denominações evangélicas pentecostais faz emergir a necessidade de discussão e interpretação sobre esse fenômeno que ainda se constitui em algumas igrejas e gera debates nas que não adotaram essa prática (MIRANDA, 2009, p.35)

Após Valnice Milhomens, o que se tem notícias é da ordenação das mulheres por parte das Igrejas pentecostais clássicas (primeira onda), que aconteceu a partir de 2005. As Igrejas oriundas da segunda e da terceira onda do pentecostalismo passaram a ordenar as mulheres, porém, com limitações para o exercício desta ordenação. Em alguns casos elas são reconhecidas como ordenadas pelo fato de serem esposas de ordenados, já em outras até recebem a ordenação, mas são limitadas quanto à promoção futura de ordenação ou impedidas de exercer determinadas funções (MARANHÃO FILHO, 2012; GABATZ, 2016; ARAGÃO FILHO, 2011).

A premissa do exercício e ordenação feminina parte de que o chamado para liderança consiste em dom concedido pelo Espírito Santo, portanto, o movimento pentecostal em certo aspecto é inclusivo e considerado como uma intervenção divina, dando ar de algo sobrenatural e inquestionável referendando a capacidade feminina de

exercer sua ordenação (WEISSHEIMER, 2020). Na perspectiva de Miranda (2009) isso é fruto de uma construção de relações igualitárias entre homens e mulheres que surgiu no século XX, mesmo século do pentecostalismo. Alencar e Farjado (2016) argumentam o aspecto igualitário que em tese o pentecostalismo favorece, é importante salientar que anteriormente ao pentecostalismo as duas religiões no Brasil: catolicismo e o protestantismo histórico, não possibilitavam às mulheres nenhum engajamento no sacramento da ordem.

O exposto acima comprova certa contribuição do movimento feminista. A partir de suas aproximações devido o mesmo contexto social é possível perceber que a medida que a mulher conquista ou ocupa algum espaço que antes não pertencia no seu universo, reflete em algum aspecto na dinâmica eclesiástica. A historicidade da mudança paulatina do espaço privado para o público, inicialmente é perceptível certa igualdade no trabalho de expansão do pentecostalismo (ALENCAR; FARJADO, 2016). Mello (2010); Gomes (2015), ambos citados nesta dissertação, versam sobre o trabalho das primeiras mulheres pentecostais em seu período de expansão, mas até a década de 60 hierarquicamente elas ocuparam apenas a função de diácono. Apesar de certa semelhança com catolicismo e o protestantismo histórico, é importante ressaltar que as mudanças ocorrem devagar.

Posteriormente na hierarquia evangélica com a chamada era das revoluções, entre as décadas de 60 a 80, as mudanças pós guerras, abertura do mercado de trabalho para as mulheres e a queda do regime militar no Brasil, dá notoriedade a figura feminina, portanto delineando um novo agente religioso, já que

A aceitação do ministério feminino ou da ordenação feminina em pastora ou liderança religiosa vem crescendo gradativamente nas Igrejas evangélicas existentes no exterior e no Brasil. Essa experiência mostra-se, basicamente, dividida em duas situações distintas: a mulher pastora e fundadora de uma denominação religiosa; e a mulher pastora conjuntamente com seu cônjuge pastor (MIRANDA, 2009, p.46)

A gradatividade de tal aceitação ou ordenação desde as décadas mencionadas comprovam o deslocamento do privado para público, alavancado pelo contexto do feminismo e suas ondas, de acordo com Miranda (2009, p.51) “É uma função com roupagens novas, revestidas de um caráter mais democrático, em virtude de possibilitar a mulher uma maior participação na liderança pública religiosa, antes exercida exclusivamente por um pastor”. A ordenação dessas mulheres equivale a conquista em

um espaço no mercado de trabalho remetendo a luta feminista por posições igualitárias no que se refere ao gênero.

O fato de elas receberem a ordenação não significa que deixaram o espaço privado e passa agora ocupar o espaço público, em alguns casos elas já possuem jornadas duplas de trabalho, a ordenação e seu trabalho de liderança parecem ser conciliados com tais jornadas e papéis que elas já desempenhavam, exemplificando a absorção da cultura de cada época, de modo que as “adaptações” da religião as mudanças decorrente no contexto social é uma forma “encontrada pela cultura para estabelecer seu domínio (ECCO; MARTINS FILHO, 2018, p. 35). Ou seja, a cada mudança social ocorrida a religião a absorve, isso é porque

a realidade é dinâmica, as mudanças que se operam na sociedade penetram no recôndito das instituições religiosas pressionando-as a adequarem-se aos “novos tempos”. Assim é que, ao contrário do que ocorria na Idade Média, onde a mulher era submissa ao marido e suas atividades restringiam-se às atividades domésticas, a dinâmica do mundo moderno, praticamente, exige à inserção desta, nos mais diferentes campos de ação, como sujeito de sua própria história (MACIEL; SILVA, 2012, p.2)

as autoras ainda pontuam que poucas mulheres consagradas ao trabalho religioso contestam a situação da discriminação e inferioridade no interior das instituições. Na realidade essas mudanças de linguagem, revisão dos símbolos e reorientação da prática resultada de “múltiplos os movimentos de mulheres nas Igrejas brasileiras influenciados pelo feminismo” (MACIEL; SILVA, 2012, p.7).

A ordenação de mulheres além de enfrentar resistência, também é uma história assim como o movimento feminista, marcado por lutas. Até que elas chegassem ao exercício de sua ordenação enfrentaram dificuldades relativamente maiores do que os candidatos masculinos a ordenação, ou enfrentaram dificuldades na fundação e presidência de suas instituições religiosas maiores do que os homens, em razão do patriarcado religioso. Como se não bastasse as resistências e lutas externas, algumas delas enfrentam um preconceito interno, ao se perceberem incapazes para a ordenação (SILVA, 2014). O longo caminho percorrido por elas até a ordenação é fruto de uma construção histórica de que tais espaços são propriedade dos homens (SENA JÚNIOR, 2018).

Na maior representante do pentecostalismo brasileiro, A Igreja Assembleia de Deus, dividida em duas convenções principais: Convenção Geral das Assembleias de

Deus (CGADB) e Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil do Ministério de Madureira (CONAMAD). A temática também vem sofrendo mudanças

Muitas das igrejas locais estão sendo dirigidas por mulheres pastoras e o pastor presidente está aprovando os seus trabalhos, conforme se pode constatar através de respostas a questionários realizados entre as pastoras que disseram estar satisfeitas com a sua inclusão no poder eclesiástico das Assembleias de Deus (SENA JÚNIOR, 2018, p. 63)

A CONAMAD do ano de 2022 ordenou a primeira mulher da história da convenção para presidir um campo. Cida Moura passou a presidir o campo e a sede da Assembleia de Deus em Rio Branco- AC, abrangendo também os estados de Rondônia, Amazonas e algumas Igrejas no Peru. No ato de ordenação o líder máximo da CONAMAD afirmou categoricamente que ela estava recebendo a unção de pastora presidente e que sua Igreja era sede administrativa do estado, ele destacou que a mulher não foi chamada somente para o espaço doméstico e as atividades relacionadas (JM NOTÍCIAS, 2022). Tal feito tem uma representatividade enorme, pois como maior representante do seguimento no Brasil serve de modelo para as outras igrejas do seguimento pentecostal. De acordo com

No Brasil, a visão do pastorado feminino começa a movimentar-se com diversas instituições religiosas, dentre as quais destacamos as Igrejas Metodista, Luterana, Cristo Vive, Renascer em Cristo, Sara a Nossa Terra, Aliança com Deus, Nacional do Senhor Jesus Cristo, Cruzada Evangélica Missionária, chegando mais tarde até as tradicionais, como as Igrejas Batistas (CHANTAL, 2019, p.67).

A nova conjuntura é aliada do trabalho sério por elas desempenhado, fruto também de uma concorrência religiosa e da influência do feminismo. “O acesso das mulheres tenha acontecido de cima para baixo” (SENA JÚNIOR, 2018, p.64). O exposto demonstra que dentro da denominação em questão, a ordenação não é uma questão de fruto da militância feminina para reconhecimento de seu trabalho. O autor reconhece que tal conquista as impulsiona articular sua participação garantindo maior autonomia nos espaços de poder.

A ordenação feminina contribui para uma nova identidade da mulher pentecostal, diante dos autores até aqui citados e as observações realizadas dentro do movimento pentecostal, é possível ver que as mulheres pentecostais não possuem a intencionalidade de ocupar o espaço público e nem de sair do âmbito da dominação masculina, o que pressupõe um patriarcado estruturado “naturalmente”. Da mesma forma que o patriarcado é naturalmente aceito, inclusive por elas, as estruturas dele e a ordenação das mulheres está acontecendo com certa naturalidade, fruto do que já acontece em outras esferas da sociedade, principalmente no mercado de trabalho.

No entanto, é imprescindível salientar a consequência da subversão feminina ao patriarcado pentecostal. Ou a denominação absorve as mudanças culturais trazidas pelo contexto social ou “rapidamente surge a figura do patriarca para garantir o status quo” (ROCHA, 2018, p. 87). O silenciamento causado pela disputa do poder entre a figura do patriarca na pessoa do pastor homem em muitos casos resultam em divisões denominacionais, elas saem e fundam outras denominações, mas pertencentes ao mesmo movimento, pentecostal. As divisões (multiplicações) de igrejas de mesma vertente são característica do pentecostalismo, talvez seja por isso que o crescimento dos pentecostais tem impressionado a América Latina.

3.2 QUANDO ELAS FUNDAM IGREJAS

A dinâmica da religião no Brasil desde a chegada do pentecostalismo é marcado por divisões, e com isso a proliferação do *ethos* pentecostal de tais igrejas abertas. Existem várias razões para que as divisões ocorram. Nos últimos tempos a controvérsia sobre a ordenação feminina tem contribuído para o crescimento do pentecostalismo no Brasil, fazendo com que o próprio movimento pentecostal esteja em constante mudança e colocando o próprio *ethos* pentecostal em ressignificação. Se tratando da mulher dentro do pentecostalismo a identidade delas sempre foram associadas a passividade e submissão, mas ao longo da história do pentecostalismo “elas simulam, subvertem, criam novas formas de desobediência aos dogmas e estruturas opressoras” (CHANTAL, 2019, p.65). Essas novas formas e subversões são apoiadas e também mantidas por essas Igrejas que são fundadas por essas mulheres, na proporção em que vão exercendo sua liderança, também vão criando autonomia

para não aceitar imposições de opiniões cunhadas no berço do pré-concebido, ou seja, na cultura patriarcal androcêntrica (...) Ao fundarem as suas igrejas, as pastoras conferem uma nova identidade, pois assumem a liderança e saem do lugar apenas que lhes era conferido, que é a maternidade, a cuidadora, a que limpa a Igreja. (CHANTAL, 2019, p.65-70)

A nova identidade assumida pela mulher dentro do pentecostalismo ao abrir suas denominações se estendem para os fiéis que frequentam essas igrejas. Suas igrejas possuem características iguais às demais pentecostais, com a diferença estabelecida de que mulher nesse espaço possui um outro tipo de comportamento, distinto das tradicionais pentecostais clássicas, elas “saem de suas igrejas de origem e fundam novas

igrejas, com o novo pensar, que elas podem exercer posições de liderança e que não estão ligadas ao mal” (ROSÁRIO, 2016, 440).

A nova experiência de fé dessas mulheres que fundam igrejas propicia a elas a oportunidade da conciliação do protagonismo tanto da liturgia quanto da administração institucional. Já que ainda é pouca as denominações que fazem tal conciliação, o fato é que as mulheres que são pastoras e fundadoras de Igrejas “rompem com a práticas patriarcais vigentes” (CHANTAL, 2017, p.76). Apesar dessas igrejas fundadas por mulheres serem um fenômeno recente, já provocam uma possibilidade de mudança no cenário, pois ao romper com o as práticas do patriarcado religioso, significa não reproduzir a submissão e opressão realizada pelas igrejas de onde elas saíram. Outro fator que merece destaque é que nessas Igrejas o aspecto da inclusão possui uma maior aceitação, com maior abertura para a flexibilidade aos usos e costumes e, não existe uma obrigatoriedade ao sectarismo, talvez seja por isso que essas pastoras estão ladeadas de gente famosa, ou de agentes políticos, mesmo que não façam parte do cotidiano de suas Igrejas.

De acordo com Chantal (2017) essas mulheres não encontram resistências e nem dificuldades – por serem mulheres, quando precisam tomar algumas decisões. A autora ainda ressalta a autonomia delas no exercício da liderança máxima de suas Igrejas que, mesmo casadas não estão sujeitas aos seus maridos dentro das Igrejas. Tal autonomia é fruto das mudanças ocorridas no século XX que de acordo com Nunes (2005) o campo religioso foi o local onde as ideias feministas fizeram impacto. Esses impactos implicam na subversão feminina ao patriarcado religioso a partir da utilização do discurso divino para romper com o ideário de que elas precisam de uma autorização masculina para sejam ordenadas, afinal, elas também são chamadas de Deus, Guglielmoni (2015) afirma que tal ocorrência é a primeira do cristianismo. As mudanças contidas nessas Igrejas estão relacionadas a liderança e aos usos e costumes e nem sempre em sua teologia ou credo de fé.

As mulheres que são fundadoras de suas igrejas, diferem das poucas que estão na titularidade de outras Igrejas das quais elas não são fundadoras, pois estas, permanecem ainda em uma estrutura patriarcal. Sua inclusão na hierarquia é mais uma questão de política e forma de silenciá-las, pois elas até podem ser ordenadas e assumirem a titularidade de igrejas, mas limitadas de alguma forma de crescimento na hierarquia da instituição, como o caso da Igreja de Deus no Brasil. Vinda dos Estados Unidos, na hierarquia da denominação homens e mulheres podem ser: diáconos,

evangelistas, pastores (as) exortadores (as); pastores ordenados (as) (EDGID, 2022). Apenas os homens chegam ao topo da hierarquia denominacional (Bispos), essa função é administrativa, forma de limitá-las no crescimento denominacional. Já as fundadoras de suas igrejas exercem a liderança ilimitada, quando ordenadas elas são reconhecidas, mas apenas a fundadora recebe a titulação que evoca poder e controle sobre os demais como o caso de Valnice Milhomens que hoje é Apóstola.

A ordenação de mulheres, bem como as Igrejas que elas são fundadoras ainda são objetos de estudo para compreensão da temática, embora encontramos inúmeras divergências, também é possível encontrar convergência e aceitação. As convergências se referem a teologia, forma de liturgia de culto e interpretação bíblica. Quanto à aceitação, elas até enfrentam resistência, principalmente das denominações a que pertenceram, mas essa rejeição está ligada a concorrência religiosa, pois no pentecostalismo o dom e o “chamamento” é de caráter inclusivo.

O contexto dessas mulheres só é possível por causa das contribuições feministas uma vez que o feminismo defende a igualdade. Outra questão tratada sobre o feminismo é a defesa de uma visão mais ampla do que é ser mulher (ADICHIE, 2017), por isso ela pode ser e ocupar qualquer função e espaço social, não existe um local exclusivo para que ela seja considerada completa. Se tratando da ordenação e fundação dessas igrejas elas são respeitadas de forma igualitária dentro do movimento pentecostal da atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto do Ocidente é marcado pelo patriarcado. Em torno do núcleo familiar a figura do patriarca é protagonista em todas as esferas da sociedade, neste caso a religião reforça e serve como regulador social, perpetuando o domínio masculino na sociedade e garantindo com que as mulheres permaneçam submissas e passivas ao contexto do patriarcado. Nesta ordem de fatores, por elas pertencerem ao espaço privado possuem a responsabilidade da religião. No Brasil o patriarcado serviu de estratégia para colonização e a Igreja era o local em que as mulheres brancas, vistas como fracas e frágeis podiam frequentar. A hegemonia do catolicismo e desse contexto perdurou até a chegada do pentecostalismo em 1910.

As primeiras mulheres pentecostais vindas de outros países já vieram ordenadas de suas Igrejas de origem. Algumas realizaram trabalho com notoriedade e durante os primeiros vinte anos de história pentecostal elas foram tratadas como iguais pelos homens, em um ambiente masculinizado (pentecostalismo). Conforme a história e registro de pesquisas, o pentecostalismo sempre teve adeptos de origem marginalizada, composto por mulheres, pretos, pobres e analfabetos desde o seu início. O aspecto marginal do movimento pentecostal inspirou trabalhos voltados para o cotidiano das pessoas. Neste contexto, a mulher dedicada a vida privada, ganha espaço no trabalho evangelístico. Talvez seja por isso que o movimento pentecostal em sua maioria é de composição feminina. Mesmo assim suas precursoras foram silenciadas, sem registro ou memória da história delas. Frida Vingren é uma dessas vítimas do patriarcado religioso que na atualidade, tem sua biografia resgatada e reconhecida, ao ser contando seus feitos ignorados pela construção androcêntrica.

Reproduzindo a cultura do patriarcado o pentecostalismo durante longos anos transformou essas mulheres em indignas de ocupar a ordenação e a titularidade de suas Igrejas, o ambiente dominado pelos homens transferiu toda culpabilidade da desordem espiritual, educacional e organizacional para a mulher, e através de um discurso heteronormativo, conservador e religioso, pesam sobre elas a responsabilidade da restauração. Por esse motivo existem inúmeras mulheres que são “pescadas” com promessas ditas por essas Igrejas que através de sua participação na instituição a vida familiar e conjugal pode ser transformada ou melhorada, e caso não melhore devido ao contexto violento em que vive, ainda assim a responsabilidade sempre é atribuída ao diabo. A figura do dele serve bem para tal propósito, raramente ela encontra apoio nos

líderes para uma denúncia, o homem independente se pertence a Igreja ou não, ele sempre será isento de sua culpa.

Neste ambiente privadas de ocupar o espaço público desde 1930 até o final de 1960, elas criaram um espaço exclusivo para elas em que podiam exercer a atividades semelhantes as desenvolvidas pelos homens na liturgia principal de culto, tais espaços deram a elas o exercício do poder simbólico, porém toda atividade desenvolvida por elas neste ambiente exclusivo obrigatoriamente tem apoio do pastor homem. Este fato levanta o questionamento de qual a necessidade que essa mulher possui de uma aprovação masculina para exercer atividades correlatas ao serviço pastoral, sendo que o pentecostalismo desde seus primórdios possui aspecto inclusivo, já que tanto a glossolalia quanto os dons não estão restritos às questões relacionadas ao gênero. Outro fator que merece é sobre a submissão dessas mulheres, pois a violência simbólica que elas sofreram e sofrem nesses ambientes pentecostais machistas raramente contestam.

Aparentemente elas exercendo o poder simbólico servem aos desejos e manutenção do patriarcado religioso, nos grupos exclusivos elas moldam o comportamento das novatas. Essas mulheres sabem do lugar que ocupam e nos últimos anos inseriram no espaço político para mantendo a estrutura do patriarcado na sociedade, basta observar a Direita Cristã e o neoconservadorismo crescente no Brasil desde 2018, com o discurso conservador, machista e sexista, elas condenam o movimento feminista e defendendo publicamente a heteronormatividade dão perpetuam o domínio masculino e a dualidade dos espaços público e privado. Tal feito é contraditório, já que as mesmas usufruem de certos benefícios da causa feminista, como direito ao voto, a igualdade salarial e educacional.

A subversão delas ao patriarcado religioso, parece acompanhar a evolução do movimento feminista, claro que com certo atraso devido ao fundamentalismo religioso. Mas é inegável que desde a primeira empreitada feminista no Brasil o ambiente religioso pentecostal não é o mesmo, mesmo durante o regime militar que houve engajamento político das mulheres, militando pela redemocratização do país colocando essas mulheres ativas no cotidiano da base populacional brasileira, participes dos problemas cotidianos o pentecostalismo neste momento tem uma estratégia de trabalho através do cenário doméstico aliado com um discurso teológico que coloca as angustias humanas em primeiro lugar.

Paulatinamente elas vão se “deslocando” de espaço, através de sua militância, trabalho que possivelmente foi herdado do incentivo pentecostal para realização de

obras sociais. As mudanças sociais são rapidamente absorvidas pelo seguimento do pentecostalismo, por esse motivo é a vertente do cristianismo que mais cresce no Brasil, essa absorção é silenciosa promovida pelo processo de secularização e mercadológico, por exemplo, as mulheres que entram no cenário político, entram com o apoio institucional e em alguns casos servem de replicadoras do discurso conservador e fundamentalista da instituição, na realidade o espaço político ocupado por elas não difere muito do pentecostalismo, já que os dois ambientes são de domínio masculino. Embora sirvam aos propósitos denominacionais como o caso de Damares Alves ou que não sirvam a tais propósitos como Benedita da Silva e Marina Silva, mesmo de viés ideológico partidário elas são respeitadas e reconhecidas no meio pentecostal pelo o que estão ocupando no momento.

Tanto na esfera política quanto no mercado de trabalho possui o crescente reconhecimento delas, no meio pentecostal acontece de igual modo, desde Valnice Milhomens elas estão também se deslocando do espaço privado religioso para o espaço público dentro do pentecostalismo, de modo que as mudanças recentes em grandes denominações como Assembleia de Deus e Deus é Amor, são reflexos de conquistas de mulheres como Frida Vingren e Valnice Milhomens. A primeira denominação citada já possui em sua hierarquia uma mulher ocupando a presidência de um campo, cuidando de várias Igrejas e coordenando homens, além de ser a titular da sede estadual, já a segunda denominação citada, embora é contrária a ordenação feminina possui mulheres na cúpula de liderança da Igreja, presidindo mundialmente a denominação estão duas mulheres que não são ordenadas, mas deliberam administrativamente. Esses dois fatos refletem a evolução dessas mudanças sociais, recente que ainda em alguns casos não possui a conciliação da rotina administrativa da Igreja com o pastoreio local.

O cenário de subversão dessas mulheres possui como consequência a causa de parte das constantes divisões do movimento pentecostal, elas saem de suas igrejas de origem e fundam uma outra denominação, cabe neste momento questionar a legitimidade social desse fenômeno, já que sua saída da denominação sugere um espaço exclusivo criado. Porém essas igrejas fundadas por mulheres permanecem com a mesma teologia, liturgia e hierarquia da Igreja de origem, saem da denominação e não do pentecostalismo.

As igrejas fundadas ou pastoreadas por elas são como as outras pentecostais frequentadas pela maioria feminina, com uma maior probabilidade de inclusão das mulheres na hierarquia eclesiástica e embora não produzam uma teologia feminista

como outros seguimentos, já possui mulheres cristãs pentecostais progressistas e outras militantes do movimento de mulheres cristãs negras, o que sugere uma nova identidade do agente religioso e uma nova experiência religiosa, que ao longo prazo também pode favorecer as Igrejas inclusivas, já que as mesmas também se identificam com o cristianismo e algumas oriundas do pentecostalismo reproduzem a hierarquia eclesiástica e litúrgica, sendo diferenciando-se através de uma teologia própria. A subversão das feminina possui ainda desafios do patriarcado como obstáculo, nem tanto dentro do movimento pentecostal, já que o número de mulheres pastoras é crescente. O que se espera desse contexto nos próximos anos é o rompimento com a dita Direita Cristã, uma espécie de neoconservadorismo que tem atrasado as evoluções do feminismo na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO FILHO, Iran Lima. *Religião e gênero: o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal*. [Dissertação] – Pontifícia Universidade Católica de Goiás-Goiânia, 2011.

ARAÚJO, Matheus Alexandre. *Tornando-se um evangélico progressista: trajetória e formação de valores políticos*. [Dissertação] UFC, Fortaleza, 2022.

ADICHIE, C. *Para Educar Crianças Feministas: Um Manifesto*. São Paulo: Companhia das Artes, 2017.

ABUMANSUR, Edin Sued; SOUZA, André Ricardo; JÚNIOR LEITE, Jorge. *Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais*. Horizonte Antropológico, nº 25, Porto Alegre- RS, 2019.

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. Ed. Recriar, São Paulo/SP, 2019.

_____; FARJADO, Maxwell Pinheiro. *Pentecostalismos: Uma superação da discriminação racial, de classe e de gênero?*. Revista Estudos de Religião, v. 30, n. 2, INSS 0103801X, 2016.

ALBUQUERQUE, Hortencia Cruz de. *O significado do consumo de moda-vestuário gospel para mulheres pentecostais*. [dissertação] Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

ALVES, Eduardo Leandro. *Brasil, um país de fé: por que o maior país católico do mundo também é o maior país pentecostal do Mundo*. [dissertação] EST/PPG. São Leopoldo. 2012.

ALENCAR, Glauber Rodrigues de. *Aspectos da cultura pentecostal brasileira: origem, influências e desenvolvimento*. [dissertação] mestrado, Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo*. Revista Sociedade & Estado, n. 15, v. 2, ISSN1980-5462, Brasília, 2011.

AZEVEDO, Thales de. *O catolicismo no Brasil: um campo para pesquisa social*. EDUFBA, ISBN 8523202641. Salvador- BA, 2002.

ANDRADE, Rízia Eduarda. *Pentecostalismo brasileiro: conflitos e acordos entre o dogmatismo doutrinário e o ecletismo da experiência mística*. Cadernos de Pesquisa em Ciências da Religião, v. 23, n. 36, ISSN: 1980-8305, PUC-São Paulo, 2020.

AUBRÉE, Marion. *Brasil: as mulheres pentecostais entre 'combate' e 'libertação'*. Revista ANTHROPOLÓGICAS, v. 25, n. 1, 2014

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. *Patriarcalismo e o Feminismo: uma retrospectiva histórica*. 2004

BARBOZA, Vanessa Maria Gomes. *Preta Cristã: Reflexões sobre autoformação no movimento progressista evangélico*. [Dissertação] UFRP, Recife, 2019.

BASTOS, Aline de Jesus; RIOS, Eunice de Oliveira; FREITAS, Fabiana Sales. *A mobilidade humana e a consolidação do pentecostalismo*. In.: *Pentecostalismo, Direitos Humanos e Questões Contemporâneas*. RELEP. ISBN: 9786599760907. Vitória 2022. p. 262-269

BETIM, Kelen Ribeiro. *Nomadismo feminino no campo religioso pentecostal*. [dissertação] Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo- SP, 2011.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo – fatos e mitos*; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Ed. Paulinas, São Paulo. 1985.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocesso na América Latina*. BOMTEMPO, ISBN 978655717015, São Paulo, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *A dominação masculina*. Editora Kuhner, ISBN 8528607054, Rio de Janeiro, 2002.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; FRANÇA, Karoline Veiga. *O corpo feminino sob uma perspectiva foucaultiana: rumo à construção dos direitos sexuais e reprodutivo das mulheres no Brasil*. Anais eletrônico do VII seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, ISBN: 9788575665473, Rio Grande, 2018.

BUNDY, David. *Pentecostalismo, ética social, ministério social e direitos humanos: experiências da Europa*. In.: *Pentecostalismo, Direitos Humanos e Questões Contemporâneas*. RELEP. ISBN: 9786599760907. Vitória 2022. p. 38-42.

CAETANO, Ivone Ferreira. *O feminismo Brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade*. (dissertação) Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: perversão e subversão*. VIDE Editorial, Campinas, 2019.

CARVALHO, Silas de. *História da Igreja de Deus*. Editora Kelps, Goiânia, 2016

CARVALHO, Ana Luíza Duarte de; FERREIRA, Kamila Montes; RAMOS, Maria Eduarda de Souza; NUNES, Sthefany Cristina da Silva. *Femicídio como reflexo da cultura de objetificação e dominação da mulher*. Revista Relicário, v. 7, n. 13, ISSN 23588276, Uberlândia, 2020.

CARVALHO, Ciro Antônio das Mercês; BECK, Maurício; MATOS, Elisiane Santos. *Os efeitos do silêncio da ministra Damares Alves*. Revista Investigações, v. 35 n 2, ISSN-E: 2175294X, Recife, 2022.

CÉSAR, Marília de Camargo. *Marina: uma vida por uma causa*. Editora Mundo Cristão, São Paulo, 2010.

CHANTAL, Graziela Rodrigues da Silva. *Agora que são elas: as mulheres como líderes eclesiais*. ANNALES, v. 2, n. 4, ISSN 25260782, Belo Horizonte, 2017.

_____. *Eis que vos digo: essas são as novas líderes eclesiais, mulheres pastoras que fundam suas igrejas por meio do chamado de Deus*. Interdisciplinar, Belo Horizonte, 2019.

CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. *Pastores das Assembleias de Deus: do apoliticismo escatológico ao aparelhamento moralista*. Interações, n 25, v. 14, ISSN 19832478, Belo Horizonte- MG, 2019.

COSTA, Thais de Oliveira. *Os nossos corpos dissidentes e o silêncio santo do púlpito da igreja Assembleia de Deus*. Revista coisas do Gênero, v. 8, n. 2, São Leopoldo, 2022. Disponível em <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero/index>

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. *A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência*. Revista de Estudos Brasileños, v. 7 n. 4, e- ISSN 2386-4540, Salamanca, 2020.

CUNHA, Christina Vital da. *“Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas*. Revista PLURAL, v. 15, ISSN 2176-8099. 2008.

D’AVILA, Sande Maria Gurgel. *Relações de gênero no cotidiano familiar*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Epidemias e os avisos surdos da história*. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, ISSN 2358-1824, Brasília, 2021.

DUARTE, Aimée Schneider. *Dossiê a Redemocratização brasileira e seu processo constituinte*. Revista Cantareira, ed. 27, São Paulo, 2017.

DUARTE, Jacildo da Silva. *A desinstitucionalização religiosa nas igrejas diante da nova realidade nas igrejas pentecostais e neopentecostais brasileiras: novos caminhos de uma quarta onda do pentecostalismo*. [tese] Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.

DUARTE, Krischna. *A beleza vem de dentro*. In.: BUENO, Marta Hoffmann. *Mulher Verdadeira*. UFMBP, Curitiba, 2010.

DURKHEIM, Êmile. *Da divisão do trabalho social: As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa*. Abril Cultura, São Paulo, 1978.

ECCO, Clóvis. *Identidade de Gênero: ideias religiosas sobre o masculino como ângulo de análise*. [dissertação] Pós-graduação em Ciências da Religião, PUC-GO. Goiânia-GO, 2007.

_____; MARTINS FILHO, J. R. F. Novos odres para o sagrado vinho: Marià Corbí e os sem religião. *Estudos da Religião*, v. 32, p. 29-50, 2018

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ERICKSON, Victoria Lee. *Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião*. São Paulo: Paulinas, 1996.

EDGID, *Ensinos, Disciplina e Governo da Igreja de Deus no Brasil*. Thomas Nelson, 2022.

FRESTON, Paul. “Breve história do pentecostalismo brasileiro”. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Vozes, Petrópolis- RJ, 1996.

FOLLMANN, José Ivo. Por onde caminham as religiões e religiosidades hoje: notas para uma reflexão sobre “secularização encantada”. In: WACHHOLZ, Wilhelm (org) *O luteranismo no contexto religioso brasileiro*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007.

GABATZ, Celso. *As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio as tradições hegemônicas*. Soc. E Cult., Goiânia, v.19, n. 2, p. 95-103, jul./dez.2016.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve histórico do movimento feminista no Brasil*. [Tese] Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GIRARD, René. *A violência e o Sagrado*. Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 1990.

GOMES, José Ozean. *Pentecostalismo e Relações de gênero: uma discussão convencional acerca do ministério feminino nas Assembleias de Deus brasileiras*. Mandrágora, v. 21, n.21, p. 135-152, UMESP, São Paulo- SP, 2015.

GOMES, Francisco Alexandre. A invisibilidade de Frida Vingren nas matérias publicadas no jornal mensageiro da paz, em momentos de rememoração nas assembleias de Deus entre 1980 e 1990. In.: *Pentecostalismos, direitos humanos e questões contemporâneas*. Org. ALENCAR, Gedeon Freire; BARROZO, Victor Breno Farias; FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. RELEP, ISBN 9786599760907, Vitória, 2022.

GUIMARÃES, Valtemir Ramos. *Fundamentalismo bíblico protestante: Abordagem histórica e implicações socioreligiosas*. [dissertação] Ciências da Religião Universidade Católica, Pernambuco, 2014.

GUGLIELMONI, Rosane Aparecida de Souza. *Religião e gênero: Igrejas evangélicas fundadas por mulheres na região industrial de Contagem, Minas Gerais*. [Dissertação] PUC Minas, Belo Horizonte, 2015.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. 1ª edição. Editora: LTC. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE (2012). *Censo Demográfico 2010, Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

JESUS, Fátima Weiss. *Igrejas inclusivas em perspectiva comparada: da “inclusão radical” ao mover apostólico*. SIFG (Anais Eletrônicos), ISSN 2179-510X, 2013.

KOCHMANN, Sandra. O lugar da mulher no judaísmo. *Revista de Estudos da Religião*, n. 2, ISSN 16771222, São Paulo, 2005.

LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil Contemporâneo*. [Tese]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

LAGOINHA TV, Ana Paula Bessa. *Como ser feliz no casamento*. Youtube 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iGXa9bebLAg>. Acesso em: 19 dezembro 2022.

LEMOS, Carolina Teles, *Religião e Patriarcado: Elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero*. *Revista Caminhos*, v. 11, n. 2, e-ISSN 1983-778X, Goiânia, 2013.

_____. Maternidade e Religião: entre o ideal do altar-trono de Maria e o real da vida cotidiana das mulheres. In *A Casa, As Mulheres e A Igreja: Gênero e religião no contexto familiar*. Souza, S. D; Lemos, C. T. (orgs.). São Paulo: Ed. Fonte Editorial, 2009, 121.

LIMA, Adriano Sousa; ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *A contribuição do pentecostalismo na promoção dos direitos humanos dos negros*. *Estudos Teológicos*, nº1, v 60, ISSN 22376461, São Leopoldo- RS, 2020.

LIMA, Antônio José Tavares. *Violência e cultura brasileira*. *Revista de Direito da FAT*, v. IX, n.9, ISSN 2175-3326, 2013.

MACEDO. Emiliano Unzer. *Pentecostalismo e religiosidade brasileira*. [tese] Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

MACIEL, Rebecca Ferreira Lobo Andrade. *Perfil de mulheres em igrejas orgânicas do Brasil*. *Revista Mandrágora*, v. 25, n. 2, São Paulo, 2019.

MACIEL, Pollyanne Rachel Fernandes; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. *A consagração feminina nas Igrejas cristãs em campina grande/PB: Estudo comparativo entre as Igrejas católicas e evangélicas*. PIBICP, Campina Grande, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: os efeitos da adesão religiosa na vida familiar*. Campinas: Editores Associados/ANPOCS, 1996.

_____. *Religião, Cultura e Política*. Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2005.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. *Nós somos a dobradiça da porta: notas preliminares sobre as mulheres na bola de neve church*. Revista Mandrágora, v. 18, n18, UMESP, São Paulo, 2012.

MALAFAIA, Albertina. *A seara*. Rio de Janeiro. Ano XXII. n. 160, jul. 1978.

MALAFAIA, Elizete. Atenção Mulheres!. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AvvUpEG6W80&t=210s>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

MARTINS, Adrielle da Cruz Silva. “feminina, mas machista”: O lugar paradoxal das mulheres nas Assembleias de Deus no Brasil. In.: *Pentecostalismo, Direitos Humanos e Questões Contemporâneas*. RELEP. ISBN: 9786599760907. Vitória 2022. p. 262-269.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. *A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil*. VI seminário CETROS, ISSN 24468126, Itaperi, 2018.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantes pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 1. ed. São Bernardo do Campo -SP: UMESP, 1997.

MELLO, Izabel Cristina Veiga. *Uma leitura de gênero a partir das relações de poder no pentecostalismo brasileiro*. [dissertação] Faculdade EST, São Leopoldo 2010.

MENEZES, Valdenira Nunes de. Mulheres que Edificam, orando e submetendo-se. IN: GARDNER, Charity Darlene; SANTOS, Daniela Cristina Caetano; MENEZES, Valdenira Nunes de; GARDNER, Joy Ellaina. *Quatro Estudos Sobre o Lar Por Quatro mulheres que O adornam*. Ed. Gardner, São Paulo, 2005.

MIRANDA, Fernanda Honorato. *Religião e Mulher: Liderança Feminina no Pentecostalismo Evangélico*. [Dissertação] UFRN, Natal, 2009.

MONTEIRO, Flavio Pantoja. *Presença demoníaca: a influência da figura demoníaca na pentecostal e neopentecostal*. Cadernos de Pesquisas, nº1, v 34, ISSN 15187640. Uberlândia- MG, 2021.

MUSSKOPF, André S. *Talar rosa: homossexualismo e o Ministério na Igreja*. Oikos, São Leopoldo, 2005.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. *Sexualidades ameaçadas: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores*. Revista latinoamericana, ISSN 19846487, n. 2, 2009.

NEVES, Ivonilda Quirino Rodrigues. Melquior, o homem de princípios inabaláveis. In.: RIBEIRO, Cristiane Nascimento Soares,; OLIVIERA, Eloisa Santos Ribeiro; SILVA, Francisco José Barros da; RIBEIRO, Guilherme Oliveira. *Sementes do luto: uma coletânea de relatos sobre a dor e esperança*. Editora Promove, ISBN 9788584903740, Belo Horizonte, 2022

NEVES, Jordana de Moraes; WACHOLZ, Rafael de Oliveira. *A influência da religião na atuação de Damares Alves na Organização das Nações Unidas (ONU)*. Revista Plural, v. 28, n. 1. ISSN 21768099, São Paulo, 2021.

NUNES, Ana Clara de Arruda; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. *Análise das vivências de violência doméstica em mulheres evangélicas pentecostais e neopentecostais*. Revista da SPAGESP, v. 22, n2, ISSN 16772970, Ribeirão Preto, 2021.

NUNES, Maria José Rosado. *Gênero e Religião*. Revista Estudos Feministas. V. 13, n.2. Florianópolis, 2005

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da religião*. São Paulo: Pioneira, 1969

OLIVEIRA, Leandro Moreira de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; CALVELLI, Haudrey Germiniani. *De pentecostes ao pentecostalismo: reflexões possíveis para uma construção de sentido da experiência brasileira*. Revista de Estudos de Religião, nº 1, v 8, ISSN 21790019, 2017.

OLIVEIRA, Romilda Sérgia de. *O corpo feminino: erotização e objetificação*. Revista do curso de serviço social da UNIMONTES, ISSN 25271849, Montes Claros, 2018.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. Estudos Feministas, Florianópolis. 2008.

OSHIRO, Claudia. *Violência de gênero e religião: Uma análise da influência do cristianismo em relações familiares violentas a partir de mulheres acolhidas nas Casas Abrigo Regional Grande ABC e de agressores*. [Dissertação]Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PEREIRA, Talitha. Manual da mulher virtuosa. Youtube 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9xS9IGYRns0>. Acessado em 23 de dezembro de 2022.

PEREIRA, Hildo Aniceto. *A diversificação do pentecostalismo brasileiro nos últimos trinta anos*. [dissertação] Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás- MINTER: Mestrado interinstitucional- Faculdade Serra da Mesa, Goiânia, 2018.

PEREIRA, Ariane Carla, MAIER, Mayara. *Jornalismo e equidade de gênero: uma análise das representações na mídia da primeira-dama Michelle Bolsonaro*. INTERCOM, 2020.

PINTO, Carlos R. *Deus “sai do armário”?* Protestantismo em Revista, v. 44, n. 1, <http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v44i1.3349>, São Leopoldo- RS, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, história e poder*. Ver. Sociológica, Política, v. 18, n. 36, Curitiba. 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>

PRODÓCIMO, Elaine; RICONI, Ana Carolina Capellini. *Corpo e Religião: Marcas da Educação evangélica no corpo feminino*. Revista Brasileira Ciênc. Esporte, v.35, n.1, Florianópolis, 2013.

QUIRINO, Raquel. *Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceitual em uma perspectiva marxista*. Revista trabalho e educação, v. 24, n. 2 Belo Horizonte, 2015.

REIMER, Ivoni Richter. *Trabalhos acadêmicos: modelos, normas e conteúdos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ROSÁRIO, Edilene Silva. *A mobilidade e o uso de elementos afro em igrejas evangélicas fundadas por mulheres no século XXI*. ANAIS Congresso Latino – Americano de Gênero e Religião, São Leopoldo, 2016.

ROMEIRO, Paulo Rodrigues. *Esperanças e Decepções: Uma análise crítica da prática pastoral do neopentecostalismo na Igreja Internacional da Graça de Deus sob perspectiva da práxis religiosa*. [Tese] UNESP, São Bernardo do Campo, 2004.

ROCHA, Aretha Beatriz Brito da. *Emancipação feminina sob autoridade masculina: aspectos religiosos e sociais das mulheres assembleianas no Brasil*. [Dissertação] PUC-Campinas, 2018.

SPYER, Juliano. *Evangélicos progressistas no Brasil Popular*. Debates do NER, ano 21, n. 39. Porto Alegre, 2021.

SANTOS, Wilton Petrus dos; PIMENTA, Rosângela Oliveira; SANTOS, Adriana Cavalcanti dos. *O silenciamento da mulher evangélica: palavras e contrapalavras*. Revistas humanidades e inovação, v. 7, n. 24, ISSN 2358-8322, 2020.

SANT’ANA, Raquel. *O som da marcha: evangélicos e espaço público na marcha para Jesus*. Religião e Sociedade, v. 34, n 2, ISSN: 1984-0438, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Verônica Cardoso Lemos; OLIVEIRA, Jacqueline Mary Soares de. *Por amor a cristo: quando a fé aprisiona*. Revista feminismo, v. 4 n.1, 2016.

SANTOS, James Washington Alves. *Trabalho Religioso, campo religioso e relações de poder nas assembleias de Deus no Brasil*. (Tese) UNESP, Araraquara, 2019.

SENA JÚNIOR, Francisco Maurício de. *A ordenação das mulheres como pastoras na assembleia de deus no estado do amapá: Desafios e consequências (2003 a 2016)*. [Dissertação] EST, São Leopoldo, 2018.

SILVA, Alaíde Maria da Costa. Claudemir, o eterno “benzinho”. . In.: RIBEIRO, Cristiane Nascimento Soares.; OLIVIERA, Eloisa Santos Ribeiro; SILVA, Francisco José Barros da; RIBEIRO, Guilherme Oliveira. *Sementes do luto: uma coletânea de relatos sobre a dor e esperança*. Editora Promove, ISBN 9788584903740, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, Maria Auxiliadora da. *Religião Sexualidade e Poder: A liderança religiosa e política dos Evangélicos pentecostais*. {Tese] PUC-Sp, 2009.

SILVA, Eliana Coelho da. *Chamadas por Deus: características do pastorado feminino na cidade de Fortaleza*. [Dissertação] UFC, Fortaleza 2014.

SOUSA, Roberta Menezes. *Casa-grande e Senzala e o patriarcado: um diálogo crítico com a teoria feminista*. Revista UEPG, n 61, v. 72, Ponta Grossa, 2014.

SOUZA, Jéssica Horácio; REICHOW, Jeverson Costa. O fálico narcisista através da afirmação social de estereótipos masculinos. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara. *Psicologia Corporal*. ISSN-1516-0688. Curitiba: Centro Reichiano, 2016. Disponível em: http://www.centroreichiano.com.br/artigos_livres.htm. Acessado em 12 de dezembro de 2022.

SOUZA, Polyana Jéssica do Carmo. *Um chamado sobrenatural: narrativas de pastoras da Igreja do Evangelho Quadrangular*. SNHH, Mariana, 2020.

SOUZA, Mateus Lima de. *Pentecostalismo e arte: uma análise no contexto brasileiro*. [dissertação] EST/PPG, São Leopoldo. 2014.

SOUZA, Sandra Duarte. *Religião e silenciamento do sofrimento: reflexões sobre a morte e vida de mulheres em situação de violência*. Revista Estudos da Religião, v. 34, n.3, ISSN 21761078, São Paulo 2020.

_____. *Mulheres evangélicas na política: tensionamento entre público e o privado*. Revista Horizonte, v. 13 n. 39, ISSN 21755841, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Robson. *Pós-estruturalismo e religião: as novas possibilidades analíticas nos estudos sobre as relações sociais de gênero*. Mandrágora, nº 2, v 21, 2015.

SBARDELLA, Ellton Luis; PERETTI, Clélia. *Cristianismo e violência: contribuições teológicas a partir de René Girard*. Estudos Teológicos, v. 59, n. 1 São Leopoldo. 2019, disponível em: <http://dx.doi.org/10.22351/et.v59i1.3617>.

TELES, Maria Amelia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. Brasiliense, São Paulo. 1999.

TELES, Lucimara Diniz. *Conservadorismo religioso e suas implicações na condição de submissão da mulher na sociedade brasileira*. [dissertação] universidade de Brasília, 2020.

TITUS, Devi. *A experiência do Lar*. Central Gospel, ISBN 9788576893202. Rio de Janeiro, 2013.

VALÉRIO, Samuel. *Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: convergências*. Revista Brasileira de História das Religiões. Nº 37, ISSN 19832850, 2020.

VILELLA SILVA, Gustavo. *A violência de gênero no Brasil e o gemido das mulheres evangélicas*. Revista teológica discente da Metodista, v.1, n.1, São Paulo, 2013.

WEISSHEIMER, Vera Cristina. *Mulheres visionárias e apóstolas: instrumento do divino para transformação da Igreja e sociedade*. Encontros Teológicos, v. 35, n. 1, Florianópolis, 2020.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 2004.

WOLFART, Graziela. *A teologia da prosperidade e o neoliberalismo são irmãos siameses*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. ISSN 1981-8469. 2010.